

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE - 2024



SUMÁRIO

1	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	4
2	MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE.....	5
3	SOBRE O RELATÓRIO.....	6
4	A CETESB EM 2024.....	6
4.1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
4.2	PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2025	16
4.3	CETESB EM NÚMEROS E AÇÕES OPERACIONAIS.....	17
4.4	RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL	35
4.5	PARCERIAS E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	35
4.6	MOMENTOS IMPORTANTES NA COMPANHIA	38
5	EIXO AMBIENTAL	39
5.1	EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) DA CETESB.....	39
5.2	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	42
5.3	USO DA ÁGUA	43
5.4	GESTÃO DE EFLUENTES	44
5.5	GESTÃO DE RESÍDUOS.....	45
6	EIXO SOCIAL	45
6.1	DÍALOGO E ENGAJAMENTO SOCIAL	45
6.2	RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS	47
6.3	POLÍTICAS E PRÁTICAS DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO	47
6.4	DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	48
6.5	SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL	49
6.6	QUALIDADE DE VIDA	50
6.7	LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	51
6.8	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS	51
7	EIXO GOVERNANÇA	53
7.1	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA GOVERNANÇA.....	53

7.2	PRÓPOSITO E ESTRATÉGIA EM RELAÇÃO À SUSTENTABILIDADE	58
7.3	COMPLIANCE, PROGRAMA DE INTEGRIDADE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO.....	61
7.4	ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS.....	63
7.5	GESTÃO DE RISCOS	64
7.6	AUDITORIA INTERNA	66
7.7	AMBIENTE LEGAL E REGULATÓRIO	67
7.8	GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	67
7.9	PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS.....	69
8	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	71
9	DESEMPENHO FINANCEIRO	76
9.1	RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA	76
9.2	CUSTOS E DESPESAS	77
9.3	RESULTADO OPERACIONAL	78
9.4	BALANÇOS PATRIMONIAIS	79
9.5	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	80
9.6	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	81
9.7	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82
9.8	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	82
9.9	NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	83
9.10	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	111
9.11	EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	117
9.12	PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	121

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a CETESB realizou entregas significativas alinhadas ao seu planejamento estratégico, refletindo o compromisso com a inovação, a participação social e a sustentabilidade ambiental.

A CETESB tem trabalhado cada vez mais em prol do meio ambiente paulista, adotando uma perspectiva tanto interna quanto externa. Internamente, tem se dedicado ao aprimoramento de processos e métodos que visam a melhoria nas entregas realizadas, e que inclui a capacitação do seu corpo técnico e diretor em ferramentas de gestão. Externamente, foca no atendimento às necessidades da sociedade, aprimorando os serviços prestados.

As ações de estruturação e melhoria da Companhia desenvolvidas em 2024 foram centradas, principalmente, em uma governança multinível que considerasse o avanço necessário nas temáticas, como licenciamento ambiental, monitoramento da qualidade ambiental, fiscalização ambiental e emergências ambientais. Essas melhorias só têm sido possíveis graças ao empenho de gestores, empregados e colaboradores, que entenderam a importância de atender, cada vez mais, às necessidades da sociedade.

No ano de 2024 foram diversos os avanços de governança que contaram com o apoio do Conselho de Administração da Companhia. Destacam-se: a atualização da Política de Governança de Dados (PGD), com o intuito de garantir maior qualidade, confiabilidade e transparência; o aprimoramento da maturidade de governança da empresa por meio da execução de avaliações periódicas e da implementação de um plano de ação que vise à melhoria contínua da governança da Companhia; a revisão do Código de Conduta e Integridade, com o objetivo de esclarecer as responsabilidades e compromissos éticos dos membros da empresa; a implementação de um Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT) para dar suporte à execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação; e um olhar de longo prazo, por meio do desenvolvimento e aprovação do Plano de Negócios 2025-2029.

A CETESB também tem avançado na informatização dos processos de licenciamento ambiental, através da digitalização de licenças e melhorias de processos que visem à desburocratização, com foco no alcance de uma maior transparência e eficiência na prestação de serviços.

No final do ano foi publicado o Decreto nº 69.120, de 09 de dezembro de 2024, que atualizou as regras do licenciamento, aderindo às normas nacionais e proporcionando maior segurança jurídica aos empreendedores, minimizando incertezas regulatórias e alinhando-se às melhores práticas ambientais. A CETESB continua focando, ainda, na melhoria da gestão ambiental com ações que contemplam o monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo, além do apoio à educação ambiental e à inovação tecnológica por meio de sua Escola Superior.

Essas foram algumas das muitas entregas realizadas em 2024, que estão em consonância com o Plano Plurianual 2024-2027 e visam promover uma boa gestão ambiental, reforçando o compromisso da CETESB com a sustentabilidade e a qualidade de vida da população paulista.

Jônatas Souza da Trindade

Presidente

2 MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 2024, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo voltou a realizar um concurso público para a contratação de novos profissionais. O primeiro concurso em 12 anos selecionou 224 técnicos e analistas, um reforço de 13% no corpo funcional da Companhia, e um voto de compromisso do Estado com a sustentabilidade da operação a longo prazo.

Oportunidade para reforçarmos nossa diretriz de divulgação do conhecimento técnico da Companhia. Enquanto cada novo funcionário foi recebido por um “padrinho”, responsável pela recepção e integração nas equipes, rodamos um Programa de Transferência de Conhecimento, que envolveu 39 unidades. Foram 116 habilidades apontadas como cruciais e 31 fragilidades a serem trabalhadas, garantindo que o que foi adquirido pela CETESB ao longo de seus 56 anos continue florescendo por aqui.

Atendemos também importante pleito dos funcionários e conseguimos rodar um Plano de Demissão Incentivada, garantindo um final de jornada digno para tantos profissionais que dedicaram suas vidas ao meio ambiente e à sociedade paulista e fizeram a CETESB a gigante que é hoje.

O presente relatório traz os desdobramentos dos esforços feitos com gestão e planejamento, com resultados significativos dos Projetos Institucionais e outras ações junto aos nossos parceiros e clientes. Não faltou notícia positiva em 2024, seja a criação da nossa 47ª Agência Ambiental, dedicada ao licenciamento de projetos da universalização do saneamento, ou a concretização do nosso Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT). E quando a notícia não era boa, não nos furtamos, atendendo emergências com diligência, seja na mortandade de peixes em Piracicaba ou na piora da qualidade do ar em meio aos incêndios.

Atacamos passivos, investimos em soluções inovadoras e no diálogo como ferramentas propositivas de resolução de impasses.

Esse relatório inaugura um novo modelo para prestação de contas à sociedade, sendo estruturado e acompanhando referências normativas técnicas, num esforço de transparência e comunicação do trabalho realizado com tanto carinho e afinho por todos que trabalham na Companhia do Meio Ambiente.

Vamos juntos!

Thomaz Miazaki de Toledo

Diretor-Presidente

3 SOBRE O RELATÓRIO

O Relatório da Administração e de Sustentabilidade 2024 da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, objetiva prestar contas e fornecer informações relevantes à sociedade, com base nas realizações do exercício.

Apresenta os principais resultados alcançados, resumidamente, na pluralidade das ações ambientais de sua competência, nos campos econômico, ambiental, social e de Governança Corporativa, além das Demonstrações Financeiras.

Para os itens relacionados à sustentabilidade, o Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional (PD) tomou como base para a construção do relatório a “Prática Recomendada ABNT PR 2030 -1:2024 – Ambiental, social e governança (ESG) - Parte 1: Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações”. Como durante a construção deste relatório a Matriz de Materialidade da companhia ainda se encontrava em andamento, foram considerados para reporte aquelas temáticas consideradas relevantes e para as quais foram observadas ações significativas em 2024. Mais detalhes sobre as ações podem ser obtidos em www.cetesb.sp.gov.br.

4 A CETESB EM 2024

A CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Criada em 24 de julho de 1968, pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Em 2024 a CETESB completou 56 anos.

Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais.

Está organizada em cinco Diretorias: Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa e Sustentabilidade, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Qualidade Ambiental. Além da sede, localizada no Alto de Pinheiros em São Paulo (SP), conta com 47 Agências Ambientais e 20 laboratórios, sendo 07 descentralizados, distribuídos em todo o estado de São Paulo.

4.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico da gestão atual da CETESB foi desenvolvido com base nas etapas apresentadas no diagrama a seguir.

Figura 4.1-1 Etapas do Planejamento Estratégico



Elaboração: CETESB, 2024.

4.1.1 NORTEADORES

O planejamento estratégico foi fundamentado nas Diretrizes e Plano do Governo do Estado de São Paulo, nos Programas Estruturantes da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo e no Plano Plurianual 2024-2027, conforme apresentado a seguir.

Diretrizes de Governo do Estado de São Paulo

I - O diálogo e a inovação, visando uma administração pública descentralizada, inovadora e tecnológica, direcionada ao atendimento rápido e desburocratizado dos anseios da população e ao enfrentamento de problemas;

II - A dignidade e o comprometimento com a participação social, o equilíbrio das contas públicas, a valorização das pessoas, o cumprimento de prazos, o desenvolvimento de ações que gerem resultados econômicos e sociais e a sustentabilidade ambiental;

III - O desenvolvimento e a técnica, visando a implementação de modelo de gestão com ênfase em resultados, planejamento, propósito e criatividade, voltado ao cuidado com as pessoas, à geração de oportunidades, à garantia dos direitos individuais e coletivos e ao respeito ao meio ambiente.

Plano do Governo do Estado de São Paulo

- Resgatar o caráter inovador da CETESB, com fortalecimento de áreas de pesquisa, o atendimento a emergências, análises de riscos, atividades laboratoriais, cursos, treinamentos, avaliação da qualidade do ar, água, solo, áreas contaminadas e fiscalização;
- Criar marco legal e institucional, alinhado com as melhores práticas, incentivando o Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC), garantindo segurança jurídica e diminuição de incertezas regulatórias;
- Informatizar processos para a obtenção de licenças ambientais digitais, promover a desburocratização, a transparência do processo de licenciamento, assim como, a revisão dos respectivos preços públicos.

Programas Estaduais da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo

- Estratégia Climática do Estado de SP;
- Plano Estadual do Meio Ambiente;
- Programa IntegraTietê;
- Programa Universaliza SP;
- Resíduos Sólidos;
- Transição Energética e Descarbonização; e
- Logística e Transportes.

Plano Plurianual 2024-2027

O Plano Plurianual 2024-2027 estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. A CETESB está alinhada, principalmente, com o objetivo “Meio Ambiente e Recursos Naturais Preservados, com Garantia de sua Integridade e Equilíbrio para Manutenção das Funções Ecológicas Essenciais à Vida”, que envolve o aumento da segurança hídrica, da destinação adequada dos resíduos sólidos, da produção de energia limpa e renovável e da cobertura verde no território, além da diminuição de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, com intuito de buscar a neutralidade de carbono.

A CETESB tem ações em quatro Programas: 2604, 2617, 2622 e 2623.

- Programa 2604: “Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado”, que contempla o objetivo de melhorar a eficiência dos processos de licenciamento ambiental, do monitoramento da qualidade do ar, do solo, das praias litorâneas e do atendimento às emergências químicas.
- Programa 2617: “Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento”, com capacitação e difusão do conhecimento ambiental pela Escola Superior da CETESB;
- Programa 2622: “Segurança Hídrica”, com medição e avaliação da qualidade das águas; e

- Programa 2623: “Planejamento, Formulação, Apoio à implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico”, com monitoramento dos aterros no Estado e melhoria da efetividade dos sistemas de logística reversa.

4.1.2 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Para analisar tanto o ambiente interno da Companhia (forças e fraquezas), quanto o externo (oportunidades e ameaças) e desenvolver o plano estratégico da CETESB, foi utilizada a matriz SWOT como ferramenta de gestão, elaborada em conjunto pela Diretoria Colegiada e empregados (Figura 4.1-2). Essa matriz é revisada anualmente para garantir sua atualização.

Figura 4.1-2 Matriz SWOT

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
- Reconhecimento nacional e internacional como referência na temática ambiental - Multidisciplinaridade de profissionais, ampla gama de especialistas nas temáticas ambientais de relevância nacional e internacional - Capilaridade e disponibilidade para atendimento em todo o território paulista - Base de dados ambientais qualificados, de extenso período com boa cobertura do território paulista - Difusão do conhecimento técnico e ambiental	- Baixa estruturação na gestão de recursos, de processos e de resultados - Baixa estruturação para comunicação interna e externa - Fragilidade na integração das áreas da companhia - Carência de indicadores regulatórios para avaliação do tempo de resposta às demandas (tempo não previsível de resposta aos interessados) - Baixa estruturação para captação e execução de investimentos - Baixa percepção dos colaboradores em relação ao cenário futuro da Companhia
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Disseminação do conhecimento técnico e científico na gestão ambiental - Oferta de serviços para outros entes federativos (União, Estados e Municípios) - Demandas do mercado por desempenho ESG (novos negócios) e novas tecnologias - Captação de recursos de Fundos Nacionais e Internacionais e outros parceiros para fomento à pesquisa e serviços associados ao meio ambiente e investimentos - Descentralização de atividades para os municípios, a exemplo da municipalização do licenciamento ambiental de impacto local	- Intensificação de ocorrências de crises ambientais - Intensificação de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas - Cortes orçamentários do tesouro - Alterações legislativas que possam fragilizar a proteção do meio ambiente e saúde pública no Estado de São Paulo
AMBIENTE EXTERNO	

Elaboração: CETESB, 2024.

Além da Matriz SWOT, em 2024 foram elaboradas: matriz de risco da CETESB pelos empregados e alta gestão; e matriz de materialidade dentro do Plano de Sustentabilidade Corporativo pelos empregados, alta gestão da CETESB e *stakeholders*. No entanto, devido ao prazo de finalização dessas matrizes, previsto entre novembro e dezembro de 2024, não foi possível incorporá-las na elaboração deste documento, sendo utilizadas apenas como referência para alguns aspectos levantados.

4.1.3 FORMULAÇÃO DO MAPEAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2023, com a chegada da nova diretoria, com base nos objetivos estratégicos do Governo de São Paulo e na pesquisa de clima organizacional realizada com o corpo funcional da CETESB, foram definidas duas frentes de atuação: a implementação de um plano de ação emergencial para 2023 e a elaboração do planejamento estratégico da gestão para o período de 2024 a 2027. O Plano de Ação Emergencial 2023 foi estruturado em cinco eixos (pessoal, sistemas, infraestrutura, normas/procedimentos e comunicação), 17 objetivos específicos e 56 ações que foram realizadas ao longo de 2023 e início de 2024.

O planejamento estratégico da gestão foi desenvolvido, levando em consideração os desdobramentos das ações emergenciais, as diretrizes do Governo, a matriz SWOT, além da missão, visão e valores da CETESB. Foi estruturado o mapa da estratégia desta gestão, com quatro perspectivas: (i) resultados para a sociedade, (ii) processos e governança, (iii) pessoas e capacitação e, (iv) financeiro, conforme detalhado a seguir.

A partir desses elementos, a Diretoria Colegiada estabeleceu sete diretrizes/objetivos para a estratégia de longo prazo, que devem perdurar para além da gestão. Para a Diretoria é vital orientar o trabalho da CETESB em um novo cenário global focado na inserção da sustentabilidade no negócio, adequar e inovar os serviços às novas expectativas da sociedade. Será necessário garantir a solidez financeira e atrair investimentos para a Companhia. As tomadas de decisão e a formulação de políticas públicas devem ser baseadas em dados científicos e tecnologias de ponta. Isso tudo, assegurando valores éticos, integridade e transparência nos processos de governança e valorizar, capacitar, reforçar e cuidar do corpo funcional, responsável por manter a CETESB como um centro de referência nacional e internacional no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

Figura 4.1-3 Mapa Estratégico



Mapa Estratégico 2023-2026

Negócio

Execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental de fontes de poluição e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais, dos resíduos, da proteção aos mananciais e da fiscalização.

Referencial Estratégico

- Missão** Promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.
- Visão** Buscar a excelência na gestão ambiental e nos serviços prestados aos usuários e à população em geral, aprimorando a atuação da CETESB no campo ambiental e na proteção da saúde pública.
- Valores** Ética, legalidade, transparência, eficiência, eficácia, isonomia, imparcialidade, responsabilidade, valorização do capital humano e compromisso com a empresa.

Resultados para a Sociedade

1 preparar a Companhia para os desafios do novo cenário ambiental global

2 aproximar, adequar e **inovar os serviços** da Companhia às novas expectativas da sociedade

Processos e Governança

3 repactuar a gestão e fiscalização com os entes federativos e demais interessados

5 investir na **utilização de dados** científicos e tecnologias para **tomada de decisão** e formulação de política pública

6 assegurar valores éticos, **integridade e transparência** organizacional nos processos de governança

Pessoas e Capacitação

7 valorizar, capacitar, reforçar e **cuidar do corpo funcional**

Financeiro

4 assegurar a solidez financeira e **atrair investimentos** para a Companhia

Elaboração: CETESB, 2023.

4.1.4 DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS

O desdobramento da estratégia é um processo de gestão que divide um objetivo em atividades menores, claras e mensuráveis, garantindo assim o alinhamento e a eficácia na execução. Este processo permite uma visão clara de como cada atividade contribui para o objetivo final, facilitando o acompanhamento e possíveis ajustes das estratégias.

As metas corporativas são definidas anualmente, as quais subsidiam a mensuração do caminho para o alcance dos objetivos estratégicos. As metas estipuladas em 2024 estavam focadas nas seguintes diretrizes/objetivos estratégicos:

- Objetivo estratégico 1: Preparar a Companhia para os desafios do novo cenário ambiental global com foco na inserção da sustentabilidade no negócio
 - Meta: Elaborar Plano de Sustentabilidade corporativo; e
 - Meta: Gerar 40% da energia consumida pela CETESB, a partir de fontes renováveis e mais limpas.
- Objetivo estratégico 2: Aproximar, adequar e inovar os serviços da Companhia às novas expectativas da sociedade
 - Meta: Publicar quatro documentos que contemplem a revisão e/ou proposta de instruções e normativas (linhas de corte) para racionalizar o licenciamento de empreendimentos;
 - Meta: Aumentar 18 novos pontos na rede de monitoramento de qualidade de água;
 - Meta: Verificar no mínimo 8% do estoque de TCRA apurados com mais de 5.000 mudas com prazo de execução até 30/09/2024, que aproximadamente totaliza 3.000 TCRA; e
 - Meta: Elaborar o Plano Estratégico de Comunicação Integrada da CETESB.
- Objetivo estratégico 5: Investir na utilização de dados científicos e tecnologia para tomada de decisão e formulação de políticas públicas
 - Meta: Estruturar a base do Programa de Governança de Dados da CETESB.

Em nível tático, a estratégia foi desdobrada em ações e 11 Projetos Institucionais que estão sendo desenvolvidos para dar foco em oportunidades de melhorias da qualidade dos serviços prestados, ou mesmo oportunidades de novos serviços, reforçando a imagem institucional. Cada projeto tem metas anuais estabelecidas.

Um breve descritivo dos 11 Projetos está abaixo:

CETESB INFORMA

- Tornar a comunicação mais ativa para o público externo e interno;
- Divulgar as ações/produtos da CETESB para além das agendas;
- Desdobrar os conteúdos e ampliar as mídias de comunicação;

- Criar comunicação onde os empregados se enxerguem na comunicação, interajam e participem;
- Adequar o site e intranet; e
- Retomar e ampliar agendas de divulgação e eventos.

CETESB DO FUTURO

- Estabelecer boas práticas de Governança de Dados na Companhia;
- Ampliar a transparência dos dados da Companhia e democratizar a informação;
- Fomentar uma cultura de decisão baseada em dados;
- Aumentar a eficiência dos serviços de tecnologia da informação; e
- Instituir, de forma transversal na Companhia, conceitos de sustentabilidade.

CUIDAR DE QUEM CUIDA DO MEIO AMBIENTE

- Aprimorar o plano de carreira da CETESB; e
- Elaborar o Programa de Cuidado e Clima Organizacional.

DE OLHO NA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

- Efetuar a verificação e acompanhamento da execução dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA estabelecidos junto à CETESB.

LICENCIA + MUNICÍPIO LEGAL

- Fomentar a habilitação dos municípios para o licenciamento ambiental (objetiva-se que os municípios que ainda não estejam habilitados tornem-se aptos ao licenciamento e ainda, aqueles que já se encontram habilitados progridam para a ampliação de licenciamentos de maior grau de impacto).

MONITORA TIETÊ

- Monitorar o rio Tietê e gerar os indicadores seguindo as diretrizes do IntegraTietê;
- Aproximar a sociedade do trabalho técnico da CETESB, da coleta ao resultado, fortalecendo a imagem institucional; e
- Evidenciar o papel da CETESB como o órgão oficial responsável pelas informações técnicas de qualidade ambiental.

VALORIZE

- Aprimorar a comunicação e expressar o valor gerado pela CETESB para a qualidade de vida das pessoas, seja pelos resultados diretos dos monitoramentos ambientais em apoio às políticas públicas, de proteção ao ambiente, seja pelo aumento da transparência ativa, com vistas a um desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

REPENSE

- Revisitar os processos de negócio e as decisões de investimento com a visão sistêmica de alinhamento das ações da CETESB com as do Estado e atendimento às demandas, capacidade operacional e instalada, e legislação vigente, buscando identificar oportunidades de melhoria e aumento na eficiência nos serviços prestados.

FOCO NO IMPACTO

- Racionalizar as ações por meio de normativas e procedimentos para maior agilidade e eficiência, inovando no desempenho de suas atividades, permitindo maior foco no licenciamento e acompanhamento de empreendimentos estratégicos e de significativo impacto ambiental.

MAPFAUNA

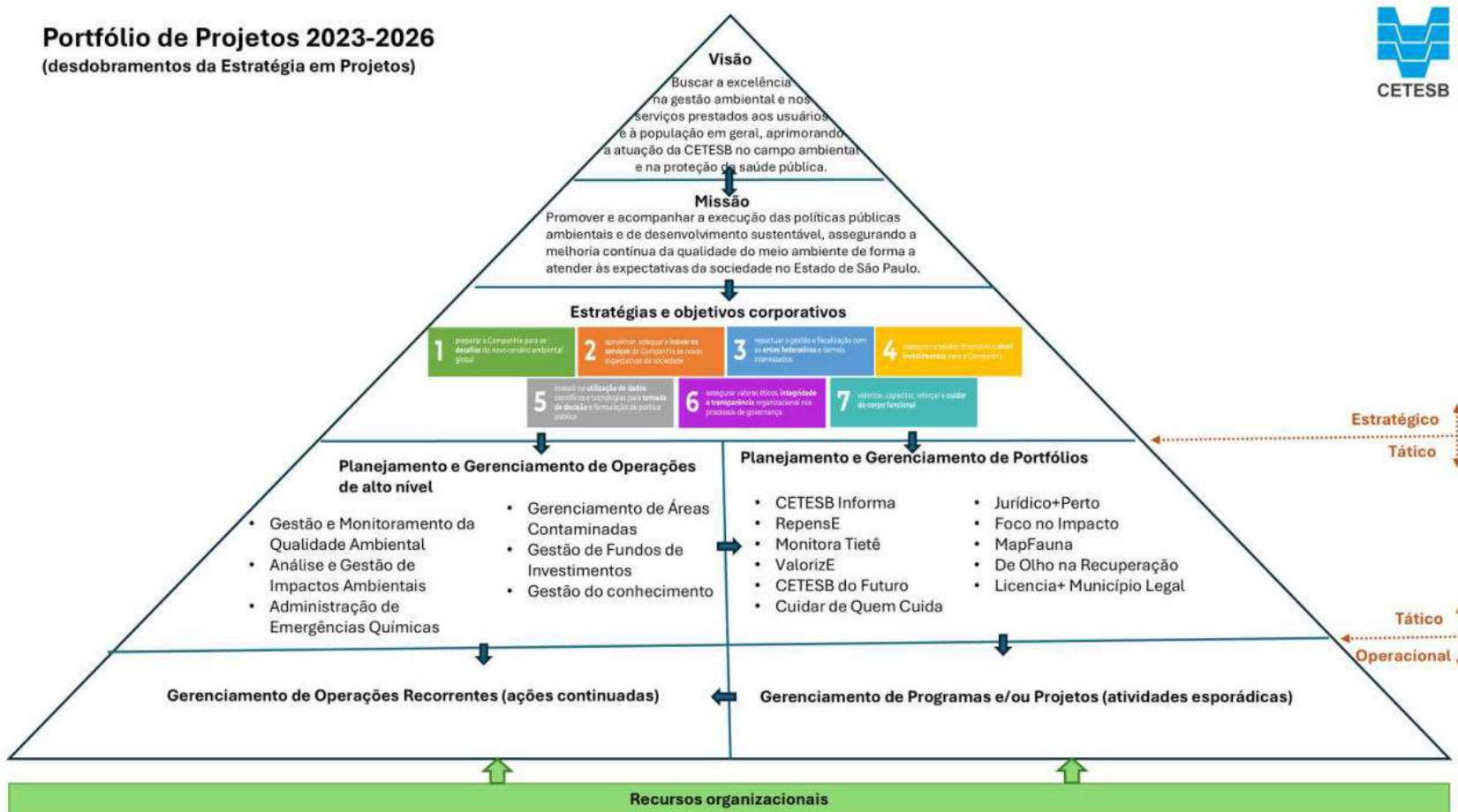
- Incluir a fauna como indicador de qualidade ambiental e de biodiversidade do território, cujo acompanhamento e gestão subsidiem as decisões do licenciamento ambiental e a elaboração de políticas públicas visando um Estado mais sustentável; e
- Organizar e disponibilizar os dados de fauna, de forma a incorporar, nos trabalhos da CETESB, uma nova variável, que ao lado dos dados de ar, água, solo, resíduos etc., permita uma avaliação mais acurada da qualidade ambiental do Estado, melhorando as avaliações ambientais dos empreendimentos e eventualmente subsidiando a elaboração de planos e programas setoriais/regionais.

JURÍDICO + PERTO

- Avaliar e identificar as normas aplicáveis pela / à CETESB, publicar as informações e elaborar compêndio de normas para as equipes;
- Identificar, junto às diretorias, os principais elementos de dúvida jurídica para elaboração de Orientações Jurídicas Corporativas – OJC; e
- Modernizar regra interna que estabeleça o rito para estabelecimento de entendimentos / precedentes jurídicos de cumprimento obrigatório.

Em nível operacional, foram definidas metas vinculadas às atribuições de cada área da Companhia, num Painel de Contribuição, atreladas aos objetivos dos Projetos Institucionais, de forma a aumentar a capacidade de alcançar os objetivos estratégicos. Em 2024, foram elaboradas 390 metas pelos empregados com validação dos superiores imediatos.

Figura 4.1-4 Portfólio de Projetos 2023 - 2026



4.1.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A cada ano, em conformidade com Lei das Estatais 13.303/2016 e Decreto Estadual nº. 62.349/2016, é elaborado o Plano de Negócios e a Estratégia de Longo Prazo, com horizonte dos próximos 5 anos, da Companhia, onde o diagnóstico organizacional (matriz SWOT) e as estratégias são avaliadas e revistas, com a proposição de metas anuais. O monitoramento das metas é realizado trimestralmente com divulgação para todos os empregados da CETESB. Em dezembro de 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração da CETESB o Plano de Negócios 2025, que foi elaborado focado em cinco eixos:

- Objetivo estratégico 1: Preparar a Companhia para os desafios do novo cenário ambiental global com foco na inserção da sustentabilidade no negócio
 - Eixo: Inserção de sustentabilidade no negócio
- Objetivo estratégico 2: Aproximar, adequar e inovar os serviços da Companhia às novas expectativas da sociedade
 - Eixo: Atendimento ao cliente (público/privado)
 - Eixo: Integração e modernização de sistemas
- Objetivo estratégico 4: Assegurar a solidez financeira e atrair investimentos para a Companhia
 - Eixo: Captação de recursos e parcerias
- Objetivo estratégico 7: Valorizar, capacitar, reforçar e cuidar do corpo funcional
 - Eixo: Desenvolvimento e valorização do corpo funcional.

4.2 PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2025

A proposta orçamentária setorial da CETESB para o exercício de 2025 foi aprovada pelo Conselho de Administração na 602ª reunião, realizada em 25 de junho de 2024. Posteriormente, a proposta foi convertida no Projeto de Lei nº 712/24, de 1º de outubro de 2024 e, em 3 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei nº 18.078, que estabeleceu as receitas e despesas do Estado de São Paulo para o ano de 2025.

No âmbito dessa lei, foi conferido à CETESB um orçamento de R\$ 730,9 milhões, distribuído entre as seguintes ações:

- Medição da Qualidade da Balneabilidade das praias litorâneas: R\$ 6,7 milhões
- Licenciamento de Baixo Impacto Ambiental: R\$ 209,3 milhões
- Gestão do Licenciamento de Alto Impacto Ambiental: R\$ 110,5 milhões
- Planejamento, Realização e Avaliação de Cursos/Eventos: R\$ 9,1 milhões
- Medição da Qualidade do Ar: R\$ 16,2 milhões
- Medição da Qualidade das Águas: R\$ 26,5 milhões
- Fiscalização de Disposição de Resíduos: R\$ 4,5 milhões
- Gestão Administrativa da CETESB: R\$ 348,1 milhões

Das receitas previstas para este orçamento, R\$ 177,3 milhões serão oriundos de subvenções do Tesouro, enquanto o montante restante será composto por recursos próprios e vinculados. No que se refere aos investimentos, registrou-se um expressivo aumento de 226% em relação a 2023, quando foram consignados R\$ 4,2 milhões, conforme apresentado na Tabela 4.2-1.

Tabela 4.2-1 – Orçamento 2025

Fonte de Recursos	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	TOTAL
TESOURO	174,0	3,3	-	177,3
PRÓPRIOS	256,3	190,1	13,7	460,1
VINCULADOS	55,5	38,0	-	93,5
TOTAL	485,8	231,4	13,7	730,9
				R\$ Milhões

Fonte: CETESB, 2025.

Esse plano orçamentário reflete o compromisso da CETESB com a promoção da qualidade ambiental e com a execução eficiente de suas funções institucionais, alinhando-se às metas estratégicas do Estado de São Paulo para o próximo ano.

4.3 CETESB EM NÚMEROS E AÇÕES OPERACIONAIS

4.3.1 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Licenciamento Ambiental no estado de São Paulo teve seu início a partir da aprovação do regulamento da Lei Estadual nº 997/76, por meio do Decreto Estadual nº 8468/76, em que define a CETESB como órgão responsável por aplicar o disposto na Lei, cria a licença para a atividade industrial e estabelece critérios para o licenciamento.

Na qualidade de órgão delegado do Governo do estado de São Paulo para coordenar e realizar os trabalhos técnicos de licenciamento e fiscalização, associados ao controle ambiental de empreendimentos e proteção dos recursos naturais e de mananciais, em 2024, foram publicadas normativas (Decisões de Diretoria, Roteiros e Instrução Técnica), visando à eficácia do processo de licenciamento:

- **DECISÃO DE DIRETORIA Nº 022/2024/I, de 25 de março de 2024.** Dispõe sobre os procedimentos para a regularização do licenciamento ambiental de rodovias em operação no Estado de São Paulo, no âmbito da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental;
- Roteiro de Diretrizes para Elaboração do Relatório de Regularização do Licenciamento Ambiental da Malha Rodoviária;
- Roteiro de Diretrizes para Elaboração do Relatório de Solicitação de Autorização para Supressão de Vegetação para as Atividades de Operação da Malha Rodoviária;

- **DECISÃO DE DIRETORIA Nº 023/2024/C/I, de 25 de março de 2024.** Estabelece o “Procedimento para licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, preparo, recuperação energética, tratamento e disposição final de resíduos sólidos”;
- **DECISÃO DE DIRETORIA Nº 039/2024/I, de 24 de maio de 2024.** Dispõe sobre o Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna – PMAF para as rodovias estaduais do Estado de São Paulo e suas diretrizes para elaboração e implementação; e estabelece dispositivo transitório, no âmbito da Câmara Ambiental da Construção;
- **INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 042/2024** – Procedimentos Relativos à Aplicação da DD 025/2014/C/I de 30/01/2014 que Disciplina o Licenciamento da Atividade Minerária no Estado de São Paulo;
- **DECISÃO DE DIRETORIA Nº 107/2024/I/C, de 21 de novembro de 2024.** Dispõe sobre o estabelecimento de limite de emissão para fontes de emissão que utilizam derivados de madeira como combustível, cujos produtos de combustão que não tenham contato direto com a matéria-prima ou produto;
- **DECISÃO DE DIRETORIA Nº 108/2024/I/C, de 21 de novembro de 2024.** Dispõe sobre a verificação da conformidade ambiental de unidades prisionais no Estado de São Paulo e dá outras providências;
- **DECISÃO DE DIRETORIA Nº 113/2024/I, de 06 de dezembro de 2024.** Dispõe sobre o Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas de Poluição do Ar no Estado de São Paulo – Termo de Referência para Elaboração do Plano de Monitoramento de Emissões Atmosféricas (PMEA);
- Roteiro para Elaboração e Apresentação de Projeto de Sistema de Tratamento de Águas Residuárias (STAR); e
- Roteiro para Elaboração de Estudo Circunstanciado (EC) para verificar a necessidade de quantificação de risco tecnológico e necessidade de elaboração de Estudo de Análise de Risco (EAR) no processo de licenciamento ambiental.

4.3.1.1 LICENCIAMENTO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

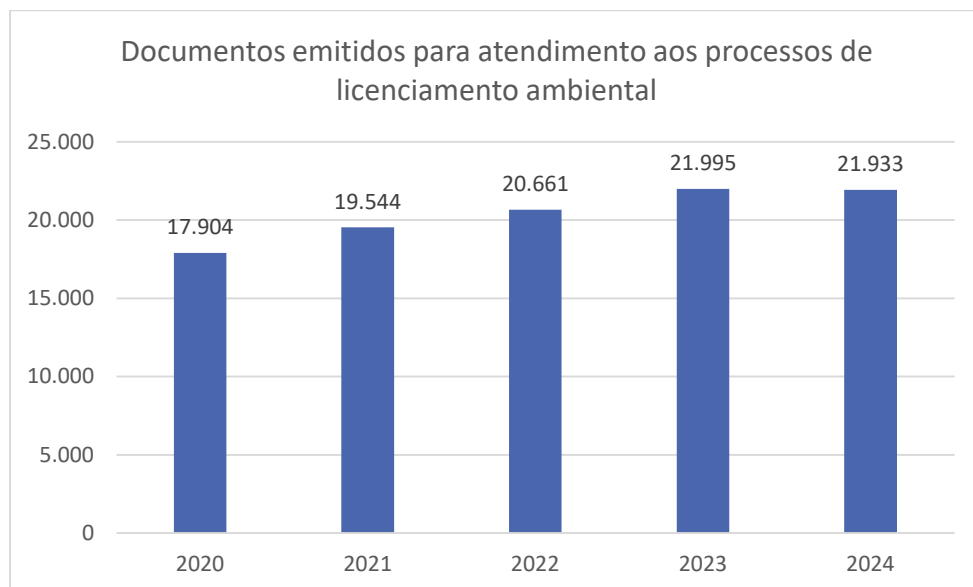
O Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo teve seu início a partir da aprovação do regulamento da Lei Estadual nº 997/76, por meio do Decreto Estadual nº 8468/76, em que define a CETESB como órgão responsável por aplicar o disposto na Lei, cria a licença para a atividade industrial e estabelece critérios para o licenciamento.

Na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo para coordenar e realizar os trabalhos técnicos de licenciamento e fiscalização, associados ao controle ambiental de empreendimentos e proteção dos recursos naturais e de mananciais, em 2024, foram publicados procedimentos (Decisões de Diretoria), visando à eficácia do processo de licenciamento:

Foram emitidos 21.933 documentos em 2024, referentes ao atendimento das solicitações de licenças ambientais, por meio das 48 Agências Ambientais espalhadas pelo estado de São Paulo, e 687 documentos em atendimento ao Parecer Técnico Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB).

Soma-se a esses números cerca de 19,3 mil documentos emitidos referentes a pedidos de outros pareceres, autorizações, alvarás e certificados.

Figura 4.3-1 – Documentos emitidos para atendimento aos processos de licenciamento ambiental



Fonte: CETESB, 2025.

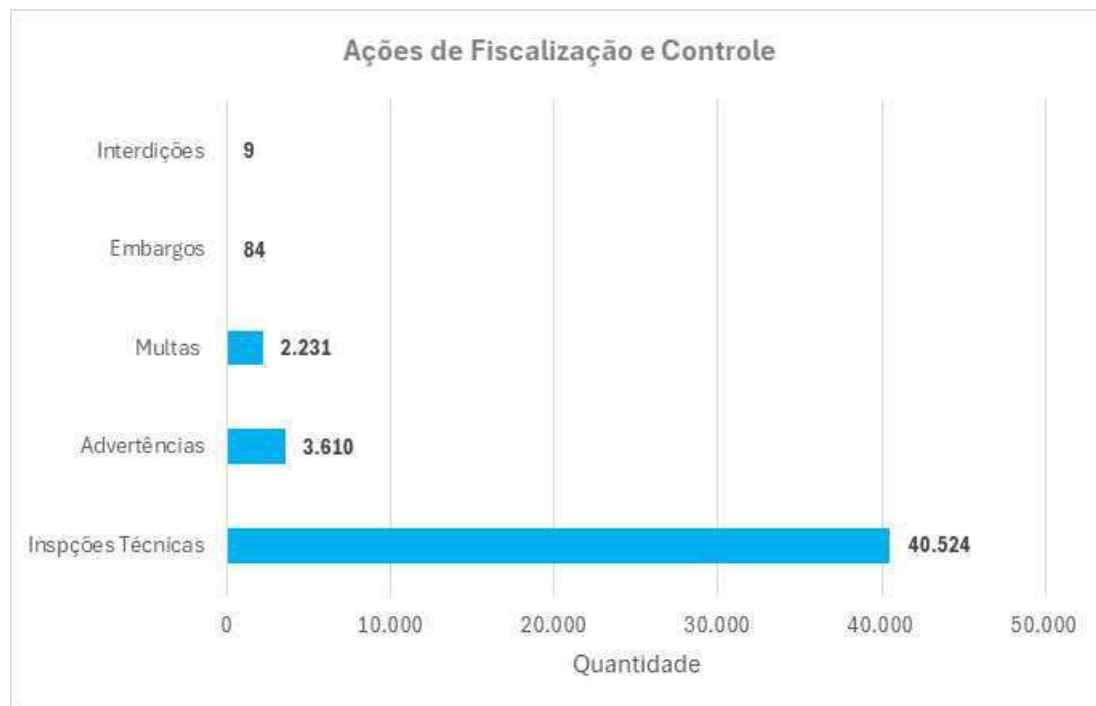
Com a adoção do licenciamento ambiental simplificado por meio do Via Rápida Ambiental, foram emitidas:

- 4.011 Licenças Ambientais,
- 17.101 Autorizações; e
- 17.553 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento.

A fila de processos pendentes de finalização, em comparação com 2023, apresentou uma redução, passando de 14.516 para 13.903 em 2024. No caso específico do licenciamento ambiental, esse número diminuiu de 6.906 para 5.454 processos, o que representa uma redução de 21% do passivo. Desses, 4.292 processos estavam, efetivamente, em análise na CETESB.

A CETESB também realiza ações de fiscalização de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes de causar degradação ambiental de diversas formas. Em 2024, foram realizadas mais de 40 mil inspeções técnicas.

Figura 4.3-2 – Documentos emitidos para atendimento aos processos de licenciamento ambiental



Fonte: CETESB, 2025.

4.3.1.2 LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)

Estima-se que o licenciamento com AIA em 2024 viabilizou investimentos no Estado na ordem de R\$ 57 bilhões, com a concessão de 163 licenças ambientais. Esses investimentos em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos se refletem na melhoria das condições de vida para a população, na dinamização da economia e na oferta de empregos. Por exemplo, para a implantação desses empreendimentos licenciados em 2024, estima-se a geração de, pelo menos, 47.673 postos de trabalho diretos nas fases de obras e de operação.

Ainda em relação aos aspectos financeiros, o licenciamento de empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foi responsável pela captação de valores na ordem de R\$ 13,6 milhões em compensações ambientais, em decorrência da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

Os projetos que foram licenciados na CETESB em 2024 com Avaliação de Impacto Ambiental representaram investimentos, principalmente, na área de transportes, com aproximadamente 75% de contribuição, seguido por obras hidráulicas (barragens, reservatórios etc.), aterros e mineração, com 20% e empreendimentos de linhas de transmissão, com 5%.

Do total de licenças emitidas, 48 correspondem a Licenças Ambientais Prévias, 32 a Licenças de Instalação e 83 a Licenças de Operação, renovações e regularizações.

Além da emissão das licenças ambientais, 274 processos foram efetivamente encerrados. Tratam-se de processos decorrentes, principalmente, de ações de agrupamentos de Regularizações e Renovações de Licenças de Operação devido à aplicação da DECISÃO DE DIRETORIA Nº 095/2023/I, de 20/12/2023, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental de operação e renovação de operação de obras lineares de infraestrutura, e da DECISÃO DE DIRETORIA Nº 022/2024/I, de 25 de março de 2024, que dispõe sobre os procedimentos para a regularização do licenciamento ambiental de rodovias em operação no Estado de São Paulo, no âmbito da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental.

Dentre os empreendimentos licenciados com AIA em 2024, destacam-se:

- Regularização ambiental de mais de 50% da extensão de rodovias concedidas no estado de São Paulo, entre outros;
- Novas linhas de metropolitanos e obras ferroviárias (Linha 20 Rosa, prolongamento da Linha 2 – Verde e da Linha 4 do Metrô, Trem Intercidades – TIC e Segregação Noroeste do Transporte Ferroviário de Cargas);
- Ampliações de subestações de energia (SE Manoel da Nobrega 230/88 kV e SE 440/88 kV Água Azul) e novas linhas de transmissão;
- Terminais (Reforço Estrutural de Gás da Baixada Santista, Intermodal de Pederneiras, GB Terminais);
- Novos viários (Veículo Leve sobre Trilhos – VLT 3, BRT ABC - Fase 2, Acesso à Comunidade de Bombas); duplicações de rodovias (SP-191, 284, 294, 304, 333);
- Sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto (Sistema Produtor Rio Grande, Sistema de Esgotamento Sanitário Perus);
- Usinas fotovoltaicas (usina flutuante Araucária, usina Novo Oriente); hidrelétricas (Cascata e Emas Nova);
- Aterros (UVS Canitar, CRVR, ampliações CGR Jardinópolis, CTR-G4, UTGR Americana);
- Obras de controle de cheias e macrodrenagem (Projeto Parque Várzeas do rio Baquirivu-Guaçu, Reservatório TG-9, desassoreamento do rio Juquery e do córrego Tapera Nova); e
- Aeroporto de Congonhas (Renovação de Licença de Operação).

Cabe destacar, ainda, que em consonância aos Projetos Institucionais e Plano de Metas da CETESB, o estoque de pedidos de Licenças de Instalação de empreendimentos licenciados com AIA foi zerado e houve uma redução no estoque geral de pedidos de licença com AIA, como resultado de ações estratégicas adotadas, tal como o agrupamento de licenças de operação de empreendimentos lineares.

No âmbito do licenciamento, os estudos de fauna silvestre e o seu manejo muitas vezes demandam a emissão de Autorização de Manejo *in situ*, conforme os objetivos previstos no Artigo 5º da Resolução SIMA nº 115/2022. Essas Autorizações eram emitidas pelo Departamento de Gestão de Fauna Silvestre (DGFS) da Coordenadoria de Fauna Silvestre (CFS) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). Desde 1 de outubro

de 2023, foi acordado entre SEMIL e CETESB que até a delegação formal da atribuição, os requerimentos de Autorização de Manejo *in situ* de Animais Silvestres cadastrados no GEFAU/SIGAM, seriam tramitados pela CETESB, conforme consta da minuta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT). A formalização da atribuição está sendo tratada no âmbito da alteração do Decreto nº 64.132, de 11 de março de 2019 e da Lei nº 118, de 29 de junho de 1973 (alterada pela Lei nº 13.542/2009), assim como no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a SEMIL e a CETESB, processo SEI nº 020.00006012/2024-59. As Autorizações são pautadas por Pareceres Técnicos que, durante o processo de formalização citado, vem sendo elaborados pela CETESB, como nova atribuição, desde o final de 2023. Em 2024 foram emitidos 109 Pareceres Técnicos de Fauna.

Além da análise das solicitações de licenças ambientais mediante AIA, as atividades operacionais envolvendo Avaliação de Impacto Ambiental e apoio pelas equipes técnicas especializadas resultaram em:

- 198 pareceres de análise de Consulta Prévia para definição do tipo de estudos necessários ao licenciamento ambiental: EIA/RIMA, Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e Estudo Ambiental Simplificado (EAS), ou ainda o licenciamento de rito ordinário nas agências ambientais;
- 57 Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), equivalentes ao corte de 20,1 mil indivíduos arbóreos isolados, supressão de 156,22 ha de vegetação nativa e intervenção em 220,2 ha em Área de Preservação Permanente (APP);
- Averbação de 7,69 ha como Reserva Legal, em contrapartida às intervenções em vegetação nativa e Áreas de Preservação Permanente;
- 57 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), correspondendo a 1.422,37 ha de áreas para restauração ecológica; e
- 1.170 inspeções e vistorias técnicas aos empreendimentos sujeitos à avaliação de impacto ambiental.

4.3.2 MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL

A CETESB possui e opera há mais de cinquenta anos, diversas redes de monitoramento ambiental com o objetivo de avaliar a qualidade das águas, do solo e do ar. Esses dados permitem um diagnóstico amplo, identificando vulnerabilidades e áreas prioritárias de atuação, além de subsidiar o desenvolvimento de programas e ações de controle, incluindo o licenciamento ambiental.

4.3.2.1 QUALIDADE DA ÁGUA E DO SOLO

Os laboratórios atuam de forma integrada no controle da poluição, monitoramento e diagnóstico da qualidade ambiental, realizando amostragens e ensaios físicos, químicos, hidrobiológicos, microbiológicos, parasitológicos e toxicológicos em diversas matrizes ambientais.

Em paralelo, são desenvolvidas ações para a proteção da saúde humana e do meio ambiente, em parceria com a SEMIL e a SES-SP (Secretaria de Estado de Saúde). Dentre essas ações, destacam-se os programas de vigilância ambiental da poliomielite, cólera e COVID-19 em esgotos, além de planos de contingência e alerta em episódios de florações de algas e em mananciais vulneráveis à presença de protozoários patogênicos, o atendimento à mortandade de peixes e o suporte a emergências químicas. Nesse contexto são atendidas

demandas analíticas do Ministério da Saúde, dos Centros de Vigilância Sanitária e Epidemiológica da Secretaria de Saúde, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Em 2024, foram realizados mais de 381 mil ensaios para monitoramento da qualidade de água e solo, além da fiscalização de fontes para subsidiar ações preventivas e corretivas no controle da poluição ambiental.

As unidades laboratoriais continuam também acompanhando as medidas adotadas na vigilância ambiental de SARS-CoV-2 em esgotos e águas superficiais; de poliovírus em esgoto, considerando o risco elevado de reintrodução da poliomielite no país; e de protozoários em mananciais críticos do estado, auxiliando na determinação da circulação de patógenos na população. Destaca-se ainda, em 2024, a implementação do monitoramento de glifosato e AMPA (Ácido Aminometilfosfônico) em águas superficiais e subterrâneas e de poluentes emergentes (fármacos, interferentes endócrinos, produtos de higiene pessoal, agrotóxicos entre outros) nos recursos hídricos do Estado de São Paulo, bem como, a participação no GMP – Plano de Monitoramento Global de POPs (Poluentes Orgânicos Persistentes) do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) por meio da realização das análises dos compostos listados na Convenção de Estocolmo, reforçando a relevância internacional das atividades realizadas. É importante ressaltar a atuação dos laboratórios nos diversos episódios críticos de mortandade de peixes enfrentados em 2024 e seu papel na realização das medições dos indicadores ambientais do projeto Integra Tietê, coordenado pela SEMIL. Atualmente, os laboratórios contam com 1.236 acreditados com base na norma NBR ISO/IEC 17025, garantindo a rastreabilidade de seus resultados analíticos, consolidando-se como referência na área ambiental para o país e região da América Latina e Caribe.

Águas Subterrâneas – São monitoradas as águas de poços e nascentes dos aquíferos do Estado, distribuídos nas diversas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs). Em 2024 foram efetuadas duas amostragens semestrais em:

- 320 pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade, constituídos por poços tubulares e nascentes localizados no território paulista; e
- 74 piezômetros da Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade instalados nos sistemas aquíferos Bauru e Guarani.

Águas Superficiais Interiores – Águas Doces – São monitoradas as águas superficiais continentais, compostas por corpos de água doce, como rios, lagoas, lagos e represas, por meio da Rede Automática e da Rede Básica. A Rede Automática, iniciada em 1998, passou a contar com mais uma estação no rio Piracicaba, totalizando 21 estações automáticas de monitoramento da qualidade das águas superficiais interiores. Estas estações estão distribuídas nas Bacias Hidrográficas dos rios Tietê, Piracicaba, Paraíba do Sul, Jundiaí e Sorocaba e nos principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

As estações geraram cerca de 11 milhões de dados em 2024 com a determinação de parâmetros de qualidade a cada cinco minutos. Neste ano foi lançado o SIMQUA (Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade das Águas no Estado de São Paulo), que permite à população e demais interessados o acesso aos dados brutos da Rede Automática de forma ágil e transparente.

Com relação à Rede Básica, em 2024 foram monitorados, trimestralmente, 542 pontos distribuídos nas 22 UGRHs do Estado de São Paulo. Em função do programa IntegraTietê, foram implementados nesta rede 19 novos pontos de medição da qualidade da água nos afluentes do rio Tietê e um ponto na calha desse rio, todos na RMSP.

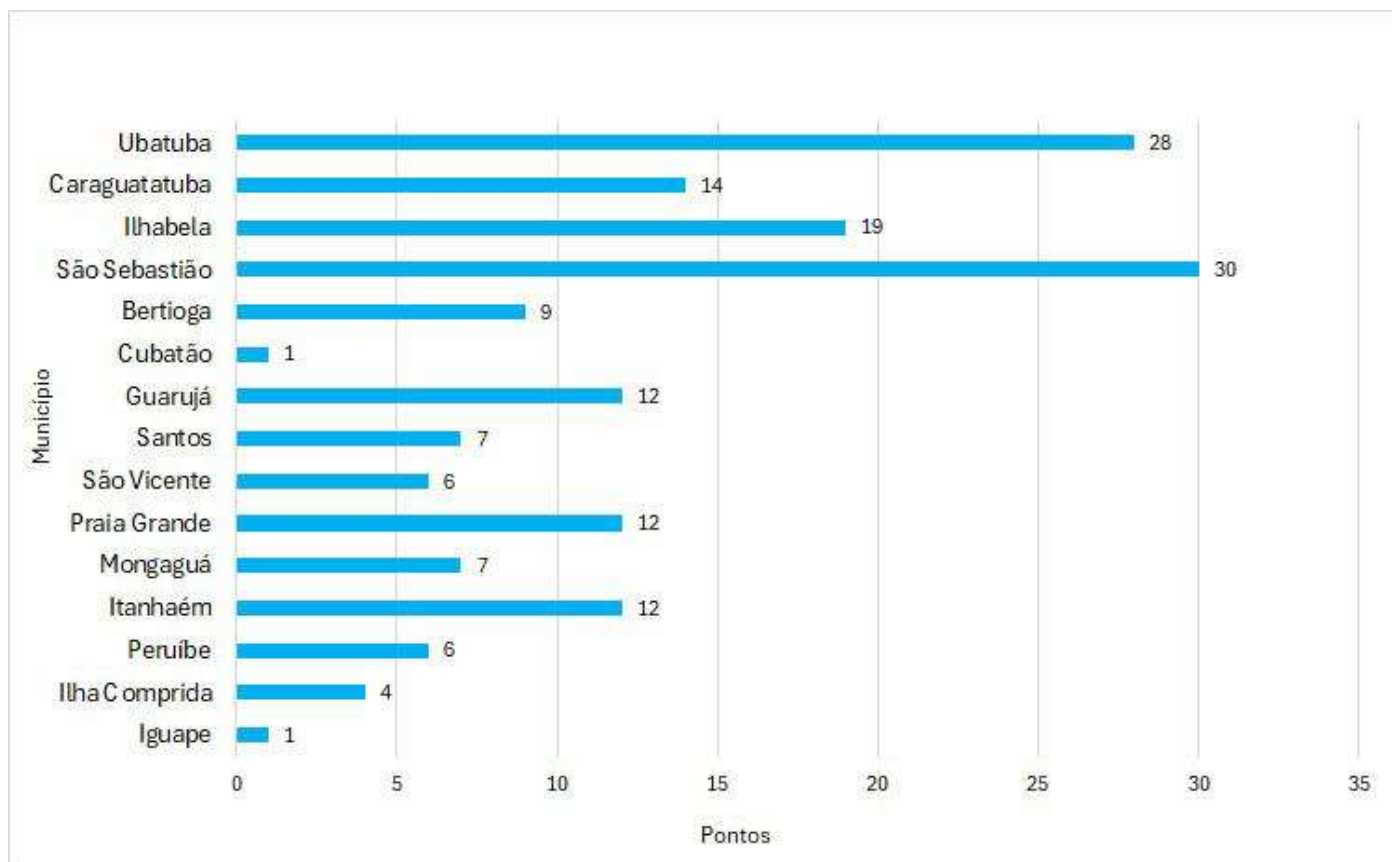
Praias Interiores – São monitorados para fins balneários as praias localizadas em rios e reservatórios do estado. A Rede de Balneabilidade das Praias Interiores monitorou 34 praias ao longo de 2024, sendo 21 com frequência semanal e 13 com frequência mensal, por serem sistematicamente próprias. Foi lançada nova página no *site* da CETESB visando aprimorar a divulgação dos dados de balneabilidade à população.

Águas Superficiais Costeiras – A Rede de Águas Costeiras monitora os corpos de água da zona costeira que podem ser de água salobra, localizados nos estuários, ou de água salina, localizados na área marinha. Em 2024 a rede costeira contou com 70 pontos de amostragem em 21 áreas distribuídas ao longo de todo o litoral paulista. Nesses locais são coletadas as amostras de água e de sedimentos para a determinação de variáveis físicas e químicas de qualidade da água. Em alguns casos são determinadas variáveis hidrobiológicas (fitoplâncton e ecotoxicidade) com o objetivo de investigar fontes de poluição e avaliar a qualidade ambiental para a preservação da vida aquática e outros usos previstos.

Praias Litorâneas: O gerenciamento da balneabilidade de praias litorâneas é realizado por meio da quantificação de indicadores microbiológicos de poluição fecal na água, gerando uma classificação de qualidade “própria” ou “imprópria” para o banho. Essa classificação é comunicada à população por meio de boletins semanais divulgados pela CETESB, indicando a qualidade da água a fim de garantir a saúde e bem-estar dos banhistas.

A divulgação é feita pelo *site* da CETESB, *Instagram*, bandeiras locais e aplicativo para dispositivos móveis. Em 2024 foram monitorados 168 pontos, distribuídos em 151 praias de 15 municípios, além de sete praias localizadas no Parque Estadual da Ilha Anchieta, conforme observa-se na figura 4.3-3 a seguir.

Figura 4.3-3 – Número de pontos de balneabilidade por município



Fonte: CETESB, 2025.

Em janeiro de 2024 foi lançado o [Mapa Interativo de Qualidade das Praias](#) na página no site da CETESB visando aprimorar a consulta e a divulgação dos dados de balneabilidade à população.

Áreas Contaminadas – O Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) é o conjunto de ações de identificação, caracterização e implementação de medidas de intervenção em áreas contaminadas, localizadas em uma região de interesse, com o objetivo de viabilizar o uso seguro implementado ou proposto em cada uma delas, culminando na sua classificação como Área Reabilitada para o Uso Declarado (AR) ao final do desenvolvimento das etapas do GAC.

A CETESB atua no GAC do Estado de São Paulo desde a década de 80, buscando sempre uma melhoria contínua dos seus procedimentos. Um reflexo disso foi a publicação, no ano de 2024, da Decisão de Diretoria nº 056/2024/E, que dispõe sobre o agrupamento em blocos das etapas do GAC e o procedimento de solicitação de Pareceres Técnicos para submissão de relatórios à CETESB.

A seguir são apresentados alguns números que expressam o resultado do trabalho da CETESB com o GAC no ano de 2024.

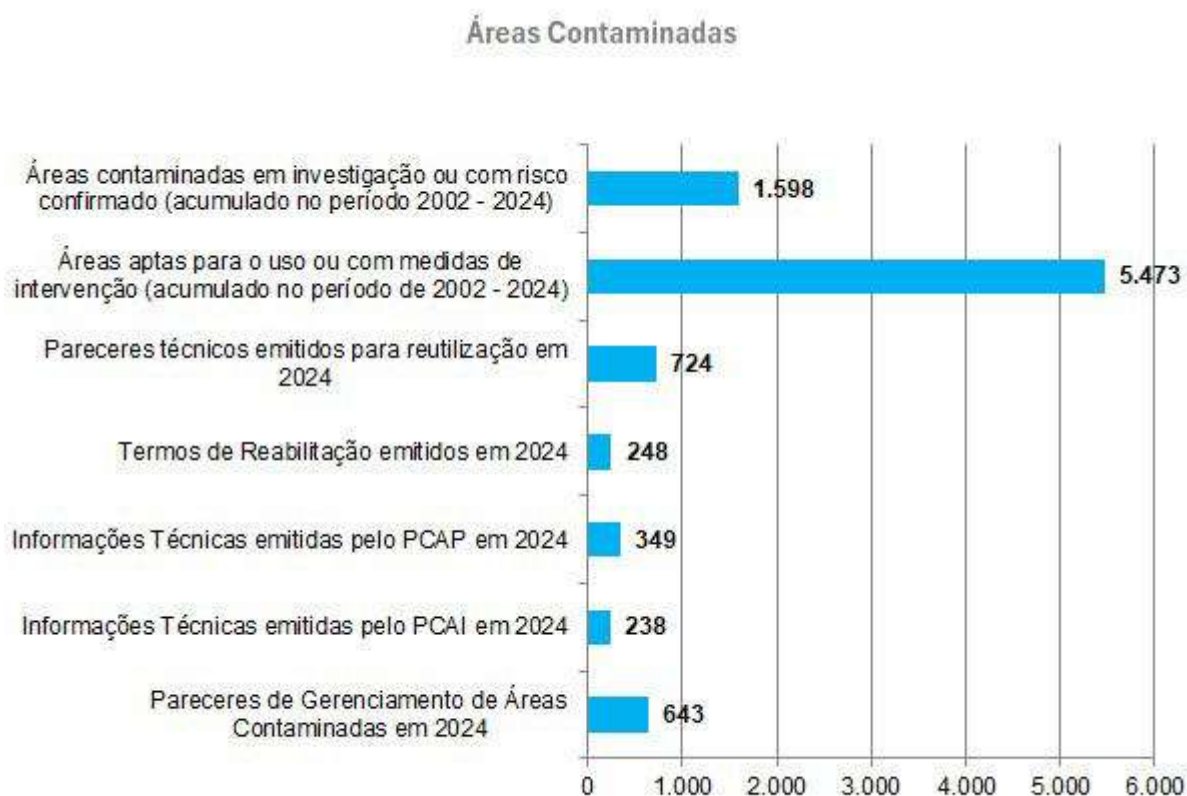
Na figura 4.3-4, os dois primeiros números expressam o resultado histórico do gerenciamento de áreas contaminadas acompanhado e fiscalizado pela CETESB no Estado de São Paulo, e os demais, alguns resultados de análises técnicas realizadas no Departamento de Áreas Contaminadas no ano de 2024.

Do total de áreas cadastradas pela CETESB, os dois números iniciais da figura 4.3-4 indicam haver mais de 70% de áreas (5.473) aptas para o uso ou com medidas de intervenção, o que significa dizer que nessas áreas o risco foi controlado ou ao menos a solução para a contaminação já foi aprovada pela CETESB. A figura 4.3-5 ilustra esses números em percentual.

Faz-se um destaque também para os 724 pareceres técnicos de reutilização emitidos no ano de 2024. Esse número demonstra uma demanda importante do mercado imobiliário por aprovações de obras e projetos em áreas contaminadas, retornando o uso econômico desses locais de maneira segura.

Dos demais valores da figura 4.3-4, destaca-se os 248 Termos de Reabilitação emitidos, que formalizam o encerramento adequado do gerenciamento de uma área contaminada, passando a ser uma área reabilitada com um uso seguro de interesse da sociedade.

Figura 4.3-4 – Total de Áreas Contaminadas



Fonte: CETESB, 2025.

A condição das áreas categorizadas como "áreas contaminadas" e "áreas aptas" nas figuras anteriores, pode ser melhor entendida quando estão distribuídas nas classificações definidas no Decreto Estadual nº 59.263/2013, conforme ilustrado na figura 4.3-5.

As Áreas Contaminadas sob Investigação (ACI), que compreendem 10,30% do total, são áreas nas quais a contaminação foi confirmada e a próxima etapa é a de avaliação de risco.

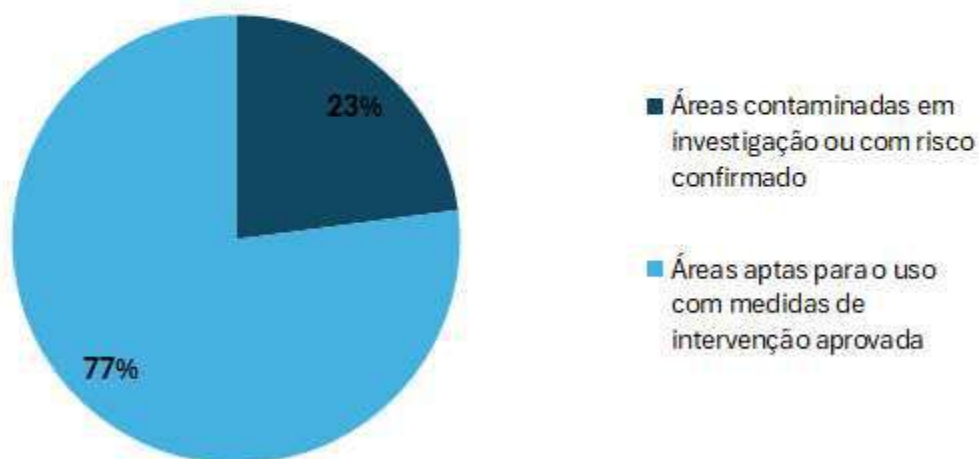
Os 12,60% que representam as Áreas Contaminadas com Risco Confirmado (ACRi), são áreas com risco confirmado de acordo com parâmetros definidos pela CETESB, sendo a etapa seguinte de elaboração do Plano de Intervenção, em que medidas de intervenção para eliminar o risco são propostas.

Aprovado o Plano de Intervenção, as áreas nas quais uma medida de remediação está sendo executada, é classificada como Área Contaminada em Processo de Remediação (ACRe), e compreende 20,40% do total. Se nessa etapa é previsto um projeto de reutilização da área (desativação da atividade contaminadora e implantação de outra, com cenário de obras), a área é classificada como Área Contaminada em Processo de Reutilização (ACRu), compreendendo 2,20% do total.

Encerradas as medidas de intervenção com sucesso, a área pode ser classificada como Área em Processo de Monitoramento (AME), hoje um universo de que compreende 24,20% do total de áreas, e finalmente, quando o monitoramento confirma a situação estável e segura da área, a classificação adotada é a de Área Reabilitada (AR). A maior parte das áreas do cadastro da CETESB são ARs, com um percentual do total igual a 30,20%.

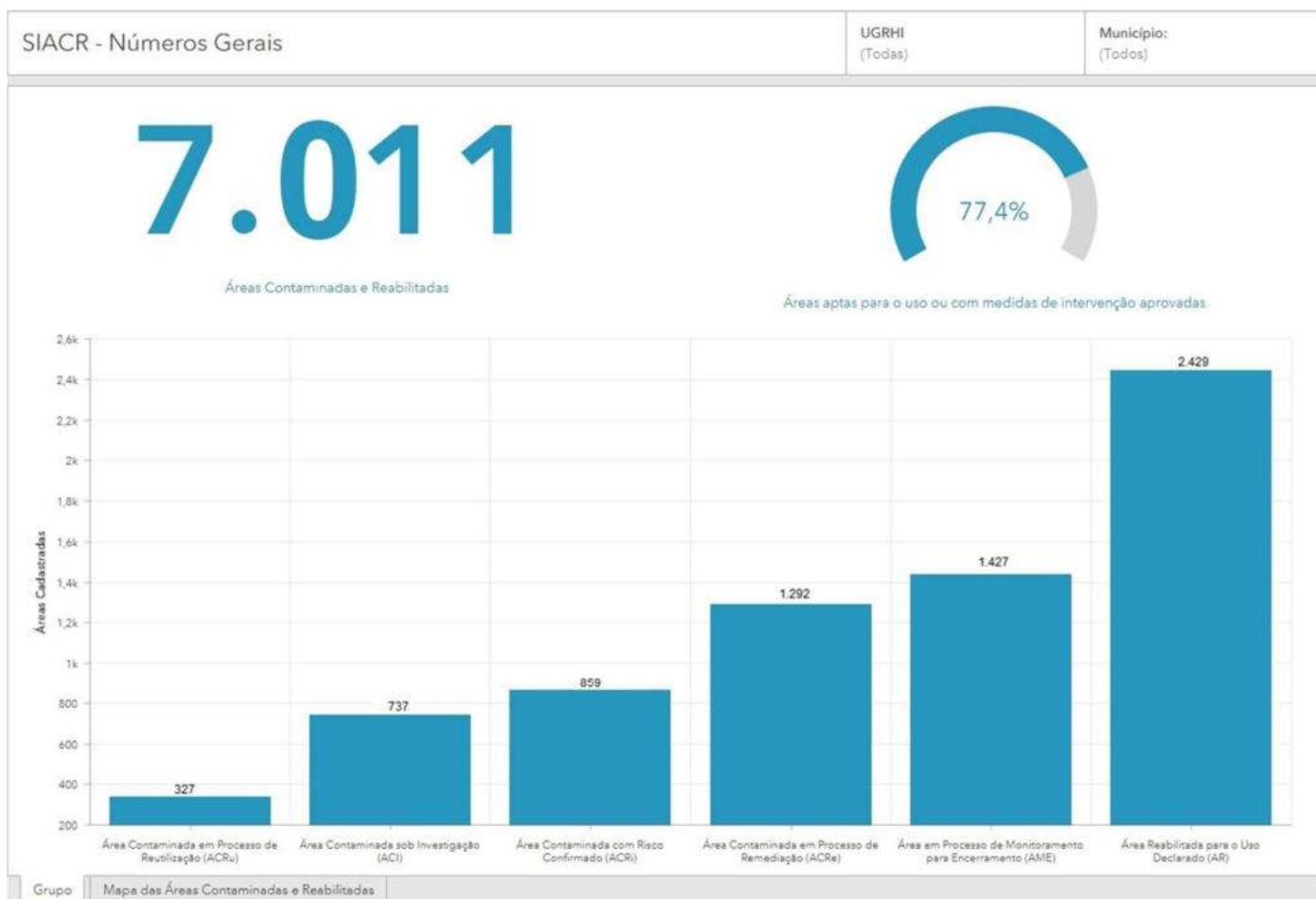
Figura 4.3-5 – Áreas Contaminadas Reabilitadas

Situação das áreas contaminadas e reabilitadas



Fonte: CETESB, 2025.

Imagem 4.3-6 – Visualização do Sistema Integrado de Áreas Contaminadas e Reabilitadas (SIACR)



Fonte: CETESB, 2024.

4.3.2.2 QUALIDADE DO AR

Para acompanhar a evolução da qualidade do ar e orientar medidas de controle ambiental, a CETESB dispõe de uma rede de monitoramento da qualidade do ar com estações medidoras na RMSP, no interior e no litoral do Estado, além de estações móveis, que são utilizadas em estudos especiais.

Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar - A Rede Manual está em operação desde 1972 e a Rede Automática desde 1981. Em 2024 essas redes contaram com:

- 63 estações automáticas distribuídas no estado (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior), que incluem cerca de 800 equipamentos e geram aproximadamente 20 mil dados diários; e
- 22 pontos de monitoramento manual, totalizando 85 estações.

Em 2024, mais cinco estações passaram a contar com o monitoramento automático de $MP_{2,5}$ (material particulado de 2,5 microns). Foram também instaladas câmeras para verificação *online* das condições no entorno das estações de monitoramento da qualidade do ar de Cubatão, Santa Gertrudes e Pinheiros (SP.)

As informações sobre qualidade do ar são disponibilizadas em tempo real para o público no *site* da CETESB, tendo sido lançada nova página do [Mapa de Qualidade do Ar](#) visando aprimorar a divulgação dos dados à população.

As informações são também disponibilizadas no [QUALAR](#) (Sistema de Informações da Qualidade do Ar) e no aplicativo para dispositivos móveis.

Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos a Diesel (PMMVD) - Trata-se de uma rede de empresas que prestam serviços conforme os padrões de qualidade estabelecidos pela CETESB, com o objetivo de reduzir o número de veículos movidos a diesel em condições inadequadas de manutenção e diminuir os níveis de poluentes atmosféricos emitidos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar no Estado, além de fortalecer as parcerias entre o Governo e os deferentes setores da sociedade. Destacaram-se, em 2024, quatro treinamentos técnicos ministrados para representantes de unidades operacionais do Programa.

Ações em Campo para Fiscalização de Veículos a Diesel - Em 2024, durante a Operação Inverno, foram realizadas ações de fiscalização de veículos a diesel em 66 pontos de rodovias, com o apoio da Polícia Militar, abrangendo cerca de 100 mil veículos. Ao longo do ano, também foram fiscalizados 110 veículos por meio da medição da opacidade e 58 veículos pela verificação da qualidade do insumo ARLA-32. O objetivo das ações é tanto de controle quanto, principalmente, a orientação para a adoção de boas práticas.

Homologações de Veículos novos no âmbito do PROCONVE e PROMOT - Em 2024, no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e do Programa de Controle das Emissões das Motocicletas e Veículos Similares (PROMOT), foram emitidos, até dezembro, 1268 pareceres técnicos para homologação de veículos novos, automóveis, veículos pesados, motocicletas e máquinas agrícolas e rodoviárias, em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica com o IBAMA nº 040/2020.

Laboratórios de emissões veiculares - Até dezembro de 2024, os laboratórios de emissões veiculares da Sede, responsáveis por ensaios em veículos movidos a Etanol, Gasolina e Gás veicular, juntamente com o Laboratório Descentralizado em São Bernardo do Campo, especializado em veículos e motores movidos a Diesel, realizaram um total de 280 ensaios para avaliar a emissão de poluentes, a eficiência energética e a qualidade dos combustíveis. O Laboratório de Emissão Veicular Descentralizado passou por atualização tecnológica, recebendo equipamentos que permitem ensaios de homologação em motores de caminhões e ônibus da fase PROCONVE P-8 e máquinas agrícolas e rodoviárias da fase MAR-I.

Em abril de 2024, a CETESB participou da Avaliação da Conformidade de Produção realizada pelo INMETRO em conjunto com o IBAMA. Nesse programa foram avaliados 27 veículos, verificando sua conformidade quanto à emissão de poluentes em atendimento ao PROCONVE e quanto à eficiência energética em atendimento aos programas federais Rota 2030 e PBEV (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular).

No mês de setembro de 2024 a CETESB participou do processo de avaliação e correlação de pistas de testes para os próximos programas do ACP (Avaliação de Conformidade de Produção), com o objetivo de identificar alternativas à pista de provas atualmente utilizada em Ibiá/ MG. O programa é desenvolvido em parceria com o Inmetro, conforme Instrução Normativa IN Ibama nº 5/2024.

A pedido do IBAMA, a CETESB iniciou também um programa piloto de Avaliação da Conformidade de Produção, realizando ensaios de conformidade em veículo presente no mercado, de forma a verificar o atendimento aos requisitos legais de emissão de poluentes. Esse piloto teve por finalidade a verificação das necessidades para implantação de um programa definitivo, em atendimento às Resoluções Conama nº 492/2018 e nº 493/2019.

4.3.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

A CETESB vem estabelecendo no estado procedimentos específicos para o tratamento ambientalmente adequado dos resíduos urbanos e de serviços de saúde e dos resíduos sólidos industriais, de forma a promover a adoção de técnicas que minimizem o potencial de poluição do ar, do solo e, principalmente, das águas superficiais e subterrâneas.

4.3.3.1 SIGOR (Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos)

Ferramenta que auxilia no monitoramento da gestão dos resíduos sólidos desde sua geração até sua destinação final, incluindo transporte e destinações intermediárias e permite o gerenciamento das informações referentes aos fluxos de resíduos sólidos no estado de São Paulo.

SIGOR – Módulo Logística Reversa

Em julho de 2024, entrou em vigor a [Decisão de Diretoria nº 051/2024/P](#), que estabelece procedimento para demonstração do cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental no período de 2022-2025, trazendo como principal mudança o alinhamento à regulação nacional, além de orientar e de trazer maior clareza sobre sua aplicação.

Neste ano foram verificados importantes resultados, como o aumento no número de empresas aderentes aos Planos de Logística Reversa de 15.694 em 2023 para 21.611 em 2024.

Com objetivos de trazer mais transparência e a ampliar a fiscalização por todas as partes interessadas, foram publicados em outubro os “[Painéis Dinâmicos de Logística Reversa](#)”¹ onde estão disponibilizados dados como

¹ Disponível na página da CETESB na aba de Resíduos Sólidos em Logística Reversa .

<https://arcgis.cetesb.sp.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?draft=true&id=4d06e6ff49634c608e945e92af27e5fe&page>

resultados da coleta de resíduos, quantidade de empresas aderentes a sistemas de logística reversa, assim como a informação em mapa de pontos de coleta e entrega, centrais de triagem e operadores logísticos dos municípios.

Imagem 4.3-7: Visualização da aba de “Resultados” dos Painéis Dinâmicos de Logística Reversa



São resultados desde a disponibilização do sistema, em 2022, até 31/12/2024:

- 468 Planos recebidos;
- 21.611 empresas inseridas em planos de Logística Reversa, das quais 18.177 situadas no estado de São Paulo; e
- 196 Relatórios Anuais de Resultados recebidos.

Também foi disponibilizada em 2024 a “Consulta Pública de Empresas Aderentes” no sistema, possibilitando assim à ampla consulta e verificação da situação das empresas aderentes perante os seus compromissos de Logística Reversa.

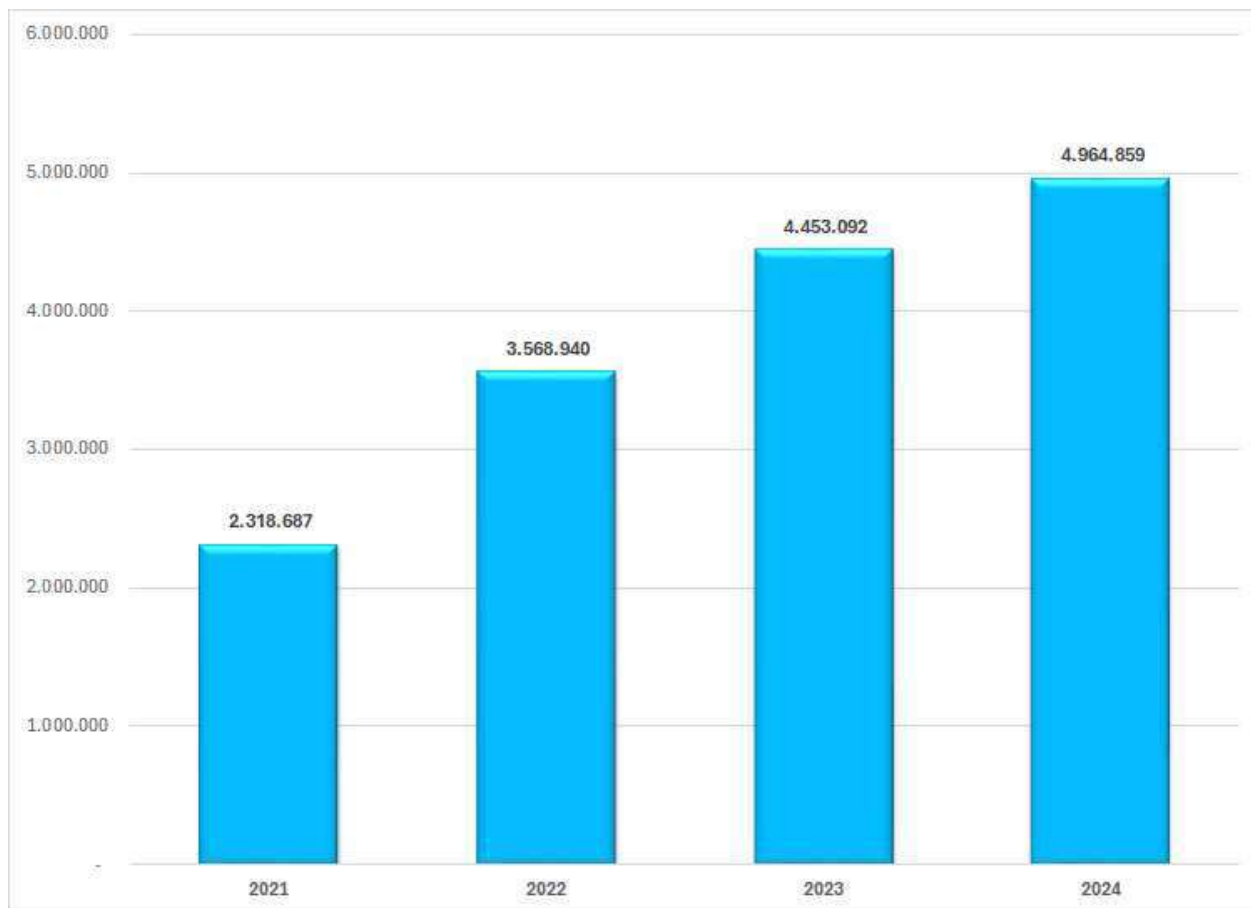
SIGOR – Módulo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR)

O módulo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) do SIGOR tem como finalidade monitorar o transporte de resíduos gerados pelas empresas até o destino final ambientalmente adequado.

Os resultados em 2024 foram expressivos: mais de 27 mil novos empreendimentos cadastrados, totalizando um acumulado de 135.889 desde janeiro/2021, quando foi lançado o sistema. Foram emitidos 4,9 milhões de documentos MTR.

[=Introdu%C3%A7%C3%A3o&_gl=1*qpIurp*_ga*MTkwOTAwNzYxOS4xNzE1NjA1MDIx*_ga_6K4LW0FWR4*MTczOTI5OTY0My43LjEuMTczOTI5OTY0OS4wLjAuMA..](#)

Imagem 4.3-8 - MTR emitidos no estado de São Paulo



Fonte: CETESB, 2025.

4.3.4 INVENTÁRIOS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Com os aprendizados obtidos em mais de dez anos na recepção de inventários das atividades licenciadas no estado, a CETESB publicou a [Decisão de Diretoria nº 083/2024/A](#), que estabelece critérios atualizados para a elaboração e envio dos inventários de emissões de GEE, além de incluir a oportunidade do reporte voluntário das ações para remoção e compensação das emissões. Essa decisão visa aprimorar o acompanhamento das emissões e auxiliar na formulação de políticas públicas de mitigação das mudanças climáticas.

A melhoria no processo de coleta e na qualidade dos dados auxilia na evolução do [Relatório Dinâmico de Emissões](#), que consolida os dados enviados pelas empresas. Em 2024 este relatório foi atualizado para incluir as emissões relativas ao ano de 2022, informações detalhadas por gás (CO₂, CH₄, N₂O, HFC, PFC e SF₆) e por

escopo de emissão (emissões diretas e emissões indiretas associadas à aquisição de energia), visando dar mais transparência aos dados recepcionados pela CETESB.

Além disso, neste ano a CETESB também investiu na melhoria do processo de recepção e qualidade dos inventários de emissões de GEE, que englobou a atualização da forma de coleta de dados e disponibilização de vídeos orientativos voltados para empresas reportantes.

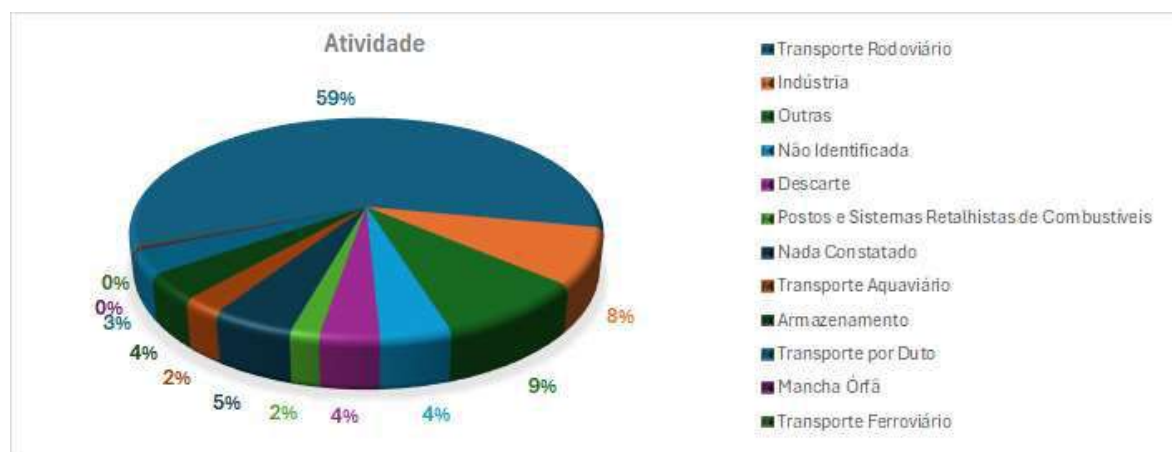
Em 2024 também foi concluída a Capacitação em Adaptação às Mudanças Climáticas na Bacia do Alto Tietê, realizada pela CETESB para mais de 100 participantes dos 39 municípios que compreendem esta Bacia Hidrográfica. Iniciado em setembro de 2023, o curso subsidiou seus participantes a identificarem pontos críticos em suas regiões e como buscarem apoio e fomento para a execução de projetos, apoiando na construção de soluções resilientes aos riscos climáticos.

4.3.5 EMERGÊNCIAS QUÍMICAS

A CETESB mantém ininterruptamente em operação na sua sede, o Centro de Controle de Desastres e Emergências Químicas, com a atribuição de receber as chamadas da população, bem como, de órgãos públicos e privados sobre emergências químicas, orientações e reclamações sobre fontes de poluição.

Os atendimentos às emergências químicas são realizados em todo o estado de São Paulo, por meio das Agências Ambientais e do Setor de Atendimento a Emergências. Em 2024, a CETESB realizou 275 atendimentos a emergências químicas, sendo a maioria decorrente de transporte rodoviário, conforme observa-se no gráfico a seguir.

Figura 4.3 -9 - Atendimentos a Emergências Químicas em 2024.



Fonte: CETESB, 2025.

4.3.6 GESTÃO DE FUNDOS DE FINANCIAMENTO

4.3.6.1 FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO (FECOP)

- Em 2024, o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP) assinou 37 contratos, totalizando R\$ 24.420.959,38 destinados a projetos focados em: Ação de Fomento de Projetos Municipais para Proteção e Conservação da Vegetação Nativa – Portaria CFB n.º 03/2023 de 20/10/23;
- Implantação de Unidades Demonstrativas de Florestas Multifuncionais em área de propriedade da Universidade;
- Pagamento de Serviços Ambientais para Incentivar a Conservação nativa e a Restauração de Paisagens e Ecossistemas (PSA Programa Refloresta SP);
- Aquisição de Veículos, Equipamentos e Máquinas para Gestão dos Resíduos Sólidos.

Visando a melhoria da gestão ambiental, o Fundo atualizou seu portfólio e incluiu o Projeto “Licença Mais – Município Legal”, com a aquisição de veículos e equipamentos para apoio as atividades de licenciamento e fiscalização ambiental.

4.3.6.2 FUNDO ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E REMEDIAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS (FEPRAC)

Criado pela Lei nº 11.577, de 8 de julho de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 59.263, de 5 de junho de 2013, vincula-se à Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, destina-se à proteção do solo e das águas subterrâneas contra alterações prejudiciais às suas funções, bem como à identificação e à reabilitação de áreas contaminadas no estado de São Paulo.

Conforme disposto no artigo 75 do referido normativo legal a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo exerce as funções de agente técnico e de secretaria executiva do FEPRAC, disponibilizando todo o suporte técnico administrativo necessário ao seu funcionamento, mediante solicitação do Conselho de Orientação.

No ano de 2024 a CETESB, na qualidade de Secretaria Executiva, além de suas atribuições legais, apoiou a realização da reunião do Conselho de Orientação realizada em 22/08/2024, quando foram instituídas 2 Comissões Internas, quais sejam:

- Comissão Interna FEPRAC - Plano de Captação de Recurso
- Comissão Interna FEPRAC - Plano de Aplicação de Recurso

No âmbito das Comissões, a CETESB tem organizado e coordenado as reuniões participando ativamente, contribuindo e fomentando as discussões para a reestruturação da atuação do FEPRAC no estado de São Paulo.

4.4 RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

A CETESB é reconhecida como:

- Principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira – Participação em diversas Comissões e Grupos de Trabalhos como especialista convidada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA);
- Órgão de Referência para Questões Ambientais da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de suas agências implementadoras, principalmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- Órgão de Referência para Questões Ambientais do Governo Brasileiro para participação em Grupos de Trabalho e Delegações em Conferências e Reuniões da Agenda Global;
- Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe;
- Membro da Rede HydroPoll – Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos, que atualmente congrega oito instituições de ensino superior de quatro estados brasileiros;
- Membro da Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental (PANACEA), concebida para integrar estudos epidemiológicos com dados em tempo real para detecção de riscos microbiológicos e químicos nos países da América Latina.

Com relação ao reconhecimento institucional da CETESB, em especial, por organismos internacionais, cabe dizer que em alguns casos isso é demonstrado por meio de nomeações oficiais e, em outros, por demandas apresentadas por esses organismos para que a CETESB atue em conjunto ou a seu pedido em situações específicas, principalmente, nos demais países na América Latina, Caribe e África de Língua Portuguesa.

4.5 PARCERIAS E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

4.5.1 COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

- Centro Regional da Convenção de Estocolmo (CRCE) sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe, desenvolve projetos de cooperação técnica em sinergia com as Convenções de Basileia, Roterdã e Minamata para fortalecer países na implementação de atividades para o cumprimento desses acordos multilaterais. Em 2024, destacaram-se as seguintes atividades: a) assistência técnica ao Equador e ao Brasil; b) articulação institucional para curso sobre controle preventivo de produtos químicos, em cooperação com a Agência de Produtos Químicos da Suécia para os países do Caribe de língua inglesa; c) participação em atividades nacionais e internacionais sobre mercúrio e na COP5 da Convenção de Minamata. Ainda pelo CRCE, realização do Seminário Internacional sobre Poluição por Plástico- “O futuro acordo sobre a poluição por plásticos, incluindo no ambiente marinho: desafios, lacunas e oportunidades para a sua implementação”, evento híbrido, com tradução em 3 idiomas e 198 participantes. Participação técnica em grupos nacionais e internacionais para estruturar o futuro acordo global sobre plásticos.

- Projeto de Cooperação Técnica firmado com a JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) para o treinamento “Capacitação Internacional sobre Gerenciamento de Resíduos para o Controle de Lixo Marinho” a ser realizado no Japão só para brasileiros.
- Projeto piloto firmado com a EDF (*Environmental Defense Fund*) para implantação da ferramenta AIR TRACKER em São Paulo, ferramenta interativa que possibilita a visualização da poluição em um ponto específico, em tempo real.
- *Global Atmospheric Passive Sampling (GAPS) Network - GAPS-Megacities: Year 6 Environmental and Climate Change Canada / Government of Canada*. Estudo que vem sendo realizado há seis anos que inclui 20 megacidades ao redor do mundo com o objetivo de entender e comparar melhor os níveis de poluentes orgânicos persistentes e outros produtos químicos de preocupação emergente no ar ambiente, aos quais os humanos que residem em grandes cidades estão expostos.

4.5.2 COOPERAÇÕES NACIONAIS

- Termo de Cooperação Técnica com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira *Albert Einstein* para intercâmbio técnico e científico a fim de promover e preservar a qualidade do meio ambiente e a saúde pública. Primeiro Plano de trabalho para realização de “Mapeamento de Patógenos Humanos em Esgoto Hospitalar”.
- Projeto CNPq/MCTI. Rede de pesquisa para o monitoramento de bactérias resistentes a antibióticos e de genes de resistência aos antimicrobianos no esgoto de cidades brasileiras. MCTI/CT-Saúde - Ações em Ciência, Tecnologia e Inovação para o enfrentamento da Resistência Antimicrobiana (RAM) Nº 52/2022.
- Monitoramento de microplásticos no ambiente marinho - Parceria com a Unifesp - Programa de Análise Ambiental Integrada. Dados serão publicados em 2025.
- Parceria com Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) na realização de auditorias internas mútuas para os ensaios de calibração dentro da Acreditação ISO/IEC 17025: 2017.
- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): Por meio da DECISÃO DE DIRETORIA Nº 041/2024/E, de 07 de junho de 2024, houve a aprovação das Diretrizes Gerais da Política de Inovação e Tecnologia da CETESB e a criação do NIT – Núcleo Inovação e Tecnologia (NIT-CETESB), que já foi instalado com regimento próprio. A legislação citada autoriza a utilização de uma série de instrumentos facilitadores e traz benefícios para as atividades da CETESB nas suas atividades de inovação e tecnologia. Encontra-se na fase de credenciamento de Fundações de Apoio à Pesquisa, bem como de elaboração da política de pesquisa e inovação da CETESB.

4.5.3 CÂMARAS AMBIENTAIS

As Câmaras Ambientais são fóruns colegiados de caráter propositivo, constituídas por componentes do Sistema Ambiental Paulista e das entidades vinculadas aos setores produtivos e de infraestrutura do estado de São Paulo, e têm como meta promover a melhoria da qualidade ambiental, por meio da interação entre o setor público e esses setores.

No âmbito do Sistema Ambiental, as Câmaras Ambientais têm por objetivo:

- Construir um canal permanente de diálogo entre a CETESB e a iniciativa privada;
- Promover a discussão de medidas técnicas organizacionais e normativas que possam auxiliar no aprimoramento e implementação dos instrumentos de gestão ambiental estadual;
- Atender ao Planejamento Estratégico da CETESB; e
- Auxiliar a CETESB na identificação de oportunidades de melhoria e modernização das normas por ela editadas.

Durante 2024, foram realizadas 37 plenárias, 11 reuniões dos Grupos de Trabalho e 4 reuniões multisetoriais com a Presidência da CETESB, 11.598 acessos ao site das Câmaras Ambientais (<https://cetesb.sp.gov.br/camaras-ambientais/>), e a realização de 02 Workshops: “Avanços para o aproveitamento e destinação final de resíduos no estado de São Paulo” e “Balanço 2024 das Câmaras Ambientais da CETESB”.

São doze Câmaras Ambientais que atuam por meio de Grupos de Trabalho - GT, cujos destaques foram:

- Pela Câmara do Setor de Mineração, as publicações: “Roteiro do Estudo de Aspectos Hidrológicos, Hidráulicos e Hidrogeológicos para Atividades Minerárias”, relacionado com a atividade de mineração em cava e em leito de rio” e “Proposta de Diretrizes para Formulação de Exigências Técnicas de Licenças de Operação relacionadas a processos de lavra e beneficiamento de empreendimentos de mineração”;
- Pela Câmara da Indústria da Construção, as publicações: “Procedimentos para regularização do licenciamento ambiental de rodovias em operação no Estado de São Paulo” e “Plano de Mitigação e Atropelamento de Fauna – PMAF, para as rodovias estaduais do Estado de SP e suas diretrizes para elaboração e implementação”;
- Pela Câmara do Setor Sucroenergético, a publicação: “Procedimento técnico para aplicação de resíduos gerados nas usinas de produção de etanol e açúcar e para o licenciamento de pátios de mistura de resíduos, com o cronograma para convocação das empresas”;
- Pela Câmara de Refrigeração, Ar-Condicionado, Aquecimento e Ventilação, a publicação do “Cartaz abordando a correta destinação dos fluídos refrigerantes descartados de sistemas de refrigeração, ar-condicionado e sistemas similares”, destinado à divulgação das recomendações da correta manipulação, descarte, armazenamento e disposição dos fluídos refrigerantes;
- Pela Câmara das Indústrias Química e Petroquímica, a publicação: “Instrução Técnica para inclusão no licenciamento ambiental de substâncias que não são produtos finais do processo produtivo”; e
- Pela Câmara de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, a revisão para publicação da 3ª edição do “Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, visando a atualizar e complementar a edição anterior.

Além das realizações citadas, essas e as demais câmaras (Indústria Têxtil; Mudanças Climáticas; Setor de Papel, Papelão e Celulose; Setor de Comércio de Derivados do Petróleo; Setor de Resíduos e Setor de Suinocultura) permanecem com trabalhos em desenvolvimento, por meio dos respectivos GTs, que visam a desenvolver, revisar e atualizar instrumentos, procedimentos e diretrizes, para elaborar propostas sobre importantes temas, como:

- Soluções baseadas na Natureza (SbN) e Infraestruturas Verdes;
- Complementação e aperfeiçoamento das normativas e procedimentos aplicados pela CETESB no licenciamento e na regularização ambiental de rodovias estaduais;
- Emissões Atmosféricas e resíduos vinculados ao Setor de Papel, Papelão e Celulose;
- Fiscalização e controle de extração em leito de rio e reservatórios artificiais;
- Avaliação de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos, bem como estudar a normatização de resíduos oriundos de corpos hídricos;
- Critérios para aplicação de efluentes da suinocultura em fertirrigação (pastagens);
- Uniformização de regras e procedimentos aplicáveis ao setor do Comércio de derivados do Petróleo; e
- Qualidade do ar interior.

4.6 MOMENTOS IMPORTANTES NA COMPANHIA

A CETESB atestou em 2024, a recuperação de 2.785 hectares de mata nativa. Esse resultado superou os 1.853 hectares realizados em 2023, fruto da fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs).

Grande parte dessas áreas representa florestas que, sob diversos aspectos ambientais, apresentam condições de se manterem autossuficientes ao longo do tempo, ou seja, ecossistemas que se mantêm sozinhos. As características principais da garantia dessa recuperação são variedades de espécies, cobertura de copa, solo regenerado, entre outras. Esse trabalho garante equilíbrio ecológico, preservação da biodiversidade e a continuidade dos serviços ecossistêmicos essenciais. As ações demonstram o impacto positivo dos TCRAs no fortalecimento da biodiversidade, o que consolida a recuperação de áreas degradadas e a promoção de paisagens sustentáveis no estado de São Paulo.

Foram emitidas em 2024, mais de 22 mil licenças ambientais e verificou-se o cumprimento de mais de 500 TCRAs com mais de 5 mil mudas, o que assegura que foram cumpridos adequadamente e, portanto, representam um grande avanço para o desenvolvimento sustentável do estado.

Ainda em 2024 o corpo técnico da empresa foi reforçado com a chegada dos 224 novos empregados públicos, ampliando seu quadro em 13%.

O reforço incluiu 54 técnicos e 170 especialistas ambientais, entre analistas administrativos, ambientais, de tecnologia da informação e advogados. Realizado no primeiro semestre, o concurso público foi o primeiro desde 2012 e representa um marco importante para fortalecer a capacidade de fiscalização e licenciamento ambiental.

“Ano passado batemos recorde de emissão de licenças, esse ano, nosso foco foi em diminuir os estoques, nossa fila de processos, e tivemos resultados positivos” afirma Thomaz Toledo, diretor-presidente da CETESB.

A Cetesb recebeu 95 relatórios anuais de resultados de sistemas de logística reversa, e lançou o primeiro Painel Dinâmico de Resultados de Logística Reversa do Brasil, dando aos consumidores e às empresas a oportunidade de acompanhar como os sistemas de logística reversa funcionam.

O investimento em tecnologia e inovação também resultou em interfaces mais amigáveis para os *sites* de Qualidade do ar, Qualidade das Praias (litorâneas e interiores) e Águas Interiores com sondas de monitoramento automáticas e acesso em tempo real à população e demais órgãos interessados como, por exemplo, as companhias de água e esgoto, prefeituras, entre outros.

“Outro destaque importante foi o foco nas pessoas, tantos nossos clientes, que utilizam nossos serviços, quanto nos nossos empregados, maiores responsáveis por essas conquistas”, finalizou o diretor-presidente.

Destaca-se a participação da CETESB na 29ª Conferência das Partes (COP29) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Baku, Azerbaijão, onde apresentou as ações realizadas pela Companhia em 2024, além de reunir com órgãos internacionais para discutir as soluções tecnológicas voltadas à descarbonização, como, por exemplo, a Captura e Armazenamento de Carbono (ou Carbon Capture and Storage - CCS em inglês), resultando em uma programação de capacitação para os técnicos da CETESB, em parceria com instituições nacionais e internacionais reconhecidas no tema, a ser realizada em 2025, visando preparar a companhia para os desafios futuros de avaliação dos impactos ambientais deste tipo de atividade.

Além disso, em suas participações no stand do Brasil na COP, foram realizadas reuniões com os principais setores emissores de GEE que reportam informações à CETESB, visando tratar da evolução dos reportes de emissão, bem como, sobre como ampliar a transparência quanto às ações de mitigação em andamento por estes setores. Como resultado, criou-se um grupo com estes setores (principalmente: Refino de Petróleo, Cimentos e Aterros Sanitários), para o planejamento de divulgações conjuntas em 2025.

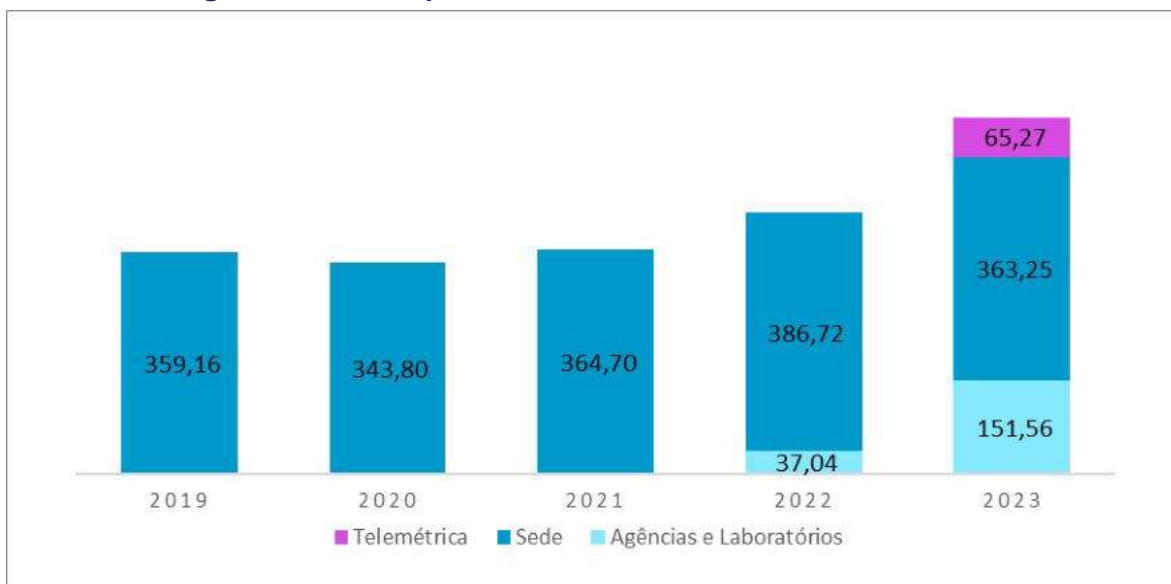
Os resultados de 2024 refletem a eficiência e a eficácia da CETESB em suas operações, além de seu compromisso contínuo com a sustentabilidade e a proteção ambiental. Esses avanços não apenas fortalecem a posição da Companhia como líder em gestão ambiental, mas também contribuem para um futuro mais sustentável para o estado de São Paulo.

5 EIXO AMBIENTAL

5.1 EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) DA CETESB

Com o objetivo de aprimorar continuamente a quantificação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estabelecer uma base sólida para o monitoramento e a implementação de ações de redução, o inventário de emissões de GEE da CETESB, de 2023, teve seu escopo ampliado. Essa expansão incluiu a incorporação de dados adicionais provenientes das agências, com destaque para as emissões fugitivas atreladas às recargas de equipamentos de refrigeração e a contabilização das emissões provenientes das estações telemétricas. Além disso, foi mantida a metodologia utilizada nos inventários anteriores, em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14064-1 e o Programa Brasileiro GHG Protocol.

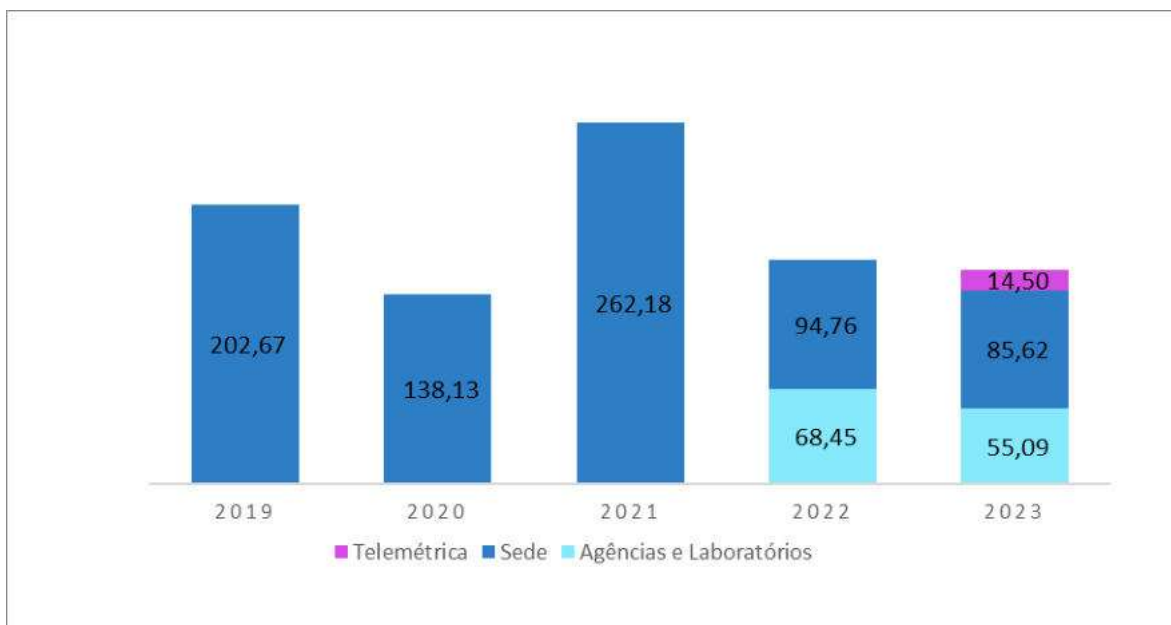
Figura 5.1-1 – Escopo 1 - Emissões de GEE em tonelada de CO_{2e}



Fonte: CETESB, 2024.

Conforme ilustrado na figura 5.1-1, o aumento da emissão não está relacionado a um crescimento das emissões absolutas da CETESB, mas sim à ampliação do escopo.

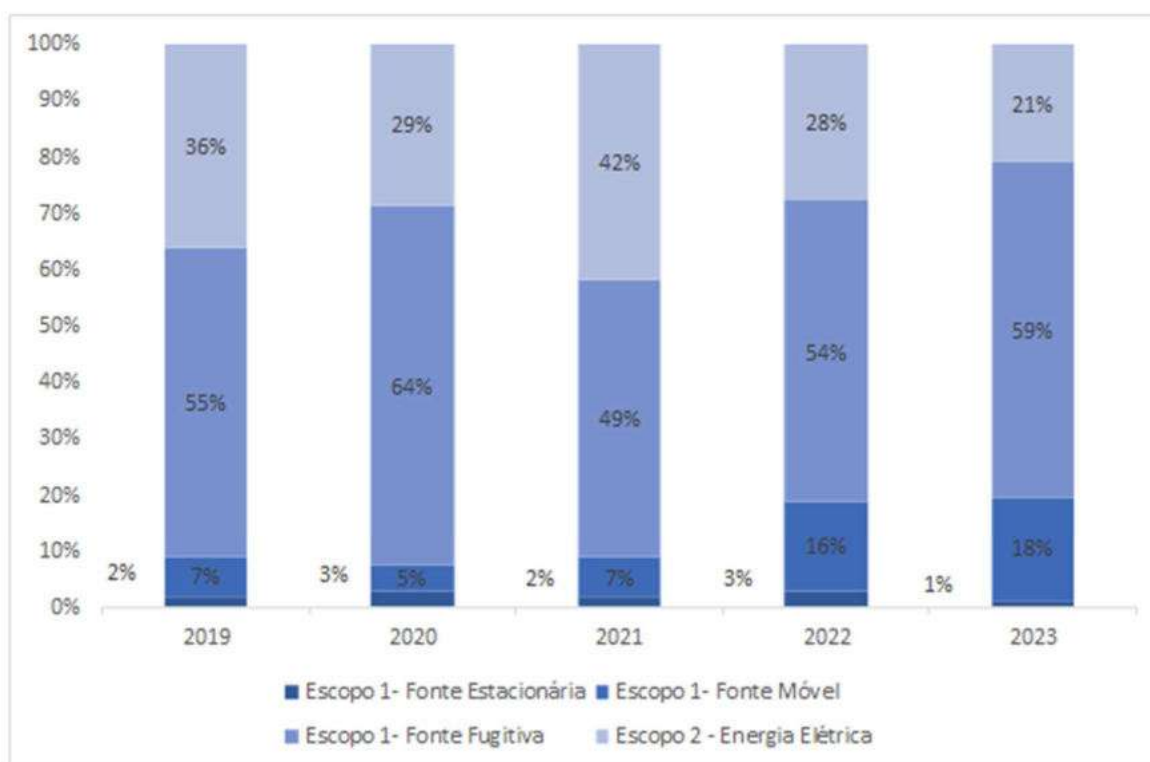
Figura 5.1-2 – Escopo 2 - Emissões de GEE em tonelada de CO₂



Fonte: CETESB, 2024.

Em 2023, as emissões associadas à fuga de gases, ao consumo de energia elétrica e à combustão móvel foram as mais representativas. Dentre elas, as emissões fugitivas representaram cerca de 59% do total, considerando os escopos 1 (emissões diretas) e 2 (aquisição de energia elétrica).

Figura 5.1-3 – Distribuição das emissões de GEE



Fonte: CETESB, 2024.

A CETESB tem como foco a redução de seus impactos e na promoção de boas práticas. No caso das emissões relacionadas à combustão móvel (frota própria), os veículos flex são abastecidos com etanol, sendo o consumo de gasolina e diesel restrito a equipamentos específicos. Desde 2018, a Companhia tem investido na instalação de painéis solares para reduzir o consumo de energia elétrica. Para a contabilização de 2023, foi realizado o mapeamento das unidades com geração distribuída solar, o que possibilitou a compensação da energia injetada no total consumido do Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa abordagem foi possível porque a CETESB não repassa os atributos renováveis da energia a terceiros nem comercializa essa energia no mercado. Caso a energia gerada pelos painéis solares fosse obtida do SIN, as emissões de escopo 2 poderiam aumentar em aproximadamente 13%.

Em relação à categoria emissões fugitivas, a CETESB deu continuidade aos esforços para substituir os gases contemplados pelo Protocolo de Montreal por alternativas. Nesse processo, perdas que anteriormente não eram contabilizadas serão incluídas no inventário, o que pode contribuir para um aumento das emissões. Vale destacar que a Companhia tem identificado gases com menor Potencial de Aquecimento Global (PAG) para realizar substituições de baixo impacto sempre que possível, considerando os requisitos de segurança e a viabilidade técnica de aplicação em equipamentos.

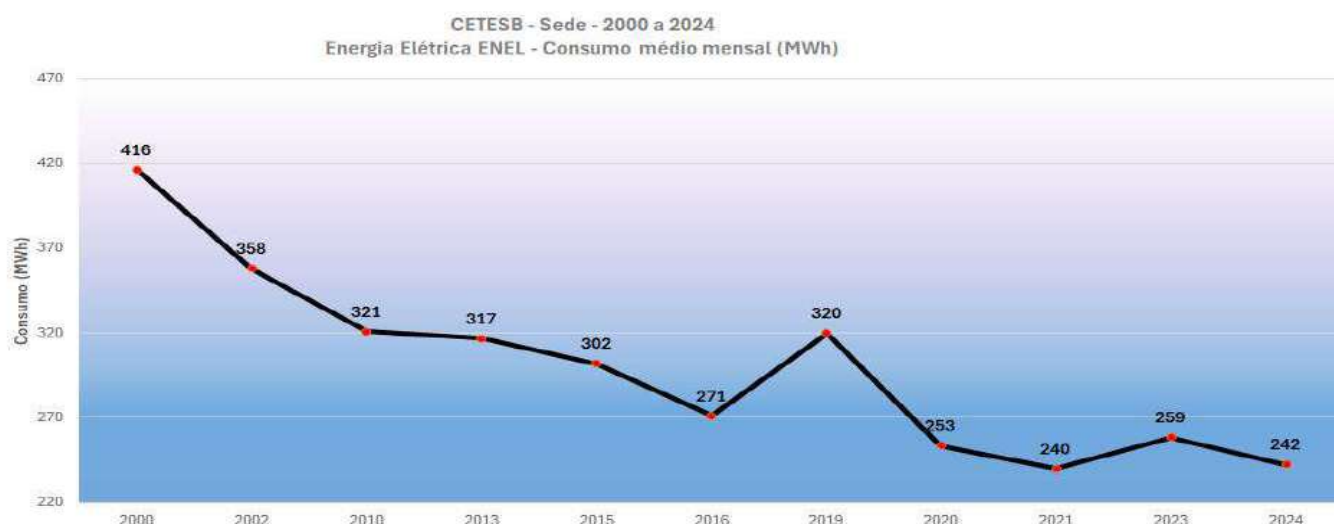
Para mais informações e detalhes sobre a evolução do processo de consolidação e reporte, consulte nosso relatório “[Inventário GEE – 2023](#)”.

5.2 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Desde 2001 a CETESB tem implementado diversas ações voltadas à eficiência energética, como a reorganização dos horários de atividades e disponibilização de recursos energéticos, a setorização dos sistemas de iluminação e a adoção de tecnologia LED, a implementação de novas tecnologias para sistemas de climatização, incluindo o uso de gases menos agressivos ao meio ambiente, e a adoção de projetos de reforma com aproveitamento da iluminação e ventilação naturais, além de promover o conforto térmico.

Outras iniciativas incluem a modernização de equipamentos, a adequação das categorias tarifárias ao perfil de consumo e a implantação de sistemas de geração de energia renovável, como a fotovoltaica. Como resultado, o consumo de energia elétrica foi significativamente reduzido, passando de 416 MWh de consumo médio mensal em 2000 para 242 MWh em 2024.

Figura 5.2-1 – Energia Elétrica



Fonte: CETESB, 2025.

A CETESB conta com 18 unidades de geração de energia a partir de fontes renováveis, limpas e sustentáveis. As unidades equipadas com o sistema são Cubatão, Osasco/Santo Amaro, Paulínia, São Carlos, São Sebastião, Jundiaí, Presidente Prudente, Franca, Avaré, Itapetininga, Limeira, Assis, São João da Boa Vista, Jales, Santos, Pinheiros (Sede), Santana e São Bernardo do Campo.

No total, as 18 unidades possuem uma capacidade de geração nominal de 1,74GWh/ano.

5.3 USO DA ÁGUA

Com a implementação do Programa de Uso Racional da Água da SABESP em 2000, diversas medidas foram adotadas para reduzir o consumo, como a realização de manutenções preventivas mais frequente, o monitoramento diário para identificação de vazamentos, a reutilização das águas usadas no resfriamento de equipamentos laboratoriais, a reforma das instalações hidráulicas e a instalação de equipamentos economizadores de água, entre outras ações.

Em 2017, foi iniciada a instalação dos sistemas de aproveitamento de água pluvial nas coberturas dos prédios, com a última fase concluída em 2022. A economia de água potável estimada para os meses de chuva pode chegar a até 400m³/mês.

Figura 5.3-1 – Consumo de Água SABESP



Fonte: CETESB, 2025.

O consumo médio mensal no início do programa, que era de 6.152 m³, foi reduzido, gradativa, continua e significativamente para um volume de 1.286 m³ mensais em 2022. Embora tenha havido impacto da COVID-19 em 2020 e 2021, a tendência de redução persistiu mesmo após o retorno às atividades normais, quando comparados aos dados anteriores à pandemia.

Em 2023 e 2024, observou-se uma tendência de aumento do consumo de água em função da realização de manutenções e obras nos sistemas hidráulicos e de reservação de águas pluviais, além da implantação de sistema de irrigação para os novos jardins da Sede. Com a conclusão desses serviços, espera-se que, em 2025, o consumo seja normalizado, retornando a níveis inferiores. Além disso, também tivemos nesse período um aumento de efetivo nos edifícios da sede, devido à integração de equipes do Governo do Estado na SEMIL, iniciada em 2023.

5.4 GESTÃO DE EFLUENTES

A CETESB trabalha na redução do consumo de água, portando, na redução da geração de efluentes, sendo seus efluentes prioritariamente domésticos, que são encaminhados à rede pública.

Nos últimos anos, a CETESB tem investido em ações para reduzir a geração de efluentes seus laboratórios, incluindo solventes.

No processo analítico são separados os resíduos líquidos e sólidos perigosos e não perigosos. Os resíduos líquidos inertes ou passíveis de neutralização são descartados na rede coletora de esgoto da CETESB e os perigosos são segregados para incineração ou outro descarte apropriado.

Os laboratórios da CETESB estão constantemente em busca de alternativas para melhorar a eficiência, a sustentabilidade e minimizar o risco à saúde dos trabalhadores. Para isto, os laboratórios estão constantemente investindo na aquisição de equipamentos de última geração e adotando métodos avançados que resultam em redução perceptível (qualitativa) e não quantificável por falta de mecanismos de controle em relação ao consumo, custo de reagentes e no volume de amostras.

Em 2024 foram implementadas as seguintes ações para minimização de geração de efluentes líquidos nos laboratórios:

- Aquisição de máquina de lavar vidraria para o Laboratório de Ecotoxicologia Aquática, o que permite um gasto muito menor de água e conseqüentemente menor geração de efluente líquido;
- Substituição do ensaio de nitrogênio amoniacal por fenato, no Laboratório de Cubatão, no litoral paulista, com conseqüente eliminação do reagente tóxico fenol e redução dos impactos ambientais decorrentes do uso deste;
- Substituição do método manual de análise espectrofotométrica de surfactantes pelo método automatizado, o que permitiu reduzir os volumes utilizados de amostras e reagentes;
- Aquisição de recirculador de água (chiller) e equipamento de preparo de amostra e concentração de extrato, resultando na redução no consumo de água de refrigeração.

5.5 GESTÃO DE RESÍDUOS

Os materiais recicláveis coletados na sede da Companhia são, em sua maioria, papéis provenientes de atividades de escritório, papelão, plástico, caixas, pastas, vidros, entre outros. Em 2024, foram coletadas 45,3 toneladas desses resíduos recicláveis, das quais 4 toneladas resultaram de duas campanhas denominadas “Mutirão de Organização”. Os resíduos recicláveis foram destinados à empresa contratada que recicla e promove seu reaproveitamento.

Além disso, são coletados pilhas e equipamentos eletrônicos usados por empregados e frequentadores das instalações da CETESB. Em 2024 o total coletado foi de 1.726 quilos, dos quais 570 quilos foram recolhidos durante as duas campanhas “Mutirão de Organização”, realizadas em junho e dezembro de 2024. Esses resíduos são acondicionados em coletores específicos e recolhidos por empresa especializada, que realiza o processo de Logística Reversa destes.

Em 2024, foram gerados 1.046 Kg de resíduos pelos laboratórios da Sede, incluindo solventes orgânicos, ácidos, reagentes e materiais utilizados nos ensaios microbiológicos, parasitológicos, toxicológicos e de mutagenicidade. No mesmo ano, 470 Kg de resíduos classificados como perigosos foram encaminhados para incineração em empresa especializada.

Nesse ano foi possível reaproveitar 196 litros do solvente diclorometano e 88 litros do solvente acetona por meio do sistema de destilação implantado no Laboratório de Química Orgânica, resultando em uma economia significativa no consumo desses solventes e redução no descarte de substâncias tóxicas.

Em 2024, a CETESB eliminou a realização de ensaios de Demanda Química de Oxigênio (DQO), que geram resíduos de mercúrio, prata e dicromato, para definição das diluições de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), resultando em uma redução significativo na da geração desses resíduos altamente tóxicos.

A implementação do método automatizado de surfactantes em 2024, conforme já apontado no item de efluentes, levou a uma redução no consumo de clorofórmio, minimizando a destinação e descarte desse solvente.

Os laboratórios possuem procedimentos e instruções operacionais padrões para descarte de materiais utilizados em análises microbiológicas, parasitológicas e em testes de toxicidade e mutagenicidade com microrganismos (SQ PR/LB-104), descarte de resíduos químicos (SQ IOT/LB-479) e descarte de sobras das amostras e frascarias (SQ PR/AD-014).

6 EIXO SOCIAL

6.1 DIÁLOGO E ENGAJAMENTO SOCIAL

A CETESB possui canais de comunicação com a sociedade, tanto no *site*, por meio de matérias, quanto pelas redes sociais (YouTube, Instagram, Facebook e LinkedIn). Para o público interno foram adotados comunicados por e-mail, além de matérias na rede interna (CETESBNET). O plano de comunicação, aprovado em Diretoria Colegiada em 2024, e primeiro da Companhia, trouxe diretrizes e objetivos além dos principais temas que foram trabalhados em comunicação externa e interna. O uso de formulário para *feedback* foi implementado tanto na realização de eventos, abrindo espaço para sugestões e adequações quanto em pesquisas. A comunicação também começou a publicar, periodicamente, para os empregados os seus resultados.

A CETESB ao longo de 2024 manteve uma postura proativa de divulgação de suas atividades, com a elaboração de 95 matérias para o site externo e 122 matérias para o público interno. Foram feitas diversas atividades de relacionamento com jornalistas especializados como a apresentação do Relatório Dinâmico de Logística Reversa para grupo de jornalistas especializados. O fluxo de atendimento de demandas de imprensa também mostra a constante interação com os usuários dos serviços e a população em geral, foram 1.567 demandas atendidas e 50 releases enviados proativamente para divulgação. Vale notar também o esforço da Companhia em abrir e divulgar a suas informações, com ações que visam estimular a transparência, como a divulgação de Painéis Dinâmicos de Informação, Logística Reversa e Inventários de GEEs.

Ao todo foram 5,9 milhões de acessos ao site da CETESB. As páginas mais acessadas, além da Homepage, foram a com informações sobre o Concurso Público e o Fale Conosco. Nas redes sociais, foram produzidas mais de 200 peças inéditas para Instagram, LinkedIn, além de manter ativo e atualizado nosso canal do Youtube.

Figura 6.1-1 – Redes Sociais



Elaboração: CETESB, 2025

6.2 RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Atenta às mudanças na legislação e alinhada com a evolução da sociedade, a CETESB, além de promover ações e interações para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, tem se dedicado à prevenção, combate e enfrentamento do assédio moral e sexual, bem como de condutas discriminatórias.

Em agosto de 2024, foi realizado o Encontro das Ouvidorias do Sistema SEMIL, onde foram reforçados os Canais de Ouvidoria e de Denúncias, orientando sobre o melhor aproveitamento dessas ferramentas para segurança dos funcionários.

A Companhia tem atuado de forma integrada e enfática na prevenção, combate e enfrentamento ao assédio moral e sexual, bem como a condutas discriminatórias.

Considerando que foi identificado que as pessoas mais vulneráveis ao assédio são aquelas frequentemente discriminadas socialmente, foi proposta a realização de um primeiro encontro entre empregados, colaboradores e as Ouvidorias das instituições, com o objetivo de discutir o conteúdo da Cartilha de Prevenção ao Assédio, que foi atualizada em alinhamento com as orientações da Controladoria Geral do Estado de São Paulo e dos canais de denúncia. Durante esse encontro também foram anunciados os encontros com as coordenadorias da SJDC.

A revisão da Cartilha de Prevenção ao Assédio foi publicada no segundo semestre de 2024, refletindo o compromisso em abordar de forma proativa as questões de assédio, visando educar e informar os colaboradores sobre as várias formas de assédio moral e sexual, capacitando-os a reconhecer e responder a tais comportamentos de forma eficaz. Foram promovidas também ações de aculturação na Companhia, dentre elas as palestras: “Enfrentamento ao assédio moral” e “Desafios do combate ao assédio sexual na Administração Pública”, realizadas em outubro de 2024.

6.3 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

A contratação de empregados para o quadro permanente da Companhia é realizada exclusivamente por meio de concurso público. Atualmente, os concursos favorecem o acesso a pessoas com deficiência por meio da reserva de vagas, e de pessoas pretas, pardas e indígenas por meio do sistema de pontuação diferenciada. Além disso, o concurso público possibilita o ingresso na administração pública sem qualquer tipo de discriminação, promovendo um equilíbrio de gênero na CETESB, com 46% de empregadas e 54% de empregados masculinos, em 2024.

A CETESB adota uma política salarial única, sem qualquer distinção, sendo essa uma das principais ações de inclusão e combate à discriminação de gênero, posicionando o serviço público na vanguarda das demandas da sociedade. Essa igualdade também se aplica aos cargos gerenciais. O quadro total de pessoal em 31/12/2024 era de 1.850 pessoas, sendo 1.731 empregados do quadro permanente, 99 estagiários e 20 aprendizes. Dentre os ocupantes do quadro permanente, há um equilíbrio na ocupação de cargos gerenciais. Das 789 mulheres, 11% ocupam posições gerenciais, enquanto entre os 942 homens, 12% ocupam cargos gerenciais.

Em 2024, foi realizada a primeira pesquisa de Diversidade e Inclusão com a participação dos profissionais da CETESB, SEMIL, SP-ÁGUAS, DER e Fundação Florestal para construir um ambiente de trabalho mais inclusivo e que valorize a diversidade pessoal e profissional. A pesquisa obteve 308 respostas de empregados da CETESB, que contou com perguntas sobre as temáticas relacionadas a equidade, cor, raça e etnia, gênero, orientação afetiva sexual, deficiência e o sentimento de discriminação relacionado a essas temáticas. Este levantamento resultou na promoção de capacitações sobre o tema:

- Maio/2025 – em parceria com a SEMIL e a Fundação Florestal, foram promovidas rodas de conversa com funcionárias e colaboradoras para discutir temas relacionados ao universo feminino no ambiente de trabalho
- 13/08/24 – Capacitação da Coordenadoria de Políticas para a População Negra com o coordenador Robson Silva Ferreira
- 21/08/24 – Capacitação da Coordenadoria de Políticas para os Povos Indígenas com o Cacique Cristiano AWA Kiririndju de Lima
- 26/08/24 – Capacitação de Políticas para a Diversidade Sexual com Rafael Calumby Rodrigues

Em atendimento à Lei n.º 8.213/1991 e ao Decreto n.º 3.298/1999, a CETESB possui em seu quadro permanente 154 empregados com deficiência, sendo 87 homens e 67 mulheres. Destes, 14 foram contratados em 2024, como resultado do Concurso Público 01/2023, superando exigência legal de 5% do quadro de pessoas com deficiência.

Neste mesmo concurso, foi adotado o sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas (PPI), mediante acréscimos percentuais na pontuação final dos candidatos. Esta pontuação diferenciada foi utilizada por 20.

6.4 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

6.4.1 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

Em agosto de 2024, iniciou-se o Programa de Capacitação Gerencial ministrado por empresa especializada, para um total de 240 empregados do corpo gerencial, com carga horária de 120 horas, distribuídas entre 2024 e 2025.

O conteúdo programático contempla os temas de Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Pessoal, Visão Sistêmica, Gestão para Resultados, Planejamento e Gestão Estratégica, ESG e ODS no Setor Público e Inovação na Gestão Pública.

6.5 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Em 2024, foram realizadas 20 campanhas de prevenção, por meio de mensagens eletrônicas por e-mail e 1 projetada nos elevadores do prédio 1 da sede da Companhia, abordando diversos temas, tais como: uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), prevenção de queimaduras, prevenção de contaminação, febre maculosa, alarmes de incêndio, prevenção de picadas, direção segura, prevenção de quedas, relato de condições inseguras, utilização de máscara e capacete.

Durante esse período, foram registrados 14 acidentes de trabalho envolvendo empregados da empresa. A análise dos dados revela a seguinte distribuição:

- Tipo de Acidente:

- o Acidentes típicos (que ocorreram no ambiente laboral): 6 (43%)

- o Acidentes de trajeto: 7 (50%)

- o Doenças do trabalho: 1 (7%)

- Causa Principal: queda no mesmo nível.
- Perfil do acidentado:
 - o Gênero: masculino em todos os casos.
 - o Afastamento médico:
 - ✓ Sem afastamento: 4 (28,6%); e
 - ✓ Afastamento inferior a 15 dias: 10 (71,4%).

6.5.1 ANÁLISE DA CULTURA DE SEGURANÇA

Para avaliar a cultura de segurança da CETESB, em 2024 foi realizada uma pesquisa abrangente com o apoio de uma consultoria, que envolveu cinco encontros, com 24 participantes, uma pesquisa online, com 86 colaboradores, 18 entrevistas individuais com gestores e 10 grupos focais com 117 participantes.

Com uma amostra representativa de 14,46% do total de colaboradores, a pesquisa indicou que a Companhia se encontra no estágio inicial de desenvolvimento de uma cultura de segurança, onde a segurança é vista como o cumprimento de normas e regulamentações, sem uma compreensão mais profunda de seus benefícios. Os resultados obtidos servirão como base para a implementação de ações e iniciativas que visam fortalecer essa cultura, promovendo um ambiente de trabalho, seguro e saudável para todos.

6.5.2 SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES DO TRABALHO (SIPAT)

A Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho foi realizada no mês de outubro e contou com uma série de atividades, incluindo palestras, aferição de pressão, credenciamento para o Serviço Social do Comércio (SESC), aula de ginástica ministrada pelo SESC e ginástica para o cérebro ministrada pelo SUPERA. As palestras ocorreram no auditório Augusto Ruschi (Sede) e foram transmitidas pelo YouTube para as unidades descentralizadas e os temas foram:

- Desafios do combate ao assédio sexual na administração pública com a Dra. Margarete Gonçalves Pedroso, Procuradora do Estado: 178 participantes
- Segurança e cultura da segurança com o Técnico de Segurança do Trabalho Aparecido Donizete Fernandes: 47 participantes
- Prevenção à saúde da mulher Outubro Rosa com o Dr. Yoon Seung Chang, médico do CDB Inteligência Diagnóstica: 45 participantes
- Enfrentamento ao assédio moral com Gilberto Waller Júnior, Procurador Geral da União: 374 participantes

6.6 QUALIDADE DE VIDA

Após a realização de uma pesquisa sobre Saúde Mental na Companhia, a CETESB implementou, como parte do Projeto Institucional “Cuidar de quem Cuida do Meio Ambiente”, o Subprograma de Saúde Mental & Bem-Estar, que visa criar e ampliar as ações voltadas para a qualidade de vida dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho psicologicamente seguro e inclusivo. As ações do Subprograma foram organizadas nos seguintes eixos de atuação:

- Conscientização: Ações voltadas para conscientizar, sensibilizar e estimular o desenvolvimento de competências relacionadas à saúde mental.
- Acolhimento: Ações de fomento de apoio e escuta ativa, bem como o incentivo ao cuidado com a saúde mental e oferta de recursos de apoio psicológico e psiquiátrico.
- Saúde e Movimento: Promoção de práticas saudáveis, criação de espaços e busca de parcerias voltadas para o bem-estar, como atividade física, alimentação, cultura e lazer.
- Desenvolvimento de Lideranças: Ações de capacitação e treinamento voltadas para o desenvolvimento de competências gerenciais associadas ao autoconhecimento e à saúde mental.
- Cultura de Trabalho: Ações voltadas ao desenvolvimento da segurança psicológica no trabalho e um ambiente de trabalho acolhedor para todos.

Em 2024, foram realizadas as seguintes ações:

- Cartilha de Saúde Mental – O propósito desse material é apresentar os principais conceitos associados à saúde mental, indicar como podemos nos cuidar e como ajudar quem está em sofrimento psíquico.
- Palestras, rodas de conversa e workshops sobre “Maturidade Profissional”, “Carreira e maturidade”, “Violência contra a mulher no trabalho de campo”, “Alimentação e emoções”, “Dependência: Álcool, drogas e outras Substâncias”, “Vida pós aposentadoria”, “Planejamento Financeiro” e “Prevenção ao suicídio”, totalizando 1.319 participações de empregados.
- Implantação da sala de psicoterapia online em julho para empregados da sede com mais de 100 horas de utilização em 2024;

- Melhorias na sala de apoio à amamentação para empregadas lactantes extraírem o leite materno e acondicioná-los de forma adequada;
- Retomada da parceria da CETESB com o SESC para que todos os empregados e estagiários possam ter o acesso às diferentes agendas voltadas para a educação não formal, saúde, cultura, lazer e esporte;
- Implantação de parceria com o CEPEUSP permitindo o credenciamento de empregados e seus dependentes em condições são iguais às concedidas aos ex-alunos da USP – Universidade São Paulo;
- Capacitação Gerencial conforme descrito anteriormente como forma de letrar os gestores também sobre Saúde Mental.

6.7 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Na CETESB, os empregados são representados por mais de uma entidade sindical, geralmente, de acordo com a formação ou cargo ocupado na Companhia e estão distribuídos nos seguintes sindicatos:

- SINTAEMA: Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- SEESP: Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo
- SINTIUS: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Baixada Santista e Vale do Ribeira
- SINQUISP: Sindicato dos Químicos, Químicos Industriais e Engenheiros Químicos do Estado de São Paulo
- SASP: Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo

A maioria dos empregados é representada pelo SINTAEMA (58%), sendo os demais distribuídos em SEESP (25%), SINTIUS (1,5%), SINQUISP (14%) e SASP (1,5%).

Além disso, existe o Conselho de Representantes dos Funcionários da CETESB, que é o órgão de representação de todos os empregados da CETESB junto à direção da empresa. Seus conselheiros são eleitos pelos empregados. Essa representação participa quinzenalmente das Reuniões de Diretorias, com abertura para proposição de pleitos de pauta diante as demandas do corpo funcional.

6.8 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

A empresa busca garantir a competitividade salarial, a equidade interna e a oferta de benefícios que atendam às necessidades dos empregados, sempre em conformidade com a legislação vigente e com o compromisso de valorizar sua equipe, e atrair, reter e motivar talentos.

Compõe os benefícios ofertados pela Companhia o Adiantamento Quinzenal, Adicional de Turno, adicional por Tempo de Serviço, Gratificação de Férias, Vale Alimentação, Vale Refeição, Desjejum, Auxílio Creche, Auxílio Funeral, Auxílio à Pessoa com Deficiência, Plano de Saúde Coletivo, Parcelamento das Despesas Odontológicas, Auxílio Funeral, Auxílio por Incapacidade Temporária Previdenciária, Licença Maternidade, Licença Adoção, Licença Paternidade.

6.8.1 PLANO DE CARREIRA (EVOLUÇÃO POR COMPETÊNCIA)

O Plano de Carreira da CETESB, implantado em 2009, estabeleceu critérios próprios para a evolução profissional e salarial, definidos por documentos normativos aplicáveis a todos os empregados do quadro permanente.

Desde então, tanto a Companhia quanto suas atividades passaram por significativas transformações, acompanhadas de mudanças nas práticas de gestão de pessoas e nas orientações governamentais que regem o tema. Essas alterações evidenciaram a necessidade de modernizar e aprimorar o Plano para atender às novas demandas organizacionais e de seus colaboradores.

Em 2024, a CETESB contratou consultoria especializada para conduzir a revisão do Plano de Carreira, garantindo a atualização dos critérios de evolução profissional, das descrições de empregos e da avaliação de desempenho de seu corpo funcional.

Em 2024, foi processada a evolução salarial, decorrente do processo de Avaliação por Competências ocorrido em 2023, referente ao período avaliativo de 01/10/2022 a 30/09/2023, e 1.010 empregados foram contemplados na evolução salarial.

6.8.2 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS – PPR (PAGAMENTO DO 2023 E APROVAÇÃO DO 2024)

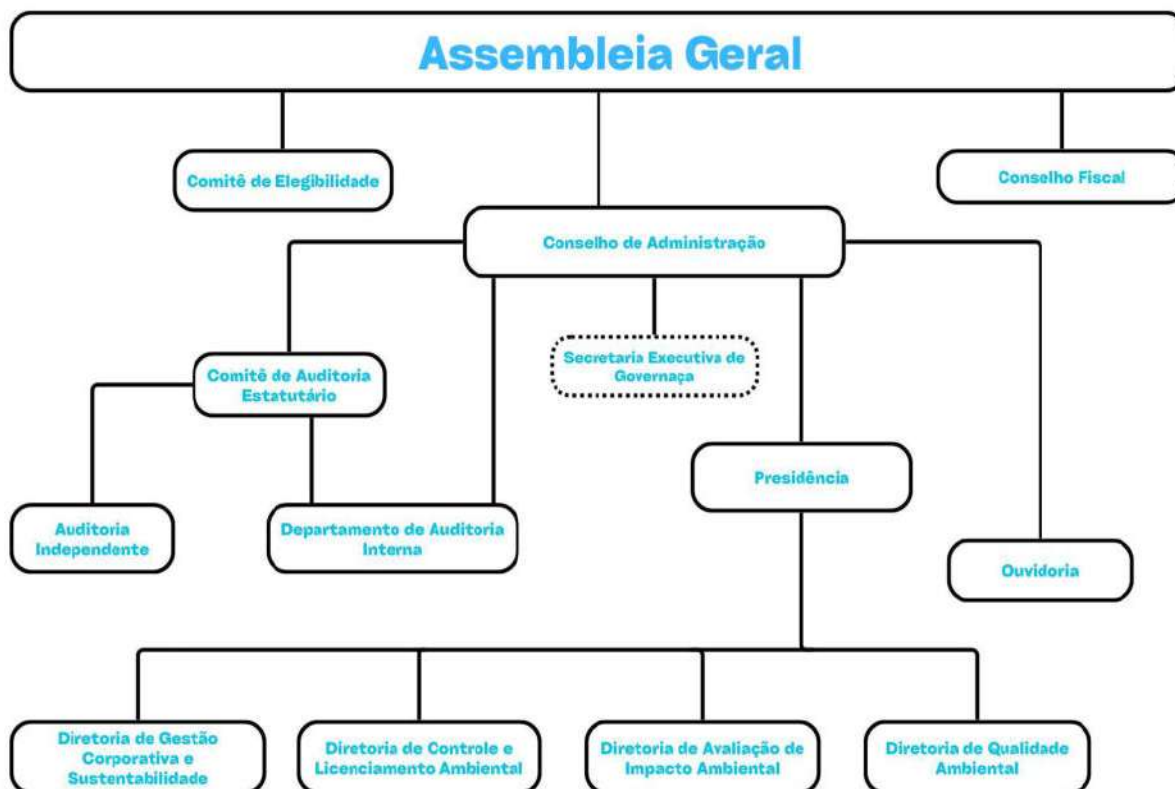
O PPR referente ao ano de 2023, teve seus resultados apurados, deliberados e pagos na folha de pagamento de maio de 2024. Foi atingido 95,25% das metas estabelecidas no PPR 2023, o que correspondeu ao pagamento do valor bruto de R\$ 13.488,35 aos empregados elegíveis que fizeram jus à participação integral no período.

O PPR referente ao ano de 2024, contou com treze indicadores, sendo três de caráter econômico-financeiro, sete vinculados ao planejamento estratégico, dois relacionadas à qualidade dos serviços prestados e um indicador de desempenho das unidades. Este último, refere-se ao Painel de Contribuição, composto por 390 “metas de contribuição” propostas pelas Divisões, Departamentos e Diretorias, visando proporcionar que toda a Companhia esteja alinhada e com foco nas Diretrizes e Planejamento da Gestão e aumentar a capacidade de atingir os objetivos estratégicos.

7 EIXO GOVERNANÇA

7.1 ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA GOVERNANÇA

7.1.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



ASSEMBLEIA GERAL: Instância máxima, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Compete à Assembleia Geral, dentre outros, eleger ou destituir os conselheiros de administração e fiscal e os membros do Comitê de Elegibilidade. É convocada, instalada e delibera na forma da Lei.

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE: Verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria Colegiada e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. É composto por até três membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo.

Composição em 31.12.2024:		
Carla Almeida	membro	Posse em 23.10.2021
Fábio Aurélio Aguilera Mendes	membro	Posse em 03.05.2019
Paula Cristina Nassif Elias de Lima	membro	Posse em 03.05.2019

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Composto por 11 membros, sendo 10 eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por três reconduções consecutivas, e um membro eleito pelos empregados, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros, vedada a recondução para período sucessivo. As suas atribuições, competências e responsabilidades estão descritas na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, dentre elas a eleição e destituição da Diretoria Colegiada. Conforme exigência estabelecida na Lei nº 13.303/2016, tem em sua composição, 27% de membros independentes. Em 2024, foram realizadas 14 reuniões, sendo 12 ordinárias e 2 extraordinárias.

Composição em 31.12.2024:		
Jônatas Souza da Trindade	Presidente	2º mandato – 1ª recondução
Thomaz Miazaki de Toledo	Membro na qualidade de diretor-presidente	Eleito em 12.01.23
Rose Mirian Hofmann	Membro	2º mandato – 1ª recondução
Marisa Maia de Barros	Membro	2º mandato – 1ª recondução
Rodrigo Levkovicz	Membro	2º mandato – 1ª recondução
José Paulo Neves	Membro	2º mandato – 1ª recondução
Kelly Lopes Lemes	Membro	3º mandato – 2ª recondução
Cláudio Carvalho de Lima	Membro independente	2º mandato – 1ª recondução
Luiz Antônio Ferraro Júnior	Membro independente	2º mandato – 1ª recondução
João Ricardo Pereira da Costa	Membro independente e Coordenador do Comitê de Auditoria	2º mandato – 1ª recondução
Simone Patrícia da Silva	Membro representante dos empregados	Posse em 28.05.24

OBS: mandato atual vigente até a Assembleia Geral de 2026.

CONSELHO FISCAL: A Companhia possui um Conselho Fiscal permanente, com suas competências, responsabilidades e atribuições previstas nas Leis nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. Como determina a Lei, é o órgão fiscalizador da Administração. É composto por 5 membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas duas reconduções consecutivas. Em 2024 foram realizadas 12 reuniões ordinárias.

Composição em 31.12.2024:		
Yukimi Nagata	Membro efetivo	3º mandato – 2ª recondução
Guilherme Muraro Derrite	Membro efetivo	2º mandato – 1ª recondução
Marcos Gerhardt Lindenmayer	Membro efetivo	1º mandato
Roberto Antonio Diniz	Membro efetivo	1º mandato
Michel Minerbo	Membro efetivo	1º mandato
Gustavo Trein Ogawa	Suplente	2º mandato – 1ª recondução
Marcelo Bergamasco Silva	Suplente	2º mandato – 1ª recondução
Roberto César de Oliveira Viégas	Suplente	2º mandato – 1ª recondução
Vinicius Faraj	Suplente	2º mandato – 1ª recondução
Rafael Ramos da Silva	Suplente	2º mandato – 1ª recondução

OBS: mandato atual vigente até a próxima Assembleia Geral.

COMITÊ DE AUDITORIA: Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, cujas atribuições estão definidas na Lei nº 13.303/2016 e no Estatuto Social da Companhia. Tem por função principal assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à supervisão dos processos vinculados à elaboração das demonstrações financeiras, à auditoria interna e independente, aos controles internos, à exposição aos riscos, ao canal de denúncias e fraudes, dentre outras atribuições, visando proteger os interesses dos acionistas e de outras partes interessadas. Possui um Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. É composto por quatro membros independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo e coordenado por um Conselheiro de Administração Independente, que deve possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Em 2024 foram realizadas 20 reuniões.

Composição em 31.12.2024:		
João Ricardo Pereira da Costa	coordenador	Reconduzido em 24.04.24
Afonso Antonio Hennel	membro	Eleito em 14.05.19
Marcelo Cardona Sobral	membro	Eleito em 28.04.23
Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto	membro	Eleita em 26.09.23

AUDITORIA INDEPENDENTE: Para atendimento das exigências legais de auditoria independente a CETESB conta atualmente com contrato com a RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de prestação de serviços de Auditoria Independente para exame das Demonstrações Financeiras dos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres, do Relatório da Administração e de Sustentabilidade do exercício de 2024, revisão da Escrituração Contábil Fiscal – ECF do exercício e revisão geral dos controles internos.

AUDITORIA INTERNA: Vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regida pela legislação e regulamentação aplicável, com a responsabilidade de aferir a adequação dos controles internos, a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, e o registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. Além disso, presta apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, de acordo com a previsão dos Incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 9º da Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016, bem como do Decreto nº 62.349, de 26/12/2016. Conta também com suas atividades pautadas no Regulamento da Auditoria Interna, aprovado em 2018 pelo Conselho de Administração, e possui atribuições específicas constantes no Manual de Organização da CETESB.

SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNANÇA: Assessora os órgãos que integram o sistema de governança corporativa da Companhia, tais como: Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, para o andamento das atividades quanto à elaboração de pautas e atas de reuniões, convocação e condução das assembleias gerais, assessoramento na elaboração e distribuição dos materiais para as reuniões dos órgãos, posse e desligamento dos membros dos conselhos e comitês, entre outras relacionadas ao funcionamento do sistema de governança corporativa.

OUVIDORIA: Criada em julho de 1999, tem suas atividades dispostas no Decreto Estadual nº 60.399/2014, destacando-se o atendimento ao usuário-cidadão nas reclamações, denúncias, sugestões, pedidos de informações e elogios acerca dos serviços prestados pela Companhia. Em 1ª instância, a demanda deve ser apresentada através do canal Fale Conosco.

Caso o atendimento não seja considerado suficiente, em 2ª instância o cidadão pode contatar a Ouvidoria através do Sistema de Relacionamento com o Cidadão – SRC (<https://cetesb.sp.gov.br/src>) ou, ainda, por e-mail, telefone ou carta. Foram recebidas 1.969 manifestações, das quais 94,31% foram atendidas.

Figura 7.1-1 – Número de Manifestações


Fonte: CETESB, 2025.

DIRETORIA COLEGIADA: Composta por cinco membros estatutários, com as respectivas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando não especificadas no Estatuto Social, todos com mandato unificado de dois anos, permitidas três reconduções consecutivas. É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela Companhia. Em 2024 foram realizadas 26 reuniões, sendo 24 ordinárias e 2 extraordinárias.

Composição em 31.12.2024:	
Thomaz Miazaki de Toledo	Diretor-Presidente
Liv Nakashima Costa	Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade
Adriano Rafael Arrepi de Queiroz	Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental
Mayla Matsuzaki Fukushima	Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental
Carolina Fiorillo Mariani	Diretora de Qualidade Ambiental

CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS: Tem por objetivo estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos; coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia; acompanhar o programa de integridade, nos termos do Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016 e manter canal institucional para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades, incluindo as infrações ao Código de Conduta Ética e de Integridade.

7.1.2 AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Deliberação CODEC nº 2, de 15 de março de 2024, estabeleceu as diretrizes para a Avaliação dos Administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo. A Avaliação dos Administradores da CETESB ocorreu no período de 30 de julho a 19 de agosto de 2024.

A metodologia adotou o preenchimento dos formulários abrangendo o conteúdo mínimo obrigatório especificado nos anexos de referência da Deliberação CODEC e, conforme seu Artigo 3º, “Parágrafo primeiro - o conteúdo dos Formulários de Referência anexos poderá ser ampliado de acordo com a especificidade da respectiva empresa, mediante deliberação circunstanciada do Conselho de Administração”, foi aprovado pelo Conselho de Administração da CETESB na reunião 602ª ocorrida, em 25.06.2024, e ratificada na reunião 603ª ocorrida, em 30.07.2024 a inclusão da Dimensão de número 5. INTERAÇÃO DAS DIRETORIAS INDIVIDUALMENTE COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO para a avaliação de cada um dos Diretores.

A nota da avaliação dos Administradores - Conselho de Administração enquanto Órgão Colegiado, nas cinco Dimensões, atingiu 3,50 o que define que o Conselho “Supera as expectativas legais e estatutárias”, e em relação a Avaliação Individual/Autoavaliação dos membros o resultado alcançado de 3,50 demonstra que a atuação “Supera as expectativas legais e estatutárias”.

A nota da avaliação do Conselho de Administração para a Diretoria nas cinco Dimensões atingiu 3,49, apontando que a Diretoria Colegiada “Supera as expectativas legais e estatutárias”, e em relação a autoavaliação enquanto Diretoria Colegiada a nota de Avaliação resultou em 3,13, o que demonstra que a atuação “Satisfaz as expectativas legais e estatutárias”.

7.2 PRÓPOSITO E ESTRATÉGIA EM RELAÇÃO À SUSTENTABILIDADE

O compromisso empresarial com a Sustentabilidade é considerado, cada vez mais, um valor importante no cenário global, a ser integrado no planejamento estratégico das organizações. A incorporação da temática de sustentabilidade na estratégia empresarial pode gerar diversos benefícios e oportunidades, como a melhoria da imagem da empresa, a redução de riscos, o aumento da eficiência operacional, a redução da utilização de recursos naturais e a mitigação de impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade.

A CETESB, consciente de seu papel perante a sociedade e seus diversos stakeholders (partes interessadas), intensifica seus esforços para adotar práticas e ações cada vez mais responsáveis. Com foco na busca contínua por melhorias em seus processos, a Companhia reconheceu a necessidade de realizar um diagnóstico detalhado e elaborar um plano de ação estruturado para integrar a temática da Sustentabilidade Corporativa à estratégia da Companhia.

Nesse contexto, em 2024, foi elaborado o Plano Corporativo de Sustentabilidade, visando posicionar a CETESB em conformidade às melhores práticas existentes no mercado, conduzindo a organização na construção de

uma governança interna robusta, capaz de incorporar a sustentabilidade em suas tomadas de decisões estratégicas e influenciar o desenvolvimento dos negócios.

A elaboração do Plano se deu de forma participativa, com ampla consulta ao público interno e externo, incluindo entrevistas com 51 gestores, que representam cerca de 1.600 colaboradores(as) da CETESB, aproximadamente 95% do total da Companhia.

O processo de construção da materialidade contemplou identificação e avaliação e dos temas materiais da Companhia, que são os grandes direcionadores da estratégia de sustentabilidade da empresa, seguindo a metodologia baseada na norma internacionalmente reconhecida GRI 3:2021^[1].

O processo de estudo da Materialidade incluiu etapas de: avaliação do contexto e identificação de stakeholders, aspectos e impactos do negócio, pesquisa da percepção de relevância e engajamento com stakeholders, consulta à Alta Administração sobre temas prioritários, avaliação da importância dos impactos e alinhamentos dos temas materiais prioritários com as normas do GRI e frameworks^[2] relevantes, conforme figura 7.2-1, do total, 23 temas foram submetidos a um processo de priorização composto pela medição da percepção de relevância da Alta Administração e dos stakeholders e por uma avaliação da importância de seus impactos associados. A avaliação dos impactos atrelados aos temas foi realizada, por sua vez, utilizando a metodologia de gestão de riscos já aplicada pela CETESB, baseada na ISO 31000, contemplando impactos previamente classificados na Matriz de Riscos da CETESB e outros sugeridos no processo.

Figura 7.2-1 – Processo de definição da materialidade, conforme GRI e personalizado para a CETESB



Fonte: CETESB, 2025.

^[1] GRI 3:2021 – Temas Materiais do GRI – *Global Reporting Initiative*. Disponível em < <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/> >.

^[2] O termo “frameworks” se refere aos principais referenciais técnicos e normativos de sustentabilidade no mundo, correspondentes a metodologias de avaliação de desempenho em ESG e sustentabilidade de maneira holística e integrada ou em temas específicos (diversidade, equidade de gênero, mudança climática etc.). Estes frameworks balizam relatórios de sustentabilidade, indicadores, certificações e índices de bolsa de valores. São exemplos: ISE B3, SASB, GRI, TCFD, S&P CSA, CDP, Indicadores Ethos etc.

Ao final do processo, consolidou-se a Materialidade da CETESB, que cruza a percepção de relevância para stakeholders e Alta Administração com a importância dos impactos dos temas para a economia, sociedade e meio ambiente para cada tema. Com base nos temas prioritários, foi estruturado em três grandes eixos, apresentados na figura a seguir, que englobam os 11 temas prioritários, traduzindo o direcionamento e foco do atual plano (Figura 7.2-2).

Figura 7.2-2 – Eixos do plano de sustentabilidade da CETESB



Fonte: CETESB, 2025.

O Plano prevê a criação de um Comitê de Sustentabilidade Corporativa, que será uma estrutura de governança da Companhia, responsável por monitorar o desempenho e o avanço das estratégias, ações, metas e indicadores de sustentabilidade, por meio de reuniões periódicas.

O Plano pressupõe a implantação de um Modelo de Melhoria Contínua, que permita a participação das equipes nas sugestões de ações para sustentabilidade alinhado a estratégia corporativa. Este modelo tem os seguintes objetivos: envolver equipes na busca por iniciativas sustentáveis; compartilhar práticas e melhoria contínua entre as áreas; e implementar ações corporativas mensuráveis com a aderência de toda CETESB.

A partir de 2025 o Relatório de Sustentabilidade passará a ser coordenado pelo Departamento de Sustentabilidade, trazendo os resultados dos principais indicadores levantados no Plano Corporativo de Sustentabilidade.

7.3 COMPLIANCE, PROGRAMA DE INTEGRIDADE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

7.3.1 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Um Programa de Integridade eficaz é imprescindível para promover o comportamento ético e garantir a conformidade dentro de uma organização. Reconhecendo a necessidade de melhoria contínua, no segundo semestre de 2024 a CETESB realizou uma revisão de seu Programa de Integridade. Esta revisão incluiu ações específicas projetadas para melhorar as práticas relacionadas a gestão de riscos, a integridade e aprimoramento da conduta ética em toda a Companhia.

O Programa de Integridade foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 26 de novembro de 2024, e publicado no site da CETESB, em 10 de dezembro de 2024.

7.3.2 CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E DE INTEGRIDADE

Em 2024, o Código de Conduta Ética e de Integridade passou por uma revisão que resultou na divulgação de uma cartilha e de um vídeo de treinamento destinados a todos os colaboradores, com o objetivo de garantir uma compreensão ampla e efetiva do código. Esta iniciativa faz parte do nosso compromisso de promover uma cultura ética no ambiente de trabalho.

Todos os colaboradores ativos em 2024, incluindo os novos empregados contratados por meio de concurso público, participaram do treinamento, reforçando nossa dedicação à ética e à conformidade em toda a organização. Os colaboradores que concluíram o curso receberam um botom com a identidade visual da campanha.

7.3.3 COMPLIANCE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

Ao longo de 2024, a CETESB focou suas ações em conformidade e anticorrupção, realizando o mapeando dos riscos de integridade em seus processos de negócios. Esses esforços tiveram o objetivo de entender o grau de vulnerabilidade relacionado à corrupção, má conduta, conflitos de interesse, fraudes e outras atividades ilegais.

Os riscos identificados serão monitorados em 2025, como parte do compromisso de longo prazo da Companhia, que é de promover um ambiente de integridade e transparência. A melhoria contínua do Programa de Integridade será priorizada para garantir que ele permaneça responsivo aos desafios emergentes e eficaz na promoção da conduta ética.

Os aprimoramentos feitos no Programa de Integridade da CETESB refletem nosso compromisso com a ética e a responsabilização de condutas em desacordo com as normativas internas e externas. Ao implementar programas de treinamento robustos e monitorar rigorosamente os riscos de integridade, pretendemos cultivar uma cultura que priorize a conformidade e a integridade em todos os níveis da organização.

Várias iniciativas e ações foram realizadas na Companhia visando a conscientização dos colaboradores sobre combate a corrupção, por exemplo destacamos a matéria publicada na CETESBNET em relação ao Dia Internacional contra a Corrupção, celebrado pela ONU em 9 de dezembro, data que nos remete à importância de promover e adotar práticas éticas.

7.3.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A regulamentação de Empresas Estatais no Brasil é regida pela Lei nº 13.303/16, que estabelece requisitos específicos relativos a transações com partes relacionadas. À luz dessa legislação, a CETESB adota diretrizes e princípios que promovem a transparência e integridade em todas as transações financeiras, particularmente aquelas envolvendo partes relacionadas.

De acordo com nosso compromisso com a boa governança, foi realizada a revisão anual da Política de Transações com Partes Relacionadas. Neste processo, foi incorporada a necessidade de uma avaliação abrangente dos procedimentos relacionados a essas transações, sob a responsabilidade do Departamento de Auditoria Interna, conforme recomendação destacada na avaliação de maturidade de governança conduzida na Companhia.

Com o novo texto, o Departamento de Auditoria Interna passa a monitorar essas transações, alinhando-se com as recomendações de governança e reforçando a integridade de nossas operações financeiras.

Adicionalmente foram incluídas as adaptações necessárias para garantir que todas essas transações sejam divulgadas corretamente, refletindo nosso compromisso com a transparência e conduta ética. A revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 26 de novembro de 2024, e publicada no site da CETESB, no dia 10 de dezembro de 2024.

7.3.5 CANAL DE DENÚNCIAS

O Canal de Denúncias da CETESB é essencial para o Programa de Integridade e possibilita o recebimento de manifestações tanto internas quanto externas, sobre possíveis violações do Código de Conduta Ética e de Integridade.

Desde sua criação em 2019, o Canal de Denúncias tem sido fundamental na promoção da transparência e da responsabilização dentro da organização. Ele permite que as partes interessadas internas e externas relatem preocupações sobre comportamento antiético ou má conduta sem medo de retaliação. Este compromisso com a integridade é refletido no tratamento de reclamações recebidas por meio deste canal.

Até o momento, um total de 252 denúncias foram apuradas por meio do Canal de Denúncias desde sua criação. Denúncias estas classificadas com materialidade suficiente para prosseguimento de análise e investigação. Somente em 2024, o canal prosseguiu com a análise de 21 denúncias indicando engajamento contínuo de colaboradores e partes externas na manutenção de padrões éticos. O tratamento das denúncias é considerado abrangente, pois incluiu demandas pendentes de anos anteriores, além daquelas recebidas em 2024. Consequentemente, um total de 27 demandas foram resolvidas com sucesso em 2024, demonstrando o comprometimento da CETESB em abordar as demandas de forma rápida e eficaz.

Para fornecer uma compreensão mais efetiva sobre a capacidade de resposta da organização às denúncias relatadas, ou seja, da eficácia do Canal de Denúncias, foi medido um Índice de Resolutividade de Denúncias, ilustrado:

Figura 7.3-1 - Índice de Resolutividade de Denúncias - CETESB

Fonte: CETESB, 2025.

7.4 ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

A CETESB mantém um canal de comunicação aberto e transparente com seus empregados, clientes e outras partes interessadas. Isso inclui a divulgação regular de relatórios de sustentabilidade e de atividades, que detalham as ações, os resultados e os desafios enfrentados pela empresa. Além disso, a CETESB realiza audiências públicas para envolver a comunidade nas decisões que impactam o meio ambiente, além de participar ativamente do CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente.

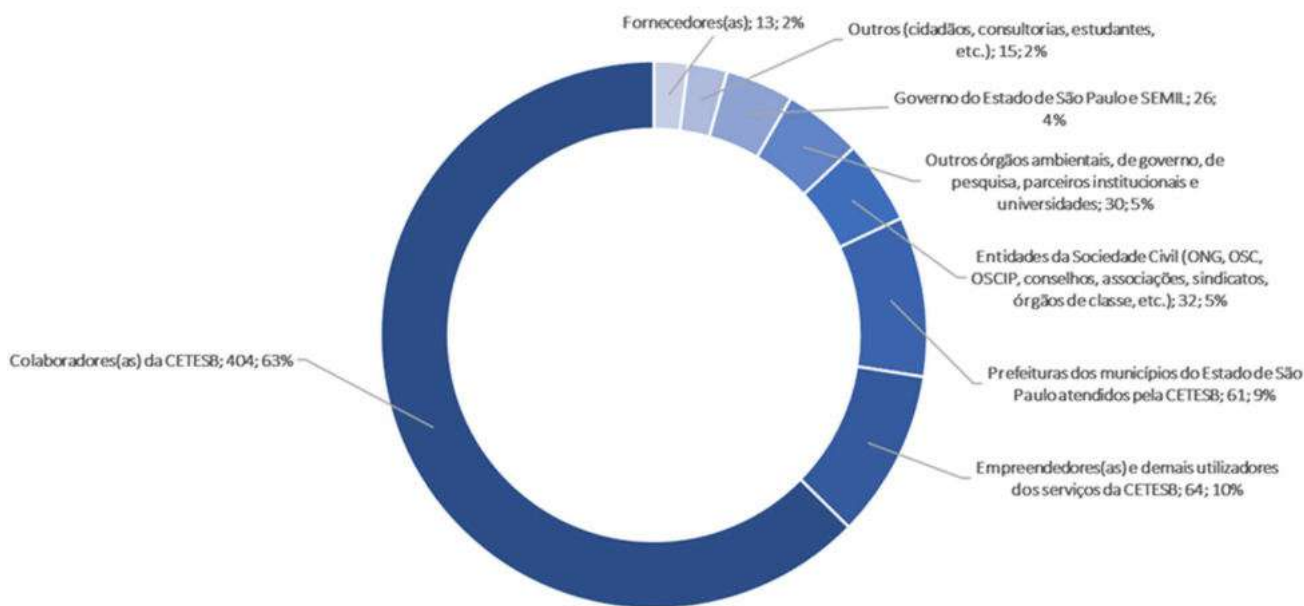
Os empregados da CETESB são incentivados a participar ativamente na governança da empresa. A empresa promove um ambiente de trabalho inclusivo e oferece oportunidades de desenvolvimento profissional. Além disso, a CETESB realiza pesquisas de satisfação e feedback para entender as necessidades e expectativas dos empregados, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões estratégicas.

A CETESB estabelece parcerias com outras organizações, instituições acadêmicas e ONGs para promover a inovação e a sustentabilidade. Essas colaborações permitem à CETESB compartilhar conhecimentos, recursos e melhores práticas, fortalecendo sua capacidade de enfrentar os desafios ambientais de forma eficaz.

Nesse contexto, em 2024, no âmbito do processo de formulação do Plano Corporativo de Sustentabilidade realizou-se um levantamento das partes interessadas por meio de entrevistas com a alta administração e aplicação de formulário online (divulgado em ambiente externo e interno), o qual mapeou os temas materiais.

Dentre os membros da Alta Administração, foram entrevistados(as) o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, todos(os) os(as) quatro diretores(as) e mais um membro do Conselho de Administração especialista em Sustentabilidade. No total foram coletadas 768 respostas, dentre as quais, após o descarte de respostas não aderentes aos critérios (respondentes que não identificaram o grupo ao qual pertenciam ou que avaliaram todos os temas igualmente), tivemos 645 respostas válidas, distribuídas nos grupos conforme gráficos a seguir figura 7.4-1.

Figura 7.4-1– Distribuição das respostas válidas dos questionários de stakeholders



Fonte: CETESB, 2024

O Plano Corporativo de Sustentabilidade elaborado com base neste engajamento permitirá uma atuação direcionada e alinhada da CETESB, fundamentando suas ações e possibilitando a construção, o monitoramento e o reporte de indicadores relevantes a sua atuação.

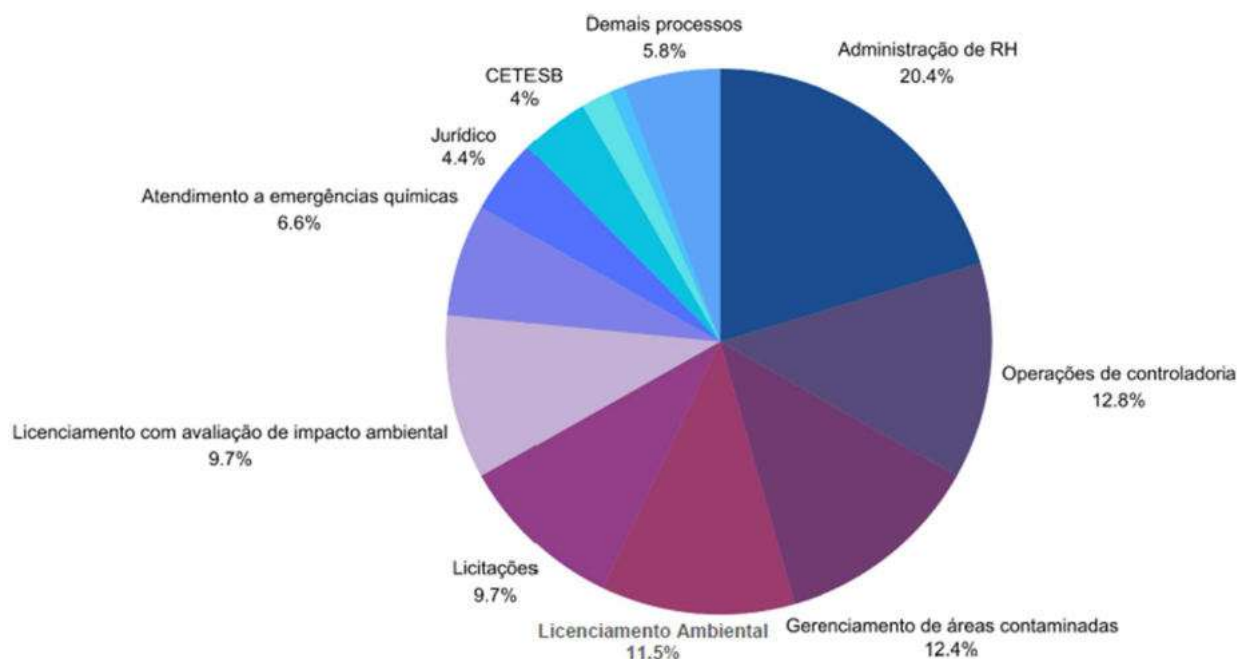
7.5 GESTÃO DE RISCOS

Em 2024, a CETESB fez avanços significativos no mapeamento dos riscos. O trabalho foi liderado pela Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos - PMC e foi reforçado pela expertise de duas empresas de consultoria, que forneceram suporte no desenvolvimento e implementação de gestão de riscos e controles internos.

O processo de mapeamento de riscos foi sistematicamente organizado em múltiplas etapas, resultando na identificação de 226 eventos de risco associados aos processos de negócios e de suporte da CETESB. A metodologia empregada incluiu:

- **Identificação de Eventos de Risco:** Os eventos de risco foram identificados por meio de uma combinação de entrevistas, workshops e análise completa de documentos internos. Este esforço colaborativo envolveu as equipes responsáveis pelos respectivos processos, juntamente com a orientação e expertise da Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos - PMC, representados na imagem abaixo;

Figura 7.5-1 - % de Riscos por processos



Fonte: CETESB, 2025

- Coleta de Informações sobre os Controles Internos: Durante as reuniões de mapeamento de riscos foram listados os dados sobre os controles preventivos e corretivos existentes;
- Proposta de Ações de Mitigação: Para cada risco priorizado identificado, foram propostas ações de mitigação específicas. Essas ações estão previstas para monitoramento em curto, médio e longo prazo, com base no nível de criticidade de cada evento de risco;
- Desenvolvimento de Mecanismos de Monitoramento: Para aprimorar ainda mais as capacidades de gerenciamento de riscos, foram sugeridos indicadores operacionais para os gestores dos processos. Esses indicadores, se implementados, facilitarão o monitoramento dos fatores de risco, auxiliando no desenvolvimento de estratégias voltadas à mitigação de riscos. A PMC conduzirá, em 2025, o monitoramento dos indicadores para incentivar que as métricas utilizadas estejam alinhadas aos controles internos essenciais da Companhia;
- Teste de Eficácia dos Controles Internos: Foram conduzidos testes de eficácia dos controles internos para os processos organizacionais mapeados por meio do uso de Questionários de Avaliação de Controles Internos (QACI);
- Engajamento de Stakeholders: Em fevereiro de 2024, foram realizadas visitas a dez agências ambientais e quatro laboratórios da CETESB juntamente com a consultoria. Além disso, um workshop de Gestão de Riscos foi organizado para impulsionar os esforços de mapeamento de riscos empregando a

metodologia ABNT NBR ISO 31000. Este workshop incluiu a aplicação de formulários para aferir percepções de risco entre stakeholders externos da CETESB e eventos de workshop presenciais projetados para aumentar a conscientização sobre identificação de riscos, complementados por atividades individuais e em grupo.

A culminância desses esforços levou a consolidação da Matriz de Riscos e Controles Internos da CETESB, bem como à formalização da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos. Os documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração em 26 de novembro de 2024 e posteriormente a Política foi publicada em 10 de dezembro de 2024 nos canais de comunicação da Companhia.

A CETESB está comprometida em implementar sistemas eficazes de gestão de riscos e controles internos. Esse trabalho contempla o monitoramento dos processos já mapeados, ao mesmo tempo em que expande a identificação e avaliação de riscos e controles internos para processos ainda não abrangidos, reforçando a eficácia e abrangência de sua gestão.

7.6 AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2024, em consonância com o Regulamento da Auditoria Interna e o Plano de Trabalho de 2024 (aprovado conforme Ata da 597ª Reunião do Conselho de Administração de 30/01/2024), a Auditoria Interna realizou trabalhos de caráter corretivo e preventivo e aumentou a sua fiscalização nas atividades das unidades descentralizadas, reforçando a autotutela nas atividades de poder de polícia administrativa exercido pela Companhia. Os trabalhos corretivos (correição) foram tratados prioritariamente conforme reza o Regulamento. Com relação às auditorias corretivas técnicas, foram concluídos 24 protocolos, por meio de exames técnicos realizados em denúncias recebidas do Comitê de Ética, provenientes do Canal de Denúncias, sendo que 9 protocolos permanecem em andamento. No que tange aos trabalhos preventivos técnicos foram iniciadas apurações em 6 Agências Ambientais, da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, para a elaboração de relatórios de auditoria. Foram concluídas 3 Agências Ambientais no período. Com relação às auditorias corretivas administrativas, foram concluídas 12 atividades em 2024, provenientes de exames técnicos recebidos do Comitê de Ética (Canal de Denúncias), por apoio ou competência e demandas internas (Normas Administrativas). No que tange aos trabalhos preventivos administrativos, foram efetuados exames na rotina administrativa de 17 Agências Ambientais e 5 Followup(s) de relatórios emitidos. Em relação aos trabalhos demandados pela Diretoria Colegiada foram aferidos os resultados das metas do Programa de Participação dos Resultados – PPR/2023 e do Plano de Negócios – PN/2023 e concluída a auditoria do processo de inventário de bens patrimoniais de 2023, com recomendações a diversas unidades da Companhia. Além disso, a Auditoria Interna atendeu às fiscalizações do controle externo (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e Planejamento), especialmente quanto às questões contábeis, financeiras e de recursos humanos. Foram atendidas também as demandas da Controladoria Geral do Estado – CGE, além de exercer as atividades responsáveis pelo controle interno junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.7 AMBIENTE LEGAL E REGULATÓRIO

A CETESB é uma empresa pública da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo. As atribuições da empresa estão previstas em leis, decretos e resoluções, estando inseridas na política estadual de meio ambiente. A atuação da CETESB cumpre estritamente a competência definida legalmente e os procedimentos estabelecidos em normas. Esta atuação é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, por Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo cidadão comum.

Em 2024, a CETESB contratou um banco de dados contendo legislações ambientais federais, estaduais e de dezenas de municípios do estado de São Paulo com o objetivo de disponibilizar seu conteúdo para a área jurídica e para as áreas técnicas finalísticas. O uso da ferramenta permite que as decisões relativas ao licenciamento ambiental compatibilizem os ordenamentos jurídicos das esferas federal, estadual e municipal dando conformidade na sua aplicação.

Dentro da meta de estruturar a base do Programa de Governança de Dados e no escopo do projeto institucional “Jurídico + Perto”, a área jurídica elaborou as chamadas Orientações Jurídicas Corporativas (OJCs) que são pareceres jurídicos de caráter orientador, consolidando entendimentos e teses sob matérias jurídicas relevantes e/ou recorrentes, no âmbito das Diretorias.

Para fazer frente às inúmeras demandas judiciais interpostas por interessados particulares e ministérios públicos estadual e federal, a CETESB faz uso de um software jurídico que permite o controle de prazos, de publicações judiciais e da distribuição de processos com a elaboração de relatórios gerenciais de diversos formatos dando maior segurança e assertividade à área jurídica da Companhia.

7.8 GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em 2024 diversas iniciativas foram implementadas com foco no aprimoramento de controles, na mitigação de riscos e no fortalecimento da infraestrutura tecnológica.

As ações descritas a seguir refletem o compromisso da empresa em manter um ambiente de TI seguro e confiável, alinhado às exigências de mercado e às regulamentações vigentes.

- Revisão da Política de Segurança da Informação (POSIN), além de atualizar a política frente aos novos riscos e soluções disponíveis e novas práticas de mercado, a revisão da POSIN trouxe também diretrizes sobre a utilização de Inteligência Artificial, Gestão de mudanças e Gestão de Riscos e a criação do Comitê de Segurança da Informação.
- Implementação de MXDR (*Managed Extended Detection and Response*) possibilitando detectar, investigar e responder ameaças digitais, bem como mitigar incidentes de segurança nas estações de trabalho e servidores, proporcionando assim uma camada adicional de defesa contra-ataques cibernéticos e reduzindo o tempo de resposta a incidentes. A implementação dessa solução foi um passo importante para melhorar a resposta a incidentes de segurança.
- Implementação de firewall de aplicações web (*Web Application Firewall - WAF*) para proteger os sistemas públicos da Companhia contra-ataques que exploram falhas em aplicativos web.
- Aquisição de novo firewall de próxima geração (*Next-Generation Firewall - NGFW*) para reforçar a segurança perimetral da Companhia. Diferente dos firewalls tradicionais, o NGFW analisa

detalhadamente o tráfego de dados, incluindo inspeção profunda de pacotes, e integra funcionalidades avançadas, como prevenção de intrusões e controle de aplicações. Sua implementação será realizada no início de 2025.

- *Hardening* em servidores web, com atualização de *frameworks* e revisão das permissões. O *Hardening* é um processo que envolve várias ações para reforçar a segurança, como desabilitar serviços ou funções desnecessárias, atualizações e patches de segurança, ajustar permissões de acesso, exigir senhas mais complexas e/ou autenticação multifatorial (MFA), entre outras ações. Este processo foi aplicado nos servidores web da empresa reduzindo assim as vulnerabilidades dos servidores, garantindo que apenas usuários autorizados tenham acesso a recursos críticos e aumentando a segurança geral da infraestrutura de TI.
- Atualização da plataforma de segurança de *endpoint Trellix*, melhorando a proteção contra *malwares* e outras ameaças cibernéticas. A atualização garante a detecção proativa de ataques e vulnerabilidades nos dispositivos (desktops, notebooks e servidores).
- Ampliação da cobertura de backup de servidores completos (máquinas virtuais completas - *Full VMs*). Essa iniciativa visa proporcionar uma recuperação mais rápida e completa dos sistemas, assegurando que informações essenciais possam ser restauradas de forma eficiente, minimizando o impacto de eventuais falhas e garantindo a continuidade operacional;
- Ações de conscientização: foi realizada apresentação sobre uso responsável dos dados na iniciativa Datanautas, comunidade de prática que envolve todas as Diretorias da CETESB, com foco no reforço da cultura de dados na Cia., abordando aspectos de segurança da informação, conformidade no uso dos dados, qualidade dos dados, o papel das pessoas no uso responsável dos dados, riscos e consequências associados ao uso indevido dos dados, boas práticas em segurança, conformidade, qualidade e exemplos reais de casos de comprometimento de dados e ataques cibernéticos.

7.8.1 GESTÃO DA GOVERNANÇA DE DADOS

A CETESB tem se comprometido com a coleta e análise de dados para suportar suas atividades, enfrentando desafios relacionados à complexidade e volume de informações. Para melhorar a eficiência, segurança e transparência, a instituição investe em iniciativas que transformam dados em ativos valiosos, facilitando uma tomada de decisão informada.

Em 2024, foram desenvolvidas práticas que reforçam a governança de dados, assegurando que a gestão da informação esteja alinhada às metas estratégicas da organização.

Ações de destaque foram desenvolvidas ao longo do ano de 2024:

- Desenvolvimento e aprovação da Política de Governança de Dados da CETESB, em cooperação com o Departamento de Tecnologia da Informação e Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos da Companhia, disponível aos públicos interno e externo;
- Diagnóstico de maturidade de dados de cinco diretorias da CETESB;
- Lançamento e realização de 12 encontros mensais da Comunidade de Prática denominada “Datanautas”, envolvendo todas as Diretorias da CETESB, com foco no reforço da cultura de dados na

Cia., abordando temas relacionados à alfabetização em dados, gerenciamento e governança de dados, uso responsável dos dados, segurança da informação, conformidade no uso dos dados, riscos, divulgação de políticas institucionais, apresentações de projetos, soluções e casos de sucesso envolvendo dados;

- Lançamento e realização do primeiro encontro da Comunidade de Prática denominada “VoaCETESB”, envolvendo todas as Diretorias da CETESB, como foco no fomento e ordenamento do uso de aeronaves remotamente pilotadas (drones) na Companhia, liderada pelo Setor de Gestão de Dados Geoespaciais;
- Atuação conjunta do Setor de Gestão de Dados Geoespaciais, com unidades de negócio das demais Diretorias da CETESB, para estruturação e desenvolvimento de soluções tecnológicas com foco no gerenciamento, coleta, estruturação, análise, comunicação e transparência de dados:
 - Revisão e elaboração de mapas e painéis acessíveis ao público externo: Mapa de Qualidade das Praias Litorâneas, Mapa de Qualidade das Praias Interiores, Mapa de Qualidade do Ar, Painel Dinâmico de Logística Reversa;
 - Formulários digitais e painéis dinâmicos acessíveis ao público interno: Painel dinâmico e interativo gerencial dos registros de atendimentos de emergências não químicas pelas agências ambientais da CETESB; Relatório digital de vistoria e painel dinâmico e interativo analítico dos acompanhamentos das obras no contexto de atuação do Setor de Licenciamento de Empreendimentos de Transporte Rodoviário.

7.9 PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS

Em 2024, a CETESB empreendeu iniciativas significativas visando aprimorar a cultura organizacional em torno da privacidade de dados pessoais. Esses esforços estão alinhados à crescente ênfase na Lei Geral de Proteção de Dados e à necessidade de melhoria contínua nas práticas de governança de dados. Implementamos as seguintes ações para aprofundar o entendimento e promover a conformidade com as regulamentações de privacidade de dados pessoais:

- Publicação na CETESBNET sobre a Lei Geral de Proteção de Dados: Um artigo abrangente com foco na Legislação de Proteção de Dados foi publicado com o objetivo de informar os colaboradores sobre fundamentos da norma e aspectos essenciais da privacidade de dados pessoais.
- Realização de palestras técnicas: Em outubro de 2024, foi realizada uma palestra técnica fundamental intitulada "Entendendo a LGPD: Fundamentos e exemplos práticos para a vida cotidiana". Esta iniciativa abrangeu aproximadamente 1.400 empregados da CETESB. O objetivo era fornecer insights práticos e aplicáveis sobre a legislação de proteção de dados. A palestra contou com um palestrante especialista, que elucidou exemplos práticos do dia a dia e melhores práticas relacionadas à proteção e privacidade de dados, aumentando assim a compreensão dos colaboradores sobre suas responsabilidades sob a legislação.

- Revisão de diretrizes de segurança: com a revisão da Política de Segurança da Informação, em dezembro de 2024, foram estabelecidas diretrizes tais como: menor privilégio de acesso a sistemas e dados, restrição de acesso à informação para colaboradores em teletrabalho, implantação de DLP (*Data Loss Protector*) que estabelece regras através do uso da inteligência artificial para a saída de dados da Companhia.

8 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

**Russell Bedford**
audit & assurance

+55 11 4007 1219 | contato@russellbedford.com.br

**CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores
Independentes – Sustentabilidade

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não for compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.


@russellbedfordbrasil

**Russell Bedford**
taking you further

+55 11 4007 1219 | contato@russellbedford.com.br

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP

Introdução

Fomos contratados pela administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, com base nas diretrizes do *Global Reporting Initiative* ("GRI"), versão *Standards*, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

A administração da CETESB é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, de acordo com as diretrizes para elaboração do Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* – GRI, versão *Standards*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre as informações de sustentabilidade constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico do Ibracon (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e elaborado com base na NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicável às informações não históricas.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.


[@russellbedfordbrasil](#)

**Russell Bedford**
taking you further

+55 11 4007 1219 | contato@russellbedford.com.br

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente em indagações à administração da CETESB e a outros profissionais da CETESB envolvidos na elaboração das informações constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, bem como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de asseguração limitada, sobre as informações contidas no relatório, tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, bem como na nossa consideração e entendimento sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas, e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB;
- b) O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores, por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade; e
- d) O confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis,


@russellbedfordbrasil

**Russell Bedford**
taking you further

+55 11 4007 1219 | contato@russellbedford.com.br

Os trabalhos de asseguração limitada também compreenderam a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, versão Standards, aplicável na elaboração das informações constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração cujo objetivo é emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade constantes do Relatório Integrado da Administração e de Sustentabilidade. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração com objetivo de emissão de opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com esse objetivo, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Relatório Anual. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitas a pressupostos individuais e julgamentos.

Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho sobre dados informados para períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, não incluindo a avaliação da adequação de suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.


[@russellbedfordbrasil](#)

 Russell Bedford
taking you further

+55 11 4007 1219

contato@russellbedford.com.br

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* – GRI, versão Standards,

Barueri, 13 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA-90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA-90238435091
Dados: 2025.03.17 14:43:08 -05'00'

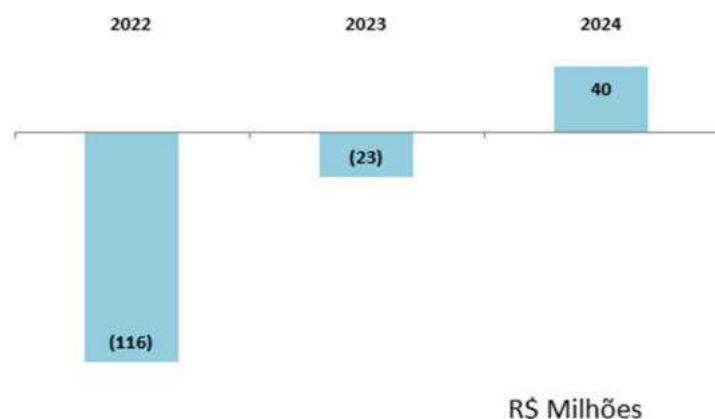
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico


@russellbedfordbrasil

9 DESEMPENHO FINANCEIRO

O ano de 2024 foi marcado por um lucro líquido contábil de R\$ 40,3 milhões, representando aumento em relação aos R\$ 22,9 milhões de prejuízo contábil registrados em 2023, um acréscimo de R\$ 63,2 milhões, decorrente principalmente de recebimento de valores referentes a uma decisão judicial que determinou o pagamento à CETESB de multa aplicada em 2015, de R\$ 66,1 milhões (já considerando as atualizações monetárias).

Figura 9-1 Resultado do Exercício

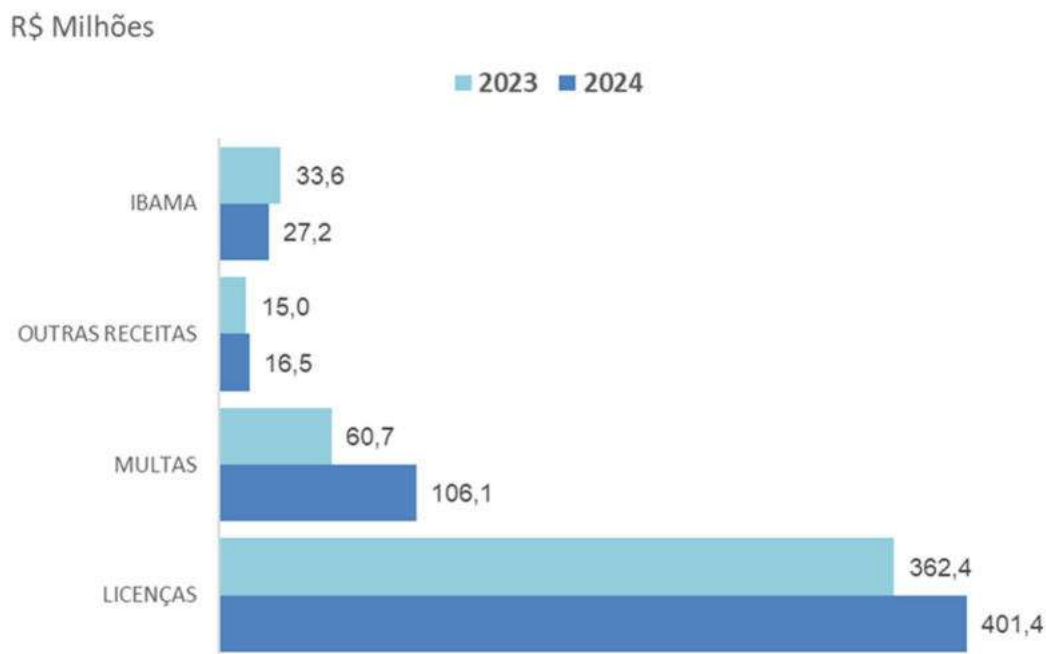


9.1 RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

A receita bruta alcançou R\$ 680,4 milhões, representando aumento de 14% em relação a 2023 (R\$ 595,7 milhões). Este crescimento foi impulsionado principalmente por:

- Licenciamento Ambiental: R\$ 401,4 milhões, crescimento de 11%.
- Multas Ambientais: R\$ 106,1 milhões, aumento de 75%.

Apesar da receita ter sido impulsionada principalmente pelo pagamento de multa única de R\$ 66,1 milhões (referente a uma infração ocorrida em 09/01/2015 - Auto de Infração AIIPM 41000466), anteriormente em litígio judicial, houve um aumento considerável das demandas por licenciamento ambiental no estado, o que refletiu no aumento também na arrecadação destes serviços.

Figura 9.1-1 Receitas Próprias


Após as deduções legais, a receita líquida totalizou R\$ 653,6 milhões, um incremento de 14% comparado ao ano anterior.

9.2 CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas operacionais apresentaram aumento de 12% em relação ao ano anterior.

Custos dos Serviços

Os custos dos serviços prestados da CETESB totalizaram R\$ 487,6 milhões, representando uma variação de 12% em relação a 2023. Destaque para:

- Pessoal: R\$ 431,6 milhões (13% de aumento), refletindo ajustes salariais e de benefícios (2,77%) e reflexos do PDI (Plano de Demissão Incentivada)
- Despesas Correntes: R\$ 56,0 milhões, (8% de aumento), principalmente resultantes de modernização de infraestrutura e serviços voltadas a melhoria do licenciamento ambiental.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 198,5 milhões, representando aumento de 12% em relação a 2023. Destaque para:

- Pessoal: R\$ 168,3 milhões (12% de aumento), refletindo ajustes salariais e de benefícios (2,77%) e reflexos do Plano de Demissão Incentivada (PDI) dos funcionários lotados nas áreas administrativas.
- Outras Despesas Correntes: R\$ 30,2 milhões, refletindo as contratações de tecnologia da informação voltas às melhorias de sistemas e conexão.

Tal aumento se deve às necessidades de investimentos para que a CETESB possa manter uma estrutura operacional robusta e eficiente, garantindo a continuidade e melhoria da qualidade de seus serviços.

9.3 RESULTADO OPERACIONAL

O lucro bruto foi de **R\$ 166,0 milhões**, consolidando aumento de 21% em relação ao ano anterior.

- **Margem Bruta: 24,40%**

Apesar do lucro apurado no exercício corrente, cabe salientar que a CETESB ainda carrega um saldo negativo proveniente de prejuízos acumulados em períodos anteriores. Em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, especificamente no artigo 189, a absorção de prejuízos deve preceder qualquer destinação ao pagamento de dividendos. Dessa forma, não haverá qualquer distribuição de dividendos.

9.4 BALANÇOS PATRIMONIAIS

A CETESB publica, anualmente, seu Balanço Patrimonial, bem como sua Demonstração de Resultados com respectivas Notas Explicativas e, trimestralmente, as informações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em milhares de reais

ATIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023	Varição	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2024	31.12.2023	Varição
CIRCULANTE		143.177	137.509	4%	CIRCULANTE		134.780	183.452	-27%
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	4	118.036	62.520	89%	Fornecedores	11	7.074	11.796	-40%
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	4	7.565	7.821	-3%	Salários e Remunerações a Pagar	12	69.802	71.953	-3%
Clientes e Outras Contas a Receber		816	671	22%	Impostos e Contribuições a Recolher	13	32.785	23.593	39%
Adiantamentos a Empregados	5	4.076	4.963	-18%	Adiantamentos de Convênios	14	3.458	3.484	-1%
Adiantamentos a Fornecedores		540	2.569	-79%	Adiantamentos de Clientes		533	226	136%
Impostos a Recuperar	6	1.391	199	599%	Outras Contas a Pagar		103	177	-42%
Parcelamentos a Receber	7	5.961	8.101	-26%	Provisão para Contingências	15	19.791	72.153	-73%
Depósitos Judiciais	15	0	45.348	-100%	Provisão para Contribuição Social		1.234	70	1663%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	951	887	7%					
Estoques		1.077	862	25%					
Despesas Exercício Seguinte		2.764	3.568	-23%					
NÃO CIRCULANTE		215.309	216.341	0%	NÃO CIRCULANTE		126.038	113.042	11%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		58.500	59.700	-2%	Impostos Reservas de Reavaliação		413	441	-6%
Depósitos Judiciais	15	12.874	9.775	32%	Impostos e Contribuições a Recolher	13	27.938	-	-
Adiantamentos a Empregados	5	431	3.470	-88%	Adiantamentos de Convênios	14	4.106	4.337	-5%
Parcelamentos a Receber	7	11.282	11.427	-1%	Provisão para Contingências	15	33.871	26.825	26%
Antecipação de Dividendos	17d	7.133	7.133	0%	Provisão para Contrib. Prev.	16	59.710	81.439	-27%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	24.605	25.920	-5%					
Impostos a Recuperar	6	2.175	1.975	10%					
IMOBILIZADO	9	155.698	154.708	1%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.668	57.356	70%
INVESTIMENTO		8	8	0%	Capital Social	17a	170.377	170.377	0%
INTANGÍVEL	10	1.103	1.925	-43%	Ações em Tesouraria (-)		(1)	(1)	0%
TOTAL		358.486	353.850	1%	Reservas de Reavaliação	17b	18.714	18.998	-1%
					Prejuízos Acumulados	17c	(91.422)	(132.018)	-31%
					TOTAL		358.486	353.850	1%

9.5 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em milhares de reais

	nota	31.12.2024	31.12.2023	Variação
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS				
Subvenção de Custeio		129.056	123.894	4%
Exercício do Poder de Polícia Delegado		534.809	456.793	17%
<i>Licenciamento</i>		401.462	362.413	11%
<i>Multas Ambientais</i>		106.138	60.776	75%
<i>Taxa de Fiscalização Ambiental</i>		27.209	33.604	-19%
Venda de Serviços e Produtos		16.539	15.039	10%
Deduções		(26.761)	(23.193)	15%
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	18	653.643	572.533	14%
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	19	(487.646)	(435.346)	12%
LUCRO BRUTO		165.997	137.187	21%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS				
Despesas Administrativas	19	(198.547)	(177.257)	12%
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		26.616	18.955	40%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	50.538	(6.167)	919%
		(121.393)	(164.469)	-26%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		44.604	(27.282)	263%
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	21	(3.086)	4.414	-170%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		41.518	(22.868)	282%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.234)	(70)	1663%
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		40.284	(22.938)	276%
LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		R\$ 7,09	(R\$ 4,03)	276%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9.6 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023			
Valores em milhares de reais			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		31.12.2024	31.12.2023
Lucro/Prejuízo do Período	Nota	40.284	(22.938)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão/Reversão Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	(44.704)	15.617
Provisão para Contribuições Fiscais	15	1.061	1.286
Provisão para Contribuições Previdenciárias		(21.729)	9.298
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		(26.385)	(37.851)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras		1.643	2.797
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados		(762)	740
Provisão Plano de Carreira		(661)	661
Provisão Para Programa de Demissão Incentivada		51	-
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio		(692)	1.381
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		1.164	(485)
Depreciação do Imobilizado		19.208	15.218
Baixas de Depreciação	9	(3.831)	(11.465)
Amortização do Intangível	10	822	827
Realização Reserva de Reavaliação		28	28
Saldo transferência entre contas	9	143	(734)
Ajustes Imobilizações em andamento	9	(3.886)	-
Baixas no Ativo Imobilizado	9	3.986	11.824
Baixas no Intangível		-	-
Subtotal		(34.260)	(13.796)
Varições no Ativo Circulante e Não Circulante			
Clientes e Outras Contas a Receber		(162)	10
Adiantamentos a Empregados		3.585	(2.948)
Adiantamentos a Fornecedores		2.029	(2.569)
Impostos a Recuperar		(1.523)	(251)
Parcelamentos a Receber		1.131	7.414
Valores a Receber - Dívida Ativa		27.636	29.333
Estoques		(215)	(81)
Despesas Exercício Seguinte		803	(3.354)
Depósitos Restituíveis		42.249	(3.001)
Subtotal		75.533	24.553
Varições no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores		(4.722)	3.351
Salários e Remunerações a Pagar		(87)	190
Impostos e Contribuições a Recolher		37.130	1.510
Adiantamentos de Convênios		(256)	(646)
Adiantamentos de Clientes		308	9
Outras Contas a Pagar		(74)	(6)
Impostos Reservas de Reavaliação		(28)	(28)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	(1.674)	(9.290)
Subtotal		30.597	(4.910)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais		71.870	5.847
Atividades de Investimento			
Aquisição de Intangível		-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	9	(16.610)	(16.400)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(16.610)	(16.400)
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital		-	800
Bens recebidos em Doação		-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	800
Capital Circulante Líquido		55.260	(9.753)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		70.341	80.094
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		125.601	70.341
Varição líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa		55.260	(9.753)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9.7 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em milhares de reais

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas Legais	Reserva de Lucros Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	169.577	(1)	0	0	0	19.282	(109.392)	79.466
Adiantamento para aumento de capital	800	-	-	-	-	-	-	800
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(284)	-	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	312	312
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(22.938)	(22.938)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	(1)	0	0	0	18.998	(132.018)	57.356
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	(1)	-	-	-	18.998	(132.018)	57.356
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(284)	-	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	312	312
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	40.284	40.284
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	170.377	(1)	-	-	-	18.714	(91.422)	97.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

9.8 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em milhares de reais

	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	40.284	(22.938)
Realização das reservas de reavaliação	(284)	(284)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40.312	(22.910)

9.9 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6,404/76 e nº 13,303/16,

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Dependência Econômica do Acionista Controlador

A CETESB recebeu, a título de subvenção econômica, um repasse da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo no montante de R\$ 129.056 mil, registrado nas rubricas "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio". Esse valor representa 78,1% do total de R\$ 165,397 mil previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA – Lei Estadual nº 17,863/2023 e Decreto Estadual nº 68,309/2024), resultando em uma redução de 21,9% em relação à dotação inicialmente prevista para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A liberação dessa subvenção ocorre de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, visando garantir a sustentabilidade financeira da empresa e assegurar a continuidade das atividades operacionais. Dessa forma, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros estabelecidos para empresas estatais dependentes, mantendo-se entre os limites mínimo e máximo definidos pelo controlador.



Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Programa de Demissão Incentivada – PDI

No 3º trimestre de 2024, a Diretoria Colegiada da CETESB aprovou a implementação do Programa de Desligamento Incentivado (PDI), com o objetivo de oferecer condições especiais de desligamento aos empregados com idade acima de 70 anos. A iniciativa visa proporcionar uma gestão mais eficiente das despesas com pessoal, ao mesmo tempo em que possibilita a reposição planejada de novos profissionais por meio de concurso público.

O programa contemplou 126 empregados, com um desembolso total de R\$ 47,3 milhões, realizado nos meses de novembro e dezembro de 2024.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 11/03/25 e 14/03/25, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***■ Uso de estimativas e premissas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2024 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01(R4) – Norma Brasileira de Contabilidade – Redução ao valor recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15/04/2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de

Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários,

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desenhos compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As

depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda,

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2024 (nota explicativa nº 12).

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 14).

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 31/12/2024, o resultado

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de R\$ 5,657, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social

sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados "convênios" (vide nota explicativa 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Bancos	1.787	2.567
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	116.249	59.953
Total Recursos Próprios	118.036	62.520
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	7.565	7.821
Total	125.601	70.341

5, ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que o plano de saúde que a CETESB oferece aos seus empregados é administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos são contratados pela CETESB, que arca com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados é contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e é reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Para os adiantamentos que ultrapassam o exercício corrente é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31/12/2024 a expectativa era de 76 anos.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Adiantamento de Assistência Médica	1.870	1.938	14.867	14.270
Adiantamento de Férias	2.059	2.850	-	-
Adiantamento de 13º Salário	-	-	-	-
Diversos	147	175	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	-	-	(11.999)	(8.702)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.437)	(2.098)
Total	4.076	4.963	431	3.470



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda	-	5
Pasep	5	4
Cofins	21	20
CSLL	132	100
Antecipação de Contribuição Social	1.233	70
Total	1.391	199

b) Não Circulante

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa,

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	940	901
CSLL - Exercícios Anteriores	946	817
CSLL Estimada	1.345	1.182
PCLD	(1.056)	(925)
Total	2.175	1.975

7. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Vaiores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para

o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Multas Fontes Móveis	583	957	24,194	23,272
Multas Fontes Estacionárias	3,444	4,713	11,990	12,720
Multas Agenda Verde	1,815	2,502	2,867	4,098
Assistência Médica	191	99	2,308	807
Diversos	57	28	76	104
PCLD	(129)	(198)	(32,371)	(31,148)
Atualização Legal	-	-	2,218	1,574
Total	5,961	8,101	11,282	11,427

8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No exercício de 2024, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo,

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	31.12.2024	31.12.2023
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	27,877	11,278
Arrecadação de multas a repassar	114	549
PCLD (-)	(27,040)	(10,940)
Total	951	887



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	783,716	838,355
PCLD (-)	(760,205)	(813,204)
Atualização Legal	36,469	25,631
PCLD (-)	<u>(35,375)</u>	<u>(24,862)</u>
Total	24.605	25.920

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Multas Fontes Estacionárias	741611	763351
Multas Fontes Móveis	335	358
Multas Agenda Verde	<u>18.259</u>	<u>49.495</u>
Total	760,205	813,204

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 12.160 inscrições, até 31 de dezembro de 2024.



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação Taxa % a.a.	Custo	31,12,2024		Custo	31,12,2023	
			Deprec, Acumulada	Líquido		Deprec, Acumulada	Líquido
Terrenos		14,957	0	14,957	14,957	0	14,957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	76,600	(48,765)	27,835	75,191	(45,141)	30,050
Rede Telemétrica	10	2,233	(2,233)	-	2,233	(2,233)	-
Máquinas e Equipamentos	10	144,079	(86,001)	58,078	122,292	(78,548)	43,744
Móveis e Utensílios	10	5,759	(4,293)	1,466	5,203	(4,279)	924
Veículos e Embarcações	20 e 5	15,367	(11,842)	3,525	15,408	(10,769)	4,639
Microcomputadores/Periféricos	20	37,047	- 21,538	15,509	30,536	- 19,659	10,877
Benefitorias em Prop.de 3º	20	37,890	- 12,239	25,651	36,544	- 10,915	25,629
Outras Imobilizações		1,016	(131)	885	1,014	(124)	890
Imobilizações em Andamento		7,792	0	7,792	22,998		22,998
Total		342,740	(187,042)	155,698	326,376	(171,668)	154,708

b) Movimentação

	31,12,2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Ajustes	Depreciação	31,12,2024
Terrenos	14,957	-	-	-	-	-	-	14,957
Edifícios e Instalações	30,050	82	(39)	1,366	39	-	(3,663)	27,835
Máquinas e Equipamentos	43,744	4,388	(1,531)	14,941	1,486	3,989	(8,939)	58,078
Móveis e Utensílios	924	744	(250)	32	243	30	(257)	1,466
Veículos e Embarcações	4,639	26	(67)	-	65	-	(1,138)	3,525
Microcomputadores/Periféricos	10,877	4,292	(1,921)	4,139	1,905	4	(3,787)	15,509
Benefitorias em Prop.de 3º	25,629	48	(178)	1,476	93	-	(1,417)	25,651
Outras Imobilizações	890	2	-	-	-	-	(7)	885
Imobilizações em Andamento	22,998	7,028	-	(22,097)	-	(137)	-	7,792
Total	154,708	16,610	(3,986)	(143)	3,831	3,886	(19,208)	155,698

c) Exercício Anterior

	31,12,2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Depreciações	31,12,2023
Terrenos	14,957	-	-	-	-	-	14,957
Edifícios e Instalações	24,235	178	(25)	8,881	84	(3,103)	30,050
Rede Telemétrica	-	-	(53)	-	53	-	-
Máquinas e Equipamentos	31,163	2,565	(4,594)	17,205	4,212	(6,807)	43,744
Móveis e Utensílios	959	211	(223)	5	215	(243)	924
Veículos e Embarcações	5,283	705	(4,884)	5	4,865	(1,335)	4,639
Microcomputadores/Periféricos	7,373	2,679	(2,045)	3,173	2,036	(2,339)	10,877
Benefitorias em Prop.de 3º	25,782	167	-	1,064	-	(1,384)	25,629
Outras Imobilizações	874	32	-	(9)	-	(7)	890
Imobilizações em Andamento	42,525	9,863	-	(29,390)	-	-	22,998
Total	153,151	16,400	(11,824)	734	11,465	(15,218)	154,708



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização Taxa % a.a.	Custo	31.12.2024	Líquido	Custo	31.12.2023	Líquido
			Amortização Acumulada			Amortização Acumulada	
Software	20	13,144	12,041	1,103	13,144	11,219	1,925
Total		13,144	12,041	1,103	13,144	11,219	1,925

b) Movimentação

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2024
Software	1,925	-	-	(822)	1,103
Total	1,925	-	-	(822)	1,103

c) Exercício Anterior

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2023
Software	2,752	-	-	(827)	1,925
Total	2,752	-	-	(827)	1,925

11. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais contratos estão destacados no quadro abaixo:



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prestação de serviços diversos	2.157	3.473
Serviços Assistência Médica	1.756	3.560
Serviços de Informática	615	1.614
Materiais de Laboratório	522	863
Devolução de Taxas	495	449
Serviços de Limpeza	379	372
Serviços de Manutenção	338	466
Serviços de Segurança	219	196
Energia Elétrica	166	378
Telefonia	159	158
Materiais Diversos	98	48
Água e Esgoto	96	112
Máquinas e Equipamentos	74	107
Total	7.074	11.796

12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Salários	165	252
Prov. Férias e Encargos Sociais	48.381	49.042
Prov. 13º Sal e Encargos Sociais	-	-
Prov. Licença Prêmio	91	123
Prov. Plano de Carreira	-	661
Prov. Plano Demissão Incentiv.	51	-
Prov. Progr. Partic. Resultados	21.114	21.875
Total	69.802	71.953

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR – Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

O valor do depósito judicial, correspondente à ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, foi ressarcido à CETESB em agosto de 2024. Conforme decisão da Administração, esse valor foi utilizado para o pagamento do Programa de Demissão Incentivada – PDI, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2024.



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Folha de Pagamento	22.496	21.543	-	-
Inss – Parcelamento	6.402	-	27.938	-
De Terceiros	3.859	2.022	-	-
Outros	28	28	-	-
Total	32.785	23.593	27.938	-

14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de "convênios". Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros. Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
FEHIDRO	2.070	1.948	3.086	2.904
COSAN	72	67	-	-
PETROBRAS	20	66	142	475
CERJU	345	311	878	793
SABESP	727	668	-	-
DAEE	-	119	-	165
LATU URUGUAI	224	305	-	-
Total	3,458	3,484	4,106	4,337



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31,12,2024	31,12,2023	31,12,2024	31,12,2023
Trabalhistas	17,254	67,674	2,230	2,545
Cíveis	2,537	4,479	9,278	2,978
Fiscais:			22,363	
Autos Infrações 2009	-	-	-	21,302
Total	19,791	72,153	33,871	26,825

O montante em 31/12/2024, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 12,874 (R\$ 55,123 em 31/12/2023),

A movimentação das provisões no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2023	70,219	7,457	21,302
Adições	724	11,448	1,061
Reversões (-)	(50,192)	(6,684)	-
Baixas (-)	(1,268)	(406)	-
Saldo em 31/12/2024	19,483	11,815	22,363

15,1) Natureza das contingências
a) Provisão para Contingências Trabalhistas.

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias. Como destaque, a CETESB é parte de uma ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, que envolve todos os seus empregados. Em relação ao referido Processo, o TST, em sessão realizada em 11.12.2023 deu provimento parcial aos Embargos de Declaração interpostos pela CETESB, vedando qualquer reajuste salarial e de benefícios até 31.12.2021, deste modo, conferiu efeito modificativo ao julgado em 18.07.2022 que condenou parcialmente a Companhia ao pagamento das parcelas relativas as diferenças dos salários que compreendem os períodos



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

entre (30.04.2020 até dezembro de 2021 e 01.05.2021 até dezembro de 2021). Da mesma forma que ocorreu no dissídio de 2020, foram apresentados embargos de declaração pelos Sindicatos, mas tal recurso não foi acolhido, transitando-se em julgado a decisão proferida em 15.03.2024. Os autos foram devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho e arquivados definitivamente em 26.03.2024. Mediante tais eventos, nossos consultores jurídicos atualizaram a classificação de risco de perda provável para possível. Assim, a provisão atualizada até 30/06/2024 de R\$ 48,7 milhões, bem como os depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 45,3 milhões, com base na ação executória provisória de Ação de Cumprimento de Sentenças, foram revertidos no 1º trimestre de 2024. O valor referente ao depósito judicial foi ressarcido a CETESB em 19/08/2024.

b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos relativos às emissões de licenças,

c) Provisão para Contingências Fiscais**c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36,587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 31/12/2024 é de R\$ 74,358, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 22,363, como perda provável e R\$ 51,995 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.2) Exercício de 2013

Em 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26,249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6,571 e multa de R\$ 19,678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3,548, cujo valor atualizado em 31/12/2024 é de R\$



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.853. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 31/12/2024, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

Em 13.01.2021, a Receita Federal analisou a documentação referente ao cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Após análise, instaurou um Processo que culminou no Auto de Infração em relação à CSLL constituindo um crédito tributário no valor de R\$ 4.543, em relação à PIS/PASEP e COFINS instaurou outro Processo, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/12/2024 é de R\$ 32.902. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações, além da discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	13.663	9.367
Cíveis	165.641	75.061
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	51.995	49.563
Auto Infração - 2013 (2)	6.853	6.412
Autos Infrações - 2016/17 (3)	32.901	30.657
Total	271.053	171.060

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL, Ação judicial em curso mediante seguro garantia,
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL, A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa,



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59,265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29,582 e R\$ 29,419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024 a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R\$ 22,237. Em 01 de novembro de 2024 a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R\$ 34,922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, sendo a primeira parcela paga em 20/12/2024. O valor de R\$ 30,474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 31/12/2024 o saldo remanescente atualizado é de R\$ R\$ 59,710, (R\$ 81,439 em 31/12/2023). A variação do exercício de R\$ 8,745 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170,377 em 31/12/2024 (R\$ 170,377 em 31/12/2023), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.
- b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2024 houve a realização do



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante de R\$ 284, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.714 (R\$ 18.998 em 31/12/2023);

- c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o lucro apurado no exercício de 2024 no valor de R\$ 40.284 mais a reserva de reavaliação R\$ 312 e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 132,018), totalizando o montante de (R\$ 91,422).
- d) **Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações contábeis de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior de 7,133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos • Exercício 2021	Original	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	67,239	59,730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3,362)	(2,987)
Reservas de Lucros	63,877	56,744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15,969)	(14,186)
Reservas de Lucros a realizar	47,908	42,558

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita "Subvenção Econômica", que até 31/12/2024 representou 20% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de "empresa dependente", consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17,863 de 22/12/2023 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 129,056 dos R\$ 165,397 previstos. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 68.309, de 18/01/2024 (decreto de execução orçamentária).

No dia 24/12/2024 a Procuradoria Geral do Estado repassou para a CETESB o montante de R\$ 60,100, referente ao recebimento de uma multa inscrita na Dívida Ativa em 2015, contra a Petrobras Transporte – Transpetro.



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de "controle preventivo da poluição". Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados "à vista".

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de "controle corretivo da poluição", representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	31.12.2024	31.12.2023
Subvenção Econômica	129,056	123,894
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	401,462	362,413
Multas Ambientais	106,138	60,776
Taxa de Fiscalização Ambiental	27,209	33,604
Subtotal	534,809	456,793
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	12,014	8,604
Fehidro Agente Técnico	50	1,147
Emissão de Certidões	1,466	980
FECOP	358	1,146
Cursos	1,800	1,701
Análises Laboratoriais	769	798
Demais Receitas	82	663
Subtotal	16,539	15,039
Deduções		
PASEP/COFINS	(19,901)	(17,018)
ISS/ICMS	(739)	(565)
Devoluções Licenciamento	(4,645)	(5,210)
Cancel. de Multas Ambientais	(1,476)	(400)
Subtotal	(26,761)	(23,193)
Total	653,643	572,533



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. CUSTOS E DESPESAS

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Pessoal e Reflexos	407,731	361,124	125,600	105,260
Pessoal Afastamento SEMIL	-	-	24,887	28,890
Pessoal Afastamento Fund Florestal	-	-	1,192	750
Remuneração Diretoria	1,390	1,285	951	841
Assistência Médica	22,512	20,957	15,710	14,984
Remun. Órgãos Estatutários	-	-	2,507	2,444
Recup. Pessoal Afastamento Outros Órgãos	-	-	(269)	(261)
Materiais	7,422	9,105	2,662	2,711
Serviços de Terceiros	19,794	19,522	14,440	13,645
Serviços Prestados Partes Relacionadas	-	-	126	287
Viagens	2,279	1,551	893	751
Aluguéis	2,976	838	1,271	670
Utilidades	3,720	3,778	2,761	2,609
Seguros	13	15	485	242
Imp/Taxas e Contribuições	453	932	103	194
Depreciações/Amortizações	13,934	10,999	6,096	5,048
Distribuição de Custos	4,500	4,561	(4,500)	(4,561)
Demais Despesas	922	679	3,632	2,753
Total	487,646	435,346	198,547	177,257

20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recuperação Desp. de Convênios	3,501	7,709
Outras Recuperações	164	416
Prov. e Reversões de Contingências		
Trabalhistas/Cíveis	46,999	(15,617)
Outras Provisões e Reversões	(2,424)	(4,009)
Outras Despesas e Receitas	2,298	5,334
Total	50,538	(6,167)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	1,094	769
Atualização Legal Outros	4,964	6,840
Rendimentos Corretora	3,088	1,907
Rendimentos Aplicação Financeira	4,521	4,910
Outras Receitas Financeiras	1,553	5,072
Total	15,220	19,498
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	- 392	- 528
Multa Compensação Encargos	- 4,447	-
Atualização Legal	(4,458)	(5,091)
Atualização Cont. Previdenciárias	(8,745)	(9,298)
Outras Despesas Financeiras	-264	-167
Total	(18,306)	(15,084)
RESULTADO FINANCEIRO	(3,086)	4,414

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, aprovada



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2024.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 126 e R\$ 287 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas" (nota explicativa 19):

Empresas	31,12,2024	31,12,2023
PRODESP	96	108
SABESP	30	179
Total	126	287

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou nos exercícios de 2024 e 2023 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 21.869 e R\$ 11.336, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	31,12,2024	31,12,2023
SABESP	20.893	10.740
CDHU	-	56
CESP	1	7
CPTM	1	287
DAEE	55	-
DER	44	83
DOCAS SÃO SEBASTIÃO	4	-
EMAE	343	19
EMTU	329	82
IPT	4	5
METRO	178	57
SEC SAÚDE	8	-
SEMIL	5	-
USP	4	-
Total	21.869	11.336

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados


Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao exercício de 2024,

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)

Natureza da transação	31.12.2024				31.12.2023			
	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	22,871	-	22,871	-	25,352	-	25,352
Benefícios a empregados	-	2,016	-	2,016	-	3,538	-	3,538
Telefone	-	244	-	244	-	152	-	152
Aprop. Depreciação	-	181	-	181	-	268	-	268
Energia Elétrica	-	268	-	268	-	404	-	404
Água/Esgoto	-	152	-	152	-	141	-	141
IPTU	-	6	-	6	-	212	-	212
Serv. Terceiros	-	1,036	-	1,036	-	1,167	-	1,167
TOTAL		26.774		26.774		31.234		31.234

Natureza da transação	31.12.2024				31.12.2023			
	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	941	-	941	-	648	-	648
Benefícios a empregados	-	251	-	251	-	102	-	102
Telefone	-	98	-	98	-	61	-	61
Aprop. Depreciação	-	72	-	72	-	105	-	105
Energia Elétrica	-	107	-	107	-	153	-	153
Água/Esgoto	-	61	-	61	-	53	-	53
IPTU	-	3	-	3	-	72	-	72
Serv. Terceiros	-	414	-	414	-	438	-	438
TOTAL		1.947		1.947		1.632		1.632

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2024, a CETESB possuía 61 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 24,887 e R\$ 1,192 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 269 e (R\$ 261 em 31/12/2023), demonstradas na nota explicativa nº 19

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Secret. Agricultura e Abastecimento	2024	Indeterminado
Embu das Artes	SEMIL		
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jaboticabal	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Piracicaba	Detran	2023	01/05/2028
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	17/05/2029

4. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados nas rubricas "Remuneração de Diretoria" e "Remuneração de Órgãos Estatutários", conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo "despesas gerais e administrativas" (nota explicativa nº 19).

	Valores		Número de Membros	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Conselho de Administração	1,241	1,311	11	11
Comitê de Auditoria (*)	838	752	3	3
Conselho Fiscal	428	381	5	5
Diretoria	2,341	2,126	5	5
Total	4,848	4,570	24	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

(*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A CETESB, informou aos empregados, através da Decisão de Diretoria nº 116/2023/A que, a partir de 01.03.2025, substituirá o Plano de Assistência Médico e Hospitalar – PAMH, autogerido pela Companhia, pelo Plano de Saúde Coletivo no padrão enfermagem, na modalidade coletiva empresarial, contributivo e de pré-pagamento mensal com coparticipação em exames simples e consultas, com todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A Unimed Seguros será a operadora do novo benefício saúde ofertado.

9.10 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Russell Bedford
taking you further

+55 11 4007 1219

contato@russellbedford.com.br

**CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não seja compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



@russellbedfordbrasil

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Programa de Demissão Incentivada – PDI

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, “o valor do depósito judicial, correspondente à ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, foi ressarcido à CETESB em agosto de 2024.” Conforme decisão da Administração, esse valor foi utilizado para o pagamento do Programa de Demissão Incentivada – PDI. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 “c”, “o montante utilizado para o pagamento foi de R\$47,3 milhões, e o desembolso ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2024, contemplando 126 empregados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Provisão para Contribuições Previdenciárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, “em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente.” Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores a 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguardava a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024, a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R\$ 22.237. Em 01 de novembro de 2024, a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R\$ 34.922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, tendo sido paga a primeira parcela em 20/12/2024. O valor de R\$ 30.474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 31/12/2024, o saldo remanescente atualizado é de R\$ 59.710. (R\$ 81.439 em 31/12/2023). A variação do exercício de R\$ 8.745 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.” Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Dependência Econômica do Acionista Controlador

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.2. "a" e "b", "a CETESB recebe da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo valores previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.863, de 26/12/2023), a título de subvenção econômica, registrada nas rubricas "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio"; e "a Secretaria da Fazenda e Planejamento monitora os fluxos de caixa da CETESB pelo SIEDESC – Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle, que libera as subvenções paulatinamente a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Dessa forma, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Russell Bedford
taking you further

+55 11 4007 1219

contato@russellbedford.com.br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 14 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:902384
35091

Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2025.03.14
15:54:22 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ELIANE TANIA
RESMINI:65073
061004

Assinado de forma
digital por ELIANE TANIA
RESMINI:65073061004
Dados: 2025.03.14
16:26:18 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica



@russellbedfordbrasil

9.11 EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Página: 233

EXTRATO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2024

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, é composto por quatro membros sendo o coordenador um conselheiro de administração independente.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado pelo Conselho de Administração da CETESB em sua 517ª Reunião Ordinária, em 22/10/2018.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, do jurídico, , demais gerências, e nas próprias análises do Comitê decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2024, o Sr. João Ricardo Pereira da Costa foi eleito membro Independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Os Srs. Afonso Antônio Hennel, Marcelo Cardona Sobral e a Sra. Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto foram eleitos membros do Comitê nas Reuniões do Conselho de Administração de 14 de maio de 2019, 28 de abril de 2023, e 26 de setembro de 2023, respectivamente.

No ano de 2024, o Comitê reuniu-se 20 vezes, incluindo com a diretora de Gestão Corporativa, diversos gerentes, empregados, auditores internos e auditores independentes, o jurídico da Cetesb, bem como com eventuais convidados, incluindo o Prof. Miguel Silva, consultor jurídico externo. Cumpre ressaltar que dessas reuniões, 1 foi realizada em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;

1/3

**EXTRATO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2024**

- Revisão das Informações Financeiras Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras anuais de 2024;
- Revisão dos créditos previdenciários extemporâneos, riscos envolvidos e seus reflexos contábeis;
- Revisão de contingências trabalhistas, riscos envolvidos e seus reflexos contábeis
- Monitoramento das provisões e contingências;
- Avaliação de transações com partes relacionadas;
- Revisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Revisão do relatório anual da Auditoria Interna;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Discussão com a Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Observação da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e denúncias;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade;

Adicionalmente, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para discussões, principalmente as seguintes temas: (i) Contas a Receber e dívida ativa/gestão da PGE, dificuldades para a eficiência das ações de cobrança (autos de infração); (ii) evolução do fluxo de caixa (iii) Contingências, acompanhamento da evolução, classificação dos riscos entre remoto, possível e provável; (iv) contingência trabalhista relativa aos reajustes salariais de 2020 e 2021; (v) Segurança da informação, Procedimentos de segurança, controle e gerenciamento de acessos; (vi) Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos; (vi) Apresentação da proposta do Plano de Negócios 2025; entre outros.

Entre outros aspectos, os trabalhos do Comitê de Auditoria, envolveram: recomendações para melhorias nos processos de negócios; avaliação da efetividade da auditoria independente; e a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela CETESB, em particular dos Administradores, das áreas financeira, contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais gerências, além dos Auditores Independentes.

**EXTRATO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2024**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer preliminar dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, por unanimidade recomendaram a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 12 de março de 2025,

JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
Coordenador do Comitê

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

MARCELO CARDONA SOBRAL
Membro

CINTYA CRISTINA FERREIRA MARQUES PINTO
Membro



Assinaturas do documento

"Extrato - Relatório Anual Coaud 2024"



Código para verificação: **QPIEUYYR**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **AFONSO ANTÔNIO HENNEL** (CPF: ***.813.102-**) em 17/03/2025 às 15:17:11 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/07/2022 • 14:58:59 e válido até 27/07/2122 • 14:58:59,
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **MARCELO CARDONA SOBRAL** (CPF: ***.672.038-**) em 17/03/2025 às 14:58:40 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 21/06/2023 • 11:58:15 e válido até 21/06/2123 • 11:58:15,
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **CINTYA CRISTINA FERREIRA MARQUES PINTO** (CPF: ***.279.913-**) em 12/03/2025 às 17:22:51 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 18/10/2023 • 13:14:14 e válido até 18/10/2123 • 13:14:14,
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA** (CPF: ***.071.677-**) em 12/03/2025 às 17:22:13 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 03/08/2022 • 07:46:27 e válido até 03/08/2122 • 07:46:27,
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e-ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **CETESB.009251/2024-41** e o código **QPIEUYYR** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência,

Esta página foi gerada automaticamente pelo sistema para detalhamento das assinaturas e não é contabilizada na numeração de páginas de processo.

9.12 PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e de Sustentabilidade e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório do Auditor Independente – Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 14/03/2025, apresentado sem ressalvas, e manifestação consubstanciada na ata da 613ª reunião do Conselho de Administração, de 14/03/2025, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, data da assinatura digital.

A) GUILHERME MURARO DERRITE, MARCOS GERHARDT LINDENMAYER, MICHEL MINERBO, ROBERTO ANTONIO DINIZ, YUKIMI NAGATA.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Antonio Diniz, Chefe de Gabinete**, em 17/03/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yukimi Nagata, Coordenador**, em 17/03/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michel Minerbo, Coordenador**, em 17/03/2025, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Estado**, em 17/03/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Gerhardt Lindenmayer, Subsecretário**, em 17/03/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0059897520 e o código CRC B5B2A618.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jônatas Souza da Trindade – Presidente

Thomaz Miazaki de Toledo – membro na qualidade de diretor-presidente da CETESB

Rose Mirian Hofmann – membro

Marisa Maia de Barros – membro

Rodrigo Levkovicz – membro

José Paulo Neves – membro

Kelly Lopes Lemes – membro

Cláudio Carvalho de Lima – membro independente

Luiz Antônio Ferraro Júnior – membro independente

João Ricardo Pereira da Costa – membro independente

Simone Patrícia da Silva – membro representante dos empregados

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

João Ricardo Pereira da Costa – Coordenador

Afonso Antonio Hennel – membro

Marcelo Cardona Sobral – membro

Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto – membro

DIRETORIA COLEGIADA

Thomaz Miazaki de Toledo – Diretor-Presidente

Liv Nakashima Costa – Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade e Diretora de Qualidade Ambiental, em exercício

Adriano Rafael Arrepiá de Queiroz – Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

Mayla Matsuzaki Fukushima – Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

CONSELHO FISCAL

Guilherme Muraro Derrite - titular

Rafael Ramos da Silva – suplente

Marcos Gerhardt Lindenmayer – titular

Roberto César de Oliveira Viegas - suplente

Michel Minerbo - titular

Vinicius Faraj - suplente

Roberto Antonio Diniz - titular

Marcelo Bergamasco Silva - suplente

Yukimi Nagata - titular - titular

Gustavo Trein Ogawa - suplente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE

Coordenação

Erica Cristina Padovani Haller – Presidência

Equipe Técnica

Annamaria Rizzo da Fonseca – Departamento de
Desenvolvimento Estratégico e Institucional

Maria Cristina C. de Sá Ciccone – Divisão de
Desenvolvimento e Planejamento

Silvia Tieko Nakamura – Setor de Planejamento
Institucional

Colaboração

Célio Alves Sobral – Setor de Planejamento
Institucional

Agradecemos aos profissionais da CETESB que forneceram as informações necessárias para a elaboração do Relatório da Administração e de Sustentabilidade 2024.